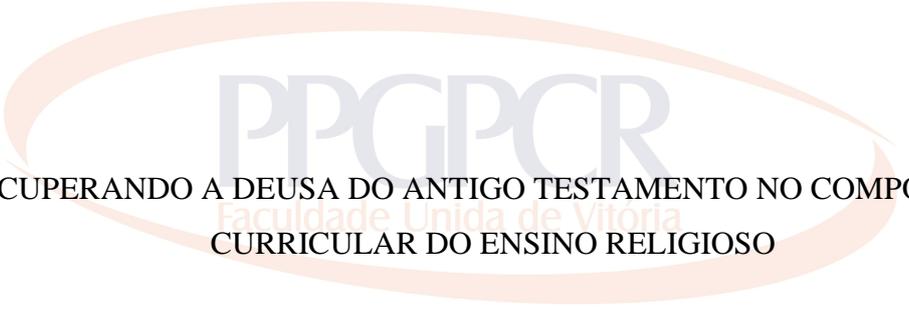


FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

AMANDA BINDA THEOTONIO



RECUPERANDO A DEUSA DO ANTIGO TESTAMENTO NO COMPONENTE
CURRICULAR DO ENSINO RELIGIOSO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 30/06/2022.

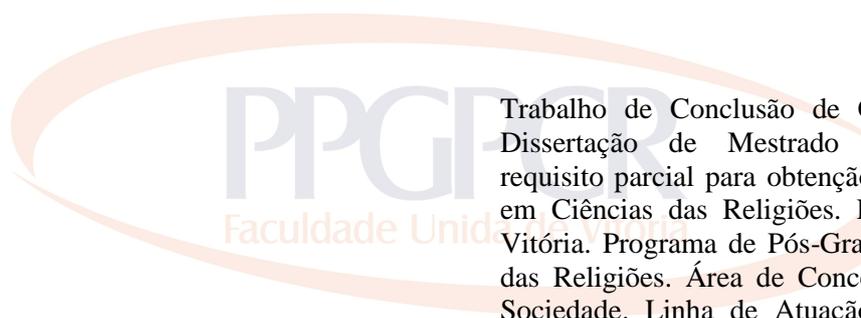
Vitória - ES

2022

AMANDA BINDA THEOTONIO

RECUPERANDO A DEUSA DO ANTIGO TESTAMENTO NO COMPONENTE
CURRICULAR DO ENSINO RELIGIOSO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 30/06/2022.



Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Orientador: Osvaldo Luiz Ribeiro

Vitória - ES

2022

Theotonio, Amanda Binda

Recuperando a deusa do Antigo Testamento no componente curricular do Ensino Religioso / Amanda Binda Theotonio. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2022.

viii, 93 f. ; 31 cm.

Orientador: Osvaldo Luiz Ribeiro

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2022.

Referências bibliográficas: f. 89-93

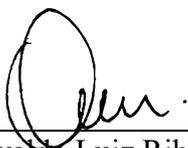
1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Ensino religioso. 4. Israel. 5. Deusa Asherah. 6. Material didático. - Tese. I. Amanda Binda Theotonio. II. Faculdade Unida de Vitória, 2022. III. Título.

AMANDA BINDA THEOTONIO

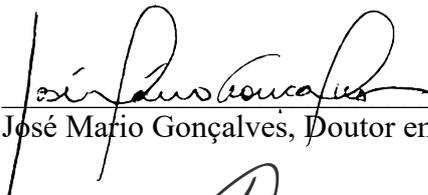
RECUPERANDO A DEUSA DO ANTIGO TESTAMENTO NO COMPONENTE
CURRICULAR DO ENSINO RELIGIOSO

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Dissertação de Mestrado Profissional como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação
em Ciências das Religiões. Área de
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de
Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Data: 30 jun. 2022.



Osvaldo Luiz Ribeiro, Doutor em Teologia, UNIDA (presidente).



José Mario Gonçalves, Doutor em História, UNIDA.



Julio Cezar de Paula Brotto, Doutor em Teologia.

AGRADECIMENTO

Foram dois anos de muitos esforços e conquistas. Sou grata,

À Faculdade Unida de Vitória (FUV), na pessoa do diretor Dr. Wanderley Pereira da Rosa, pela bolsa de estudos concedida, que possibilitou a elaboração desta pesquisa. Agradeço pelas oportunidades que me foram concedidas nesse período, sem as quais não seria possível a conclusão dos meus estudos.

Ao meu orientador Dr. Osvaldo Luiz Ribeiro, pela orientação, atenção e comprometimento durante os dois anos de pesquisa. Sua atenção e seu apoio foram fundamentais no desenvolvimento deste trabalho e na conclusão deste mestrado. Serei eternamente grata.



RESUMO

O presente trabalho irá analisar a presença da deusa Asherah nos materiais didáticos do componente curricular do Ensino Religioso no curso do Ensino Fundamental e propor um material didático que recupere sua presença, de acordo com a história de Israel e sua cultura. Esse componente está previsto na Constituição Federal e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este trabalho está dividido em três partes: primeira, análise do componente do Ensino Religioso nas escolas fundamentais de acordo com a Constituição Federal e as diretrizes para formação dos profissionais para atuarem como professores do Ensino Religioso; a segunda parte será uma apresentação da história de Israel, sua origem de acordo com a historiografia antiga, a nova e a narrativa bíblica, assim como a presença da deusa Asherah na narrativa Bíblica e na arqueologia, a partir de Finkelstein, Silberman, Liverani e Dever; a terceira e última parte se dedica ao mapeamento e análise dos materiais didáticos do Ensino Religioso na Grande Vitória a partir das diretrizes da BNCC, as características da deusa e sua importância e a proposta de um material didático do componente curricular do Ensino Religioso de acordo com alguns parâmetros dos manuais para a produção de materiais didáticos que recupere a presença de Asherah na história de Israel, a partir de autores como Cordeiro, Otterman, Ribeiro.

Palavras-Chave: Ensino Religioso; Israel; Asherah; Material Didático.



ABSTRACT

The present work will analyze the presence of the goddess Asherah in the teaching materials of the curricular component of Religious Education in the Elementary School course and propose a teaching material that recovers her presence, according to the history of Israel and its culture. This component is provided for in the Federal Constitution and in the National Curricular Common Base (BNCC). This work is divided into three parts: first, analysis of the component of Religious Education in elementary schools according to the Federal Constitution and the guidelines for training professionals to act as teachers of Religious Education; the second part will be a presentation of the history of Israel, its origin according to ancient, new and biblical historiography, as well as the presence of the goddess Asherah in the biblical narrative and in archeology, from Finkelstein, Silberman, Liverani and To owe; the third and last part is dedicated to the mapping and analysis of didactic materials of Religious Education in Greater Vitória from the guidelines of the BNCC, the characteristics of the goddess and her importance and the proposal of a didactic material of the curricular component of Religious Education according to some parameters of the manuals for the production of teaching materials that recover the presence of Asherah in the history of Israel, from authors such as Cordeiro, Otterman, Ribeiro.

Key-words: Religious education; Israel; Asherah; Courseware.



SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E TABELAS	8
INTRODUÇÃO.....	9
1 O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL.....	12
1.1 Mapeamento do Ensino Religioso nas Constituições Federais de 1934, 1937, 1946, 1967, 1988 e na LDB/1996	12
1.2 Diretrizes Nacionais para o curso de Licenciatura em Ciências da Religião e formação de professores.....	19
2 A DEUSA ASHERAH NA BÍBLIA E NA PESQUISA HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICA.....	27
2.1 História e Arqueologia de Israel/Judá na atual pesquisa acadêmica	27
2.2 Asherah na Arqueologia	40
2.3 Asherah na Bíblia	50
3 APONTAMENTOS PARA O TRATAMENTO CIENTÍFICO-RELIGIOSO DA DEUSA ASHERAH NO MATERIAL DIDÁTICO DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL.....	59
3.1 Da necessidade de visibilização de Asherah no material didático do Ensino Religioso....	59
3.2 Análise do material didático do ER no Ensino Fundamental de acordo com as diretrizes da BNCC	70
3.3 Apontamentos para inclusão de Asherah no material didático do Ensino Religioso	81
CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE – MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.....	94

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

Figura 01: Imagem estilizada sobre o caco da cidade de Davi. Fonte: Romer, 2016.....	41
Figura 02: Jarro do Templo de Láquis e Inscrição proto-cananéia sobre o Jarro de Láquis. Fonte: Dever, 2005.	42
Figura 03: Pingentes Ugaríticos. Fonte Cordeiro, 2011	42
Figura 04: Pintura da tuba egípcia. Fonte: Keel; Uehlinger, 1996.	43
Figura 05: Estatuetas Judaítas, Fonte: Cordeiro, 2011.	44
Figura 6: Inscrição de Khirbet el-Qom. Fonte: Matos, 2019.....	44
Figura 7: Pedestal do culto de Ta'anakh. Fonte: Cordeiro, 2011	45
Figura 8: Dois personagens sob a inscrição do Phitos A, encontrado em Kuntillet Arjud. Fonte: Keel; Uehlinger, 1996.	47
Figura 9: Verso do Pithos A de Kuntillet Arjud. Fonte: Keel; Uehlinger, 1996.	48
Figura 10: Asherah e Yahweh no trono. Fonte: Romer, 2016.....	48
Figura 11: Templo de Arad. Fonte: Matos, 2019.	49
Figura 12: Material didático de Ensino Religioso da editora Ática do 6º ao 9º ano.	75
Figura 13: Materiais didáticos do Ensino Religioso da editora Paulinas da 4ª série (5º ano) e 3ª série (4º ano).	76
Figura 14: Materiais didáticos do ensino religioso da editora Paulinas do 6º ao 9º ano.	78
Figura 15: Material didático de ensino religioso da editora FTD, coleção Crescer com Alegria e Fé do 4º ao 9º ano.	79

TABELAS

Tabela 01: Tabela explicativa do Ensino Religioso nas Constituições Federais do Brasil.	15
Tabela 02: Problemas centrais dos materiais didáticos do ER	80

INTRODUÇÃO

A partir dos estudos teológicos, é possível perceber a ausência de Asherah nas literaturas referentes à origem de Israel. Yahweh é visto, então, como o único deus, conforme o imaginário de um povo monoteísta. Tal imaginário, no entanto, era constituído por outros deuses e deusas que coexistiam em um sistema monolátrico cultural. Mais tarde, com a Reforma Deuteronomista, esse organismo deixou de ser monolátrico e passou a ser, por fim, monoteísta. Por esse motivo, a pesquisa pretende apresentar e mostrar a figura de Asherah no mundo Antigo, inclusive na cultura israelita, apresentando sua importância e seu lugar de culto.

Nas literaturas, portanto, nota-se a ausência de Asherah, e o mesmo ocorre com os materiais didáticos do Ensino Religioso pesquisados na Grande Vitória. A BNCC prevê que na unidade *Crenças Religiosas e Filosofias de Vida* sejam tratados temas como “mitos” e “ideias de divindades”. O mapeamento dos materiais didáticos do Ensino Religioso, porém, revela que os conteúdos não estão de acordo com as diretrizes da BNCC.

O problema da pesquisa surge a partir dos estudos arqueológicos e teológicos, a fim de responder a seguinte pergunta: como recuperar a presença da deusa nos materiais didáticos do Ensino Religioso? As fontes arqueológicas e bíblicas ajudam nesse resgate e apresentação de sua importância cultural, como Asherah era representada. Sendo assim, será apresentada a história de Israel; as características da deusa e sua importância; a necessidade de sua representação diante da BNCC; e, então, a formulação de um material didático.

A pesquisa será desenvolvida a partir do método bibliográfico. Primeiramente, a partir das Constituições Federais, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei de Diretrizes e Bases, será mapeada a história do componente curricular do Ensino Religioso. No segundo momento, será apresentada a história de Israel de acordo com autores da antiga e da nova historiografia, respectivamente: Rainer Albertz¹, Donner², George Fohrer³, Norman Gottwald⁴ e Gunneweg⁵; Finkelstein⁶, Silberman⁷ e Liverani⁸. Por último, para apresentar as

¹ ALBERTZ, Rainer. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento: de los comienzos hasta el final de la monarquía*. Madri: Trotta, 1999.

² DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo: Sinodal, 1997.

³ FOHRER, George. *História da Religião de Israel*. São Paulo: Academia Cristã/Paulus, 2006.

⁴ GOTTWALD, Norman Karol. *As tribos de Yahweh: uma sociologia da religião de Israel liberto*. São Paulo: Paulinas, 1986.

⁵ GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica, 2005.

⁶ FINKELSTEIN, Israel. *O reino esquecido: Arqueologia e história de Israel Norte*. São Paulo: Paulus, 2015.

⁷ FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia desenterrada: A visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados*. Petrópolis: Vozes, 2018.

características da deusa e a normas para a formulação do material didático, serão usados os seguintes autores: Ana Luiza Cordeiro⁹, George Fohrer¹⁰, Osvaldo Ribeiro¹¹ e Mircea Eliade¹², Andreza Silva¹³, Celso Antunes¹⁴, Remí Klein¹⁵, Regina Haydt¹⁶ e manuais com normas para elaboração de materiais didáticos.

A partir desses pressupostos, a pesquisa pretende demonstrar que o Ensino Religioso está previsto nas Constituições Federais como componente obrigatório nos currículos das escolas públicas, do quarto ao nono ano do ensino fundamental. O documento da BNCC prevê que é obrigatório apresentar temas das divindades e mitos nas aulas de Ensino Religioso. Tendo em vista que Asherah foi uma deusa importante na origem de Israel e era cultuada pela população, será feita uma análise dos materiais didáticos do Ensino Religioso na Grande Vitória para mostrar que esse conteúdo sobre a deusa não é trabalhado como a BNCC prevê.

A pesquisa tem como objetivo propor a confecção de um material didático do componente curricular do Ensino Religioso para as turmas do quarto ao nono ano do ensino fundamental de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum (BNCC). Vale ressaltar que o conteúdo do Ensino Religioso é dividido em três unidades temáticas, uma delas nomeada como *Crenças Religiosas e Filosofias de Vida*. Nela, é preciso tratar os mitos fundantes, ideia de divindade e a tradição religiosa. Por esse motivo, será estudada também a história do povo israelita, que em seu panteão de deuses adoravam a deusa Asherah. A partir desse estudo, será, então, proposto um material didático que recupere a presença da divindade.

⁸ LIVERANI, Mario. *Para além da bíblia: história antiga israel*. São Paulo: Loyola/Paulus, 2008.

⁹ CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Asherah, A Deusa Proibida. In: REIMER, Ivone Richter. *Imaginários da divindade: textos e interpretações*. Goiânia: UCG; São Leopoldo: Oikos, 2008; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. *Onde estão as deusas? Asherah, a Deusa proibida, nas linhas e entrelinhas da Bíblia*. São Leopoldo: Cebi, 2011 e CORDEIRO, Ana Luisa Alves. *Recuperando o imaginário da deusa: estudo sobre a divindade Aserá no antigo Israel*. p. 27. Tese (Mestrado em Ciências da Religião) – Ciências da Religião e Ciências Humanas - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2009. [online].

¹⁰ FOHRER, George. *História da Religião de Israel*. São Paulo: Academia Cristã/Paulus. 2006.

¹¹ RIBEIRO, Osvaldo Luiz. A deusa do efa: hipótese de interdição ao culto de Asherah em Zc 5,5-11. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 191-208, jan./abr. 2014; RIBEIRO, Osvaldo Luiz. Ambiguidades e Insuficiências: uma análise da área ensino religioso na base nacional comum curricular. *Caminhos*, v. 18, 2020. p. 79-94; RIBEIRO, Osvaldo Luiz. As mulheres do efa: epílogo da interdição da deusa e do feminino na Judá pós-exílica. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 227-253, jan./abr. 2015; RIBEIRO, Osvaldo Luiz. Yahweh como um deus outsider: duas hipóteses explicativas para a introdução do culto de Yahweh em Israel. *Ágora*, Vitória, n. 23, p. 13-29, 2016. p. 15-16.

¹² ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas: da idade da pedra aos mistérios de elêusis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

¹³ SILVA, Andreza Regina Lopes da; Spanhol, Fernando José. *Diretrizes para Elaboração de Material Didático na Educação a Distância*. Florianópolis. 2014.

¹⁴ ANTUNES, Celso. *O uso inteligente dos livros didáticos e paradidáticos*. São Paulo: Paulus, 2012.

¹⁵ KLEIN, Remí. *Formação docente na área do ensino religioso: socialização de projeto de pesquisa em curso de pedagogia no RS*. In: I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2011.

¹⁶ HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de didática geral*. São Paulo: Ática, 2006.

O trabalho divide-se em três capítulos, e a metodologia utilizada será bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica porque utiliza o referencial das Ciências das Religiões; documental porque utiliza os documentos referentes ao Ensino Religioso; de campo porque foram mapeados os materiais didáticos.. Analisa-se, no primeiro capítulo, o componente curricular do Ensino Religioso nas Constituições Federais, na Lei de Diretrizes e Bases e no CNE (Conselho Nacional de Educação). Serão examinadas as diretrizes para a formação do profissional habilitado a lecionar o Ensino Religioso, as leis e as normas que estão em vigência para esse componente curricular. Dessa forma, será possível mapear o Ensino Religioso e sua obrigatoriedade de acordo com os seguintes autores: Remi Kleín, Sérgio Junqueira e João Décio Passos.

No segundo capítulo, a história do povo Israelita será exposta, bem como sua formação a partir da antiga historiografia, da nova historiografia e dos relatos bíblicos. Objetiva-se, assim, mostrar que Israel era um povo monólatra que, posteriormente, veio a ser monoteísta, e revelar que dentro desse sistema monolátrico havia a adoração de outros deuses, entre os quais se encontrava Asherah. A antiga historiografia é composta pelos seguintes autores: Rainer Albertz, Donner, George Fohrer, Norman Gottwald e Gunneweg. A nova historiografia, por sua vez, é composta pelos autores: Finkelstein, Silberman e Liverani. Após a apresentação da formação do povo de Israel, serão observadas as provas arqueológicas da adoração da deusa Asherah e as quarenta passagens nas quais ela é descrita na Bíblia Hebraica. A exposição se dará a partir dos autores: Croatto, Ana Luiza Cordeiro, Dever e Sue'Hellen Matos.

O terceiro e último capítulo traz apontamentos para a inclusão de Asherah nos materiais didáticos do Ensino Religioso. Mostra as características da deusa e as características de seu culto, bem como a forma que era adorada e em qual momento foi abolida da cultura israelita de acordo com os autores Ana Luiza Cordeiro, George Fohrer, Osvaldo Ribeiro e Mircea Eliade. Será realizada uma pesquisa de campo para mapear os materiais didáticos do Ensino Religioso para o ensino fundamental disponíveis nas livrarias da Grande Vitória, com o objetivo de verificar se estão de acordo com as diretrizes da BNCC. Por fim, serão apresentadas as normas para a confecção de materiais didáticos de acordo com os autores Andreza Silva, Celso Antunes, Remí Klein, Regina Haydt, e de manuais que possuem tal instrução como objetivo. A partir dessas diretrizes, será confeccionado um exemplo do material didático (disponível no Apêndice A).

1 O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Nesse primeiro capítulo será mapeado o componente curricular do Ensino Religioso em todas as Constituições Federais, desde a sua primeira citação. Serão analisadas as diferenças de uma constituição para a outra e como a disciplina é ofertada atualmente. Em um segundo momento serão apresentadas as diretrizes para o curso de Licenciatura em Ciências das Religiões a partir do documento da BNCC, LDBEN e CNE, assim como as diretrizes para formação dos professores e profissionais nesse curso de Licenciatura.

1.1 Mapeamento do Ensino Religioso nas Constituições Federais de 1934, 1937, 1946, 1967, 1988 e na LDB/1996

As Constituições de 1824 e 1891 não preveem o Ensino Religioso em sua redação. O primeiro conjunto de leis que considera o Ensino Religioso, portanto, é a Constituição de 1934. Junqueira, Brandenburg e Klein¹⁷, em seu *Compêndio do Ensino Religioso*, apontam que “embora não tenha constado na Constituição de 1891, o ER passou a fazer parte da Constituição de 1934 e em todas as seguintes”. O artigo 153 da Constituição de 1934 admite o Ensino Religioso nas escolas públicas como componente curricular facultativo, sendo ministrada de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis. O componente curricular, assim, passa a estar presente no currículo das escolas públicas.

Apesar do caráter obrigatório do Ensino Religioso no currículo das escolas públicas, cabe ao aluno optar pela matrícula no componente curricular:

Na Constituição da República de 1934, o Art. 153 pretendeu salvaguardar o princípio da liberdade religiosa com a expressão ‘será de matrícula facultativa’, porém, ministrado a partir dos princípios da confissão religiosa de cada aluno e aluna, portanto na forma confessional, devendo a participação dos alunos e das alunas nessas aulas ser manifestada pelos pais ou responsáveis, mas ‘constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais’.¹⁸

A redação da Constituição de 1934, artigo 153, diz:

Art. 153 - O Ensino Religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou

¹⁷ JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo; BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remí. *Compêndio do ensino religioso*. São Leopoldo: Sinodal, 2017. p. 46.

¹⁸ JUNQUEIRA; BRANDENBURG; KLEIN, 2017, p. 69.

responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.¹⁹

Nota-se, no entanto, que a Constituição de 1937, artigo 133, prevê o Ensino Religioso com uma redação diferente da prevista pela Constituição de 1934. O componente curricular continua com seu caráter facultativo, mas passa a ser uma opção não só para os alunos, como também para mestres e professores. É possível perceber, também, que a Constituição de 1934 indica que o Ensino Religioso deveria ser ministrado apenas em escolas públicas, enquanto na Constituição de 1937 ele é atribuído às escolas públicas e primárias. De acordo com Junqueira, Brandenburg e Klein, “na Constituição de 1937, no Art. 133, o ER perdeu obrigatoriedade pelo que ficou expresso: ‘Não poderá, porém, constituir objeto de obrigatoriedade dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos’”²⁰. O artigo em questão revela, de forma completa:

Art 133 - O Ensino Religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.²¹

A Constituição de 1946, no artigo 168, revela que “V - o Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável”²². Para Junqueira, Brandenburg e Klein, a Constituição de 1946 “retomou os princípios da Constituição de 1934”²³. A Constituição de 1967, artigo 168, § 3º, diz que “IV - o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio”²⁴. O que a Constituição de 67 traz como novidade, portanto, é o Ensino Religioso como componente curricular de horário normal nas escolas oficiais de grau primário e médio, permanecendo nas instituições públicas e privadas, ainda que como matrícula facultativa.

A Constituição de 1967 – Emenda Constitucional nº 1/1969, traz em seu artigo 176, § 3º, a mesma colocação sobre o Ensino Religioso: “V - o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e

¹⁹ BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1934. [online].

²⁰ JUNQUEIRA; BRANDENBURG; KLEIN, 2017, p. 69.

²¹ BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1937. [online].

²² BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1946. [online].

²³ JUNQUEIRA; BRANDENBURG; KLEIN, 2017, p. 69.

²⁴ BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1967. [online].

médio”²⁵. Nota-se, assim, que a redação do Ensino Religioso nessa Emenda Constitucional não possui qualquer diferença em relação à Constituição de 67. Os autores do *Compêndio do Ensino Religioso* afirmam que: “As Constituições de 1937, 1946 e 1967 mantiveram o ER como disciplina do currículo, de frequência livre para o aluno e a aluna e de caráter confessional de acordo com o credo da família”²⁶. E ainda:

Observa-se que em todas essas constituições há o aspecto sobre a facultatividade e a oferta da disciplina conforme a confissão religiosa do aluno e da aluna, porém, na Constituição de 1967, Art. 168, e na Emenda Constitucional nº 1 de 1969, Art. 176, foi preservado apenas o aspecto facultativo e dos horários normais das escolas oficiais, o que significa dizer que esse ensino estava na composição da matriz curricular no conjunto das demais disciplinas, porém, houve um aspecto diferenciado, pois se estendeu para o ‘grau médio’, conforme expressão utilizada na legislação de ensino do período.²⁷

A Constituição de 1988, atualmente em vigor no Brasil, em seu artigo 210, § 1º, prevê: “§ 1º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”²⁸. Não está previsto, assim, que o Ensino Religioso seja ministrado nas escolas públicas de acordo com a confissão religiosa dos alunos. Diz-se respeito, apenas, ao fato de se tratar de um componente curricular de matrícula facultativa. Na Constituição de 1988,

percebe-se um indicativo de posição no currículo escolar, ao referir que será ministrado nos horários normais das escolas. Não há conotação de como será ministrado nessa última constituição; talvez esse seja o dilema histórico para a sua definição e sua identidade pedagógica, mesmo com todas as discussões epistemológicas e pedagógicas nas instituições de ensino superior.²⁹

Ainda sobre a Constituição de 1988, Junqueira afirma:

finalmente, em 1988, com a proclamação da chamada *Constituição Social*, que visava confirmar a redemocratização brasileira, o Ensino Religioso foi inserido nessa Constituição pela mobilização nacional de professores e líderes religiosos como a segunda maior emenda popular ao texto da lei.³⁰

Com tal mapeamento nas Constituições Federais, é possível verificar que o componente curricular Ensino Religioso não possui uma identidade própria. Tampouco é especificado se será um ensino confessional ou interconfessional, assim como há uma lacuna

²⁵ BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1967 - Emenda Constitucional nº 1/1969. [online].

²⁶ JUNQUEIRA; BRANDENBURG; KLEIN, 2017, p. 46.

²⁷ JUNQUEIRA; BRANDENBURG; KLEIN, 2017, p. 69-70.

²⁸ BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. [online].

²⁹ JUNQUEIRA; BRANDENBURG; KLEIN, 2017, p. 70.

³⁰ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso*. Curitiba: Ibpx, 2008. p. 56.

quanto às competências do componente curricular. Passos, em sua obra *Ensino Religioso: construção de uma proposta*, afirma que “o ER, mesmo presente nas diversas Constituições, não pôde contar com uma base teórica e metodológica que lhe permitisse gozar de plena cidadania curricular no âmbito das escolas”³¹. Em relação ao Ensino Religioso nas Constituições, Junqueira aponta que

é possível perceber nas Constituições da República brasileira que o Ensino Religioso está presente, o texto apresenta a característica de ser matrícula facultativa especialmente para o aluno, exatamente pelo fato de que o aspecto religioso é sempre questionável no processo de escolarização deste país.³²

A fim de permitir uma melhor visualização do que foi exposto, inserimos aqui uma tabela comparativa do Ensino Religioso nas Constituições Federais de 1934, 1937, 1946, 1967, 1988:

Tabela 01: Tabela explicativa do Ensino Religioso nas Constituições Federais do Brasil.³³

CONSTITUIÇÕES							
Itens	1824	1891	1934	1937	1946	1967 e 1967 – Emenda Constitucional no 1/1969	1988
Frequência	-	-	Facultativa.	Facultativa.	Facultativa.	Facultativa.	Facultativa.
Tipo de ER	-	-	De acordo com a confissão religiosa do aluno.	Não específica.	De acordo com a confissão religiosa do aluno.	Não específica.	Não específica.
Horários	-	-	Normal.	Normal.	Normal.	Normal.	Normal.
Tipo de Escolas	-	-	Escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (Escolas públicas)	Escolas primárias, normais e secundárias. (Escolas públicas e primárias)	Escolas oficiais. (Escolas públicas e privadas)	Escolas oficiais de grau primário e médio. (Escolas públicas e privadas)	Escolas públicas de ensino fundamental. (Escolas públicas)

De acordo com as informações acima, nota-se que as Constituições de 1824 e 1891 não possuem o ER em sua redação. O componente curricular começa a aparecer a partir da Constituição de 1934 e segue até a Constituição de 1988. O ER em todas as Constituições é

³¹ PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 75.

³² JUNQUEIRA, 2008, p. 56.

³³ Elaboração própria, 2022.

ofertado na forma de matrícula facultativa e em horários normais, mas as diferenças podem ser vistas nos tipos de ER ofertados. Nas Constituições de 1937, 1967 e 1988 não são especificados os tipos de ER, contudo, nas Constituições de 1934 e 1946 ele é ofertado de acordo com a confissão religiosa do aluno. Outra diferença está no tipo de escola: em 1934, as escolas eram públicas; em 1937, eram públicas e primárias; em 1946 e 1967, eram públicas e privadas; e em 1988 eram, mais uma vez, somente as escolas públicas.

Um ponto significativo para o Ensino Religioso foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN). Para Junqueira, A LDBEN 9.394/96, denominada também de ‘Lei Darcy Ribeiro’. “Orientava os sistemas de educação de todo o país e pretendia favorecer a diversidade nacional e a pluralidade cultural brasileira. Implicou uma nova compreensão para a Educação nacional, com princípios e fins mais amplos”³⁴. Ainda de acordo com as ideias do autor, a estrutura do Ensino Religioso aprovado pela LDBEN 9.394 era a seguinte:

- a) de matrícula facultativa, uma disciplina apenas para os alunos interessados;
- b) ministrada nos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental; mas para as escolas da rede privada não há nenhuma determinação;
- c) não acarretando nenhum ônus para os cofres públicos;
- d) oferecida conforme as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis;
- e) podendo ter caráter confessional ou interconfessional.³⁵

A LDB foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, pela Lei n. 9.394. Seu artigo 2 diz que “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”³⁶. O art. 33 da LDBEN, ao tratar do Ensino Religioso, afirma:

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável ministrada por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.³⁷

Sobre o texto original do artigo 33 da LDB, Diniz e Lionço, em sua obra *Educação e Laicidade*, apontam que o Ensino Religioso poderia ser ofertado em duas modalidades: a

³⁴ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Ensino Religioso: aspectos legal e curricular. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 35-36.

³⁵ JUNQUEIRA, 2007, p. 37-38.

³⁶ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCACAO. Lei 9.394, art. 2. [online].

³⁷ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCACAO. Lei 9.394, art. 33. [online].

confessional e a interconfessional. No entanto, “nessa definição o ensino confessional se confundiria com educação religiosa, semelhante àquela oferecida pelas comunidades religiosas para a formação de determinado grupo”³⁸. A explícita abertura confessional, por favorecer os interesses de alguns grupos religiosos, fez com que a LDB se tornasse alvo de discussões políticas. De acordo com os autores anteriormente citados, a “Lei n. 9.475/1997, que deu nova redação à LDB, foi relatada pelo então deputado padre Roque Zimmermann (PT/PR), um sinal da importância do tema para a Igreja Católica no cenário Político”³⁹. Foram retirados, nessa nova redação, os tipos de Ensino Religioso. Segue abaixo o texto da Lei nº 9.394/96:

O ER, conforme art. 210, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), será oferecido pelo Estado a todo educando da rede pública estatal, gratuitamente, na forma de Ensino inter-religioso, de modo a não suscitar proselitismo ou privilegiar instituições religiosas no interior da escola.

§ 1º Os Parâmetros Curriculares Nacionais do ER serão norteadores da ação pedagógica desse ensino.

§ 2º Os professores de ER serão do quadro próprio do magistério, devidamente habilitados.

§ 3º As denominações religiosas poderão se reunir, constituindo-se em entidade própria para supervisionar o cumprimento da Lei, credenciar os profissionais do ER e participar da construção dos parâmetros desse ensino.

§ 4º A regulamentação desta Lei far-se-á pelos órgãos competentes a cada Unidade da Federação, consideradas as realidades já existentes.

§ 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.⁴⁰

Tal parecer, no entanto, “[...] foi alterado na sessão de 17 de junho de 1997, no Plenário da Câmara dos Deputados, quando da aprovação, por quase unanimidade, do novo texto do art. 33 da LDBEN”⁴¹. A partir dessa nova redação, é priorizado o “princípio religioso, sem acentuar esta ou aquela tradição religiosa; cada aluno será aceito independentemente do credo professado. Essa alteração foi consequência de um significativo movimento articulador promovido pelo Fórum nacional Permanente do ER⁴²”. Dá-se, então, a nova redação da Lei 9.475, de 22.7.1997:

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

³⁸ DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana. *Educação e Laicidade*. Brasília: UNESCO: Letras Livres: EdUnB, 2010. p. 14.

³⁹ DINIZ; LIONÇO, 2010, p. 15.

⁴⁰ JUNQUEIRA, 2007, p. 43.

⁴¹ JUNQUEIRA, 2007, p. 44.

⁴² JUNQUEIRA, 2007, p. 45.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso.⁴³

A revisão da LDBEN foi além da inclusão do Ensino Religioso como componente curricular obrigatório. Os autores Junqueira, Brandenburg e Klein apontam que “O Art. 33, revisado pela Lei nº 9475, de 1997, passava a assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”⁴⁴. A revisão, portanto, “resultou em uma cessão de poderes do Estado para as comunidades religiosas: o Ministério da Educação desobrigou-se de seu poder e dever de definição de conteúdos programáticos para a educação básica”⁴⁵. O Ensino Religioso não dispõe de editais próprios para a avaliação e seleção dos materiais didáticos e conteúdos que serão aplicados nas escolas públicas. Para Diniz e Lionço, a LDB foi um novo ponto de partida para o debate contemporâneo do Ensino Religioso nas escolas públicas. “A discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação conferiu maior visibilidade ao tema do Ensino Religioso, impulsionando a discussão sobre o dispositivo da laicidade na educação do país”⁴⁶. Segundo Junqueira,

o Ensino Religioso é parte integrante da formação do ser humano, como pessoa e cidadão, estando o Estado obrigado a promovê-lo, não somente pela previsão de espaço e tempo na grade horária curricular da educação básica pública, mas também pelo seu custeio, quando não se revestir de caráter doutrinário ou proselitista, possibilitando aos educandos o acesso à compreensão do fenômeno religioso e ao conhecimento de suas manifestações nas diferentes denominações religiosas.⁴⁷

O passo seguinte na articulação do ER, na perspectiva da escolarização, “foi o fato de o CNE (Conselho Nacional de Educação) confirmar essa disciplina como uma das dez áreas do conhecimento que orientam o currículo nacional das escolas brasileiras”⁴⁸. Isso se formalizou a partir da Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998:

IV - Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental e:

- a) a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como:
 1. a saúde
 2. a sexualidade
 3. a vida familiar e social
 4. o meio ambiente
 5. o trabalho
 6. a ciência e a tecnologia

⁴³ BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. [online]

⁴⁴ JUNQUEIRA; BRANDENBURG; KLEIN, 2017, p. 47.

⁴⁵ DINIZ; LIONÇO, 2010, p. 15.

⁴⁶ DINIZ; LIONÇO, 2010, p. 13-14.

⁴⁷ JUNQUEIRA, 2007, p. 42.

⁴⁸ JUNQUEIRA, 2007, p. 46.

7. a cultura
8. as linguagens.
- b) as áreas de conhecimento:
 1. Língua Portuguesa
 2. Língua Materna, para populações indígenas e migrantes
 3. Matemática
 4. Ciências
 5. Geografia
 6. História
 7. Língua Estrangeira
 8. Educação Artística
 9. Educação Física
 10. Educação Religiosa, na forma do art. 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.⁴⁹

Foi mapeado, nessa seção, o ER em todas as Constituições Federais. A análise, portanto, foi feita desde a Constituição de 1934, a primeira a prever o ER em sua redação, até a Constituição de 1988, que vigora na atualidade. A LDBEN foi apresentada como um marco importante para o componente curricular do ER. Na próxima seção serão analisadas as diretrizes para formação do profissional do componente Ensino Religioso.

1.2 Diretrizes Nacionais para o curso de Licenciatura em Ciências da Religião e formação de professores

Um panorama histórico sobre as normas para a formação de professores que visam atuar na área de Ensino Religioso será apresentado nesta seção. Antes da década de 1990, não havia diretrizes para a formação desses profissionais. No entanto, o cenário mudou com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com o desenvolvimento do FONAPER. Tais fatores foram responsáveis, portanto, pelo início da profissionalização dos professores de Ensino Religioso. Após esse fato, foram publicadas leis, pareceres, resoluções e, também, a Base Nacional Comum Curricular, com o objetivo de se criar normas para a formação e profissionalização do professor de Ensino Religioso. A última resolução publicada em 2018 prevê um prazo de oito anos para que os sistemas de ensino se adequem às diretrizes estabelecidas para o curso de Licenciatura em Ciências da Religião.

De acordo com Junqueira, a carência de profissionais para atuarem na área de Ensino Religioso é uma das maiores dificuldades enfrentadas na educação brasileira, de norte a sul do país. Para o autor, a “realidade apresenta um índice elevado de professores atuando em áreas que não são de sua especificidade, e, com isso assumem a docência para suprir a carência nos

⁴⁹ Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. *Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998*. [online].

diferentes componentes curriculares”⁵⁰. Por esse motivo, “a formação docente, curso de licenciatura, graduação plena tem sido uma luta constante em todas as áreas de conhecimento pelos sistemas de ensino de todos os Estados da federação”⁵¹. Ao olhar para o histórico da área, Junqueira afirma que:

Antes da década de 90, a formação dos professores era organizada, quase em sua totalidade, pelas instituições religiosas cristãs. Algumas experiências em parceria com os sistemas de ensino, em decorrência da proposta confessional ou interconfessional, foram adotadas por essa disciplina. Os cursos receberam diversas denominações — Teologia, Ciências Religiosas, Catequese, Educação Cristã e outros similares —, oferecidos por Igrejas, ficando condicionadas à ajuda financeira do exterior e/ou a recursos do próprio professor.⁵²

No entanto, tais propostas para a formação de professores por instituições cristãs, em parceria com alguns institutos de ensino, com a proposta confessional ou interconfessional, não promoviam a habilitação da mesma maneira que o faziam para profissionais de educação de outras disciplinas. Esse fato gerava dificuldades em suas vidas funcionais, visto que não possuíam acesso aos direitos legais trabalhistas.

Os professores das outras disciplinas tinham suas graduações reconhecidas pelo MEC, dando-lhes direito ao ingresso por concurso público e, em consequência, de seguir plano de carreira funcional. Os professores de Ensino Religioso, embora muitas vezes formados por cursos de caráter teológico, não tinham reconhecimento por parte do MEC. Por imperativo da legislação, eram-lhes negados os acessos funcionais na área do magistério, sendo apenas permitida a contratação de seus serviços em caráter temporário.⁵³

De acordo com o artigo 62 da LDB nº 9394/96, “a formação dos docentes para atuarem na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”⁵⁴. Para o Ensino Religioso, os critérios deveriam ser os mesmos, uma vez que se trata de um componente curricular e de uma área de conhecimento. A redação da LDB nº 9394/96 revela que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.⁵⁵

⁵⁰ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Ensino Religioso no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015. p. 41.

⁵¹ JUNQUEIRA, 2015, p. 41.

⁵² JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro Rodrigues. A formação do professor de Ensino Religioso: o impacto sobre a identidade de um componente curricular. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 587-609, mai./ago. 2014. p. 595.

⁵³ JUNQUEIRA; RODRIGUES. 2014, p. 595-596.

⁵⁴ JUNQUEIRA, 2015, p. 41.

⁵⁵ BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. [online].

Nota-se, desde a década de 1970, tentativas de profissionalização dessa área do conhecimento através da formação específica do professor. A partir da segunda metade da década de 90, no entanto, esse cenário muda com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9,394/96⁵⁶: “a organização do FONAPER, a alteração do Artigo 33 da LDBEN, reforçaram a discussão acerca da profissionalização docente”⁵⁷.

A publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 em 20/12/96 pelo seu artigo 33 comprometeu seriamente o dispositivo legal. Esse dispositivo desencadeou na sociedade brasileira um processo significativo em prol do Ensino Religioso, esclarecendo de vez seu papel e sua importância na educação e corrigindo distorções históricas não redigidas no texto da lei. Dessa forma, pela primeira vez no Brasil são criadas oportunidades de sistematizar o Ensino Religioso como disciplina escolar que não seja doutrinação religiosa e nem se confunda com o ensino de uma ou mais religiões.⁵⁸

O artigo 33 da LDB nº 9394/96, alterado pela Lei nº 9475/97, declara que a habilitação e a admissão dos professores para o Ensino Religioso é de competência e de responsabilidade dos sistemas de ensino, estaduais ou municipais. A redação da LDB nº 9394/96, alterado pela Lei nº 9475/97, aponta:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.⁵⁹

Em 1999, o Conselho Pleno do CNE, ao tratar da formação de professores para o Ensino Religioso, aprovou o parecer 97/99, estipulando que:

Não cabe à União, determinar, direta ou indiretamente, conteúdos curriculares que orientam a formação religiosa dos professores, o que interferiria tanto na liberdade de crença como nas decisões de Estados e municípios referentes à organização dos cursos em seus sistemas de ensino, não lhe compete autorizar, nem reconhecer, nem avaliar cursos de licenciatura em ensino religioso, cujos diplomas tenham validade nacional.⁶⁰

Tal parecer transferiu a competência e a responsabilidade “aos sistemas estaduais e municipais de ensino, gerando impactos e impasses para a formação específica de professores

⁵⁶ JUNQUEIRA; RODRIGUES. 2014, p. 596.

⁵⁷ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Formação do Professor de Ensino Religioso: Um Processo em Construção no Contexto Brasileiro. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, p. 62-84, jun. 2010. p. 66.

⁵⁸ JUNQUEIRA, 2015, p. 50.

⁵⁹ BRASIL. LEI Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997. [online].

⁶⁰ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 97/99. [online].

de Ensino Religioso por meio de cursos de licenciatura, com resoluções e pareceres distintos nos diferentes sistemas de ensino”⁶¹.

No Brasil, os estados pioneiros a ofertar o curso de licenciatura plena em Ciências das Religiões foram Santa Catarina e Pará. Em outros estados há oferta de cursos livres, de extensão ou de especialização, para complementar a formação dos professores(as) oriundos de outras áreas, mas que atuam no Ensino Religioso⁶². No Estado do Espírito Santo, a Faculdade Unida de Vitória (FUV) é a pioneira em ofertar o curso de Licenciatura em Ciências das Religiões. Desde 2019 e por meio da portaria nº 344 de 12 de julho de 2019⁶³, a FUV está autorizada a ofertar o curso de Licenciatura em Ciências das Religiões na modalidade à distância. O curso possui a duração total de oito semestres, ou seja, de quatro anos⁶⁴.

De acordo com Junqueira⁶⁵, foi a partir de uma solicitação do CONERES que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) teria começado a ofertar a graduação em Ciência da Religião, que teve tanto o seu primeiro vestibular quanto a criação da revista eletrônica de Ciências das Religiões como acontecimentos de 2016. Entretanto, ao verificar essa informação no site da UFES, não foi possível encontrar a graduação em Ciência da Religião entre os cursos de modalidade à distância⁶⁶ ou mesmo de modalidade presencial⁶⁷ (em seus quatro campus). Há, apenas, uma publicação da data de 10 de junho de 2014 que revela ter sido convocado um comitê com o objetivo verificar a viabilidade da criação do curso na universidade⁶⁸.

É possível conhecer, a partir dos dados recolhidos no site do e-MEC⁶⁹, as instituições de ensino superior que ofertam os cursos de *Ciência da Religião*, *Ciências das Religiões e Ciências da Religião*. Atualmente, o curso de *Ciência da Religião*⁷⁰ é ofertado tanto como

⁶¹ KLEIN, Remí. *Formação docente na área do ensino religioso: socialização de projeto de pesquisa em curso de pedagogia no RS*. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2011, p. 14793.

⁶² JUNQUEIRA, 2015, p. 41.

⁶³ FUV- Portaria do MEC. [online].

⁶⁴ FUV – Informações sobre a Licenciatura em Ciências das Religiões. [online].

⁶⁵ JUNQUEIRA, 2015, p. 248-249.

⁶⁶ UFES, cursos na modalidade à distância. [online].

⁶⁷ UFES, cursos na modalidade presencial. [online].

⁶⁸ Ufes estuda criação de curso de graduação em Ciências da Religião. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/ufes-estuda-cria%C3%A7%C3%A3o-de-curso-de-gradua%C3%A7%C3%A3o-em-ci%C3%A7ncias-da-religi%C3%A3o>.

⁶⁹ E-MEC, sistema eletrônico de acompanhamento dos cursos e-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o reconhecimento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/e-mec-sp-257584288>.

⁷⁰ Informações disponíveis em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

licenciatura quanto como bacharel. A licenciatura é ofertada por três instituições de ensino superior⁷¹, enquanto o bacharelado é ofertado por apenas uma instituição⁷². O curso de *Ciências das Religiões*⁷³, por sua vez, é ofertado tanto como licenciatura (em três instituições de ensino superior⁷⁴) quanto como bacharel (em apenas uma instituição de ensino superior⁷⁵). O curso de *Ciências da Religião*⁷⁶ é ofertado como licenciatura e também como bacharel, sendo a primeira possibilidade acessível por meio de vinte e oito instituições de ensino superior⁷⁷ e a segunda em apenas uma instituição⁷⁸.

Apesar das inúmeras alternativas encontradas e elencadas para a formação inicial e continuada para professores de Ensino Religioso, entendemos que o único curso que de fato habilita para o Ensino Religioso é o curso de Licenciatura em Ciências da Religião com Habilitação em Ensino Religioso.⁷⁹

De acordo com Cortella, a área de Ensino Religioso é profundamente delicada e polêmica. Por esse motivo, a construção da competência do docente dessa disciplina “carece

⁷¹ Ofertam a Licenciatura em Ciências das Religiões: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na modalidade presencial, Universidade Santa Cecília (UNISANTA), na modalidade a distância e Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na modalidade presencial.

⁷² Oferta o Bacharel: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na modalidade presencial.

⁷³ Informações disponíveis em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

⁷⁴ Ofertam a Licenciatura em Ciências das Religiões: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na modalidade presencial; Centro Universitário (UNIESP), na modalidade a distância e a Faculdade Unida de Vitória (FUV), na modalidade a distância.

⁷⁵ Oferta o Bacharel: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na modalidade presencial.

⁷⁶ Informações disponíveis em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

⁷⁷ Ofertam a Licenciatura em Ciências das Religiões: Universidade Federal de Sergipe (UFS), na modalidade presencial; Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), na modalidade a distância; Universidade do Estado do Pará (UEPA), na modalidade presencial; Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), na modalidade presencial; Universidade Regional de Blumenau (FURB), na modalidade presencial; Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), na modalidade presencial; Centro Universitário Ítalo Brasileiro (UNIÍTALO), na modalidade presencial e a distância; Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli, na modalidade a distância; Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, na modalidade a distância; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), na modalidade a distância; Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), na modalidade presencial; Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), na modalidade presencial; Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Niterói (UNIAN-RJ), na modalidade a distância; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na modalidade a distância; Universidade Anhanguera (UNIDERP), na modalidade a distância; Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Campo Grande, na modalidade a distância; Faculdades EST (EST), na modalidade a distância; Centro Universitário Internacional (UNINTER), na modalidade a distância; Centro Universitário de Ensino, Ciência e Tecnologia do Paraná (UNI ENSINO), na modalidade a distância; Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas (FBNCTSB), na modalidade presencial; Centro Universitário Cidade Verde (UNIFCV), na modalidade a distância; Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST), na modalidade presencial; Centro Universitário Municipal de São José (USJ), na modalidade presencial; Centro Universitário Etep, na modalidade a distância; Universidade Católica De Pernambuco (UNICAP), na modalidade a distância; Universidade Regional De Blumenau (FURB), na modalidade presencial; Universidade Da Região De Joinville (UNIVILLE), na modalidade presencial e a Universidade Comunitária Da Região De Chapecó (UNOCHAPECÓ), na modalidade a distância.

⁷⁸ O curso de Bacharel em Ciências da Religião é ofertado pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA), na modalidade presencial.

⁷⁹ BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remí; REBLIN, Iuri Andréas; STRECK, Gisela Isolda Waechter. *Ensino Religioso e Docência em formação*. São Leopoldo, RS: Sinodal/EST, 2013. p. 29.

de maior substância e necessita ser feita de forma embasada, consistente, metódica, com os recursos e reflexões da Didática e da Pedagogia sobre processos educativos”⁸⁰. De acordo com o artigo 6º da Resolução CNE/CP 1/2002, o professor deve possuir determinadas competências como educador. São elas:

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

I - as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;

II - as competências referentes à compreensão do papel social da escola;

III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;

IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;

V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

§ 1º O conjunto das competências enumeradas neste artigo não esgota tudo que uma escola de formação possa oferecer aos seus alunos, mas pontua demandas importantes oriundas da análise da atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.⁸¹

O documento da BNCC não fornece informações sobre a formação de professores para o curso de Licenciatura em Ciência da Religião. No portal do MEC, porém, há uma matéria com o título “A Formação de professores será norteadada pelas regras da BNCC”⁸², de 19 de dezembro de 2018. Na reportagem, o ministro da Educação Rossieli Soares entrega ao CNE a Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica⁸³. Esse documento tem como objetivo a orientação de “(...) uma linguagem comum sobre o que se espera da formação de professores, a fim de revisar as diretrizes dos cursos de pedagogia e das licenciaturas para que tenham foco na prática da sala de aula e estejam alinhadas à Base Nacional Curricular Comum (BNCC)”⁸⁴. Encontra-se, entretanto, em uma versão preliminar, na qual é possível encontrar os pontos principais, mas não um conteúdo de acordo com o propósito apontado.

Foi publicado no Diário Oficial da União, em dezembro de 2018, a resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2018, que prevê um prazo de oito anos para que os sistemas de ensino se

⁸⁰ CORTELLA, Mario Sergio. Educação, Ensino Religioso e formação docente. In: SENA, Luiza. *Ensino Religioso e Formação Docente: Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 20.

⁸¹ MEC. Artigo 6º da Resolução CNE/CP 1/2002. [online].

⁸² Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/72141-formacao-de-professores-sera-norteadada-pelas-regras-da-bncc>>. Acesso em 12 fev. 2022.

⁸³ Documento preliminar disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105091-bnc-formacao-de-professores-v0&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 fev. 2022.

⁸⁴ Citação da matéria disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/72141-formacao-de-professores-sera-norteadada-pelas-regras-da-bncc>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

adequem às diretrizes estabelecidas para o curso de Licenciatura em Ciências da Religião. A redação dos artigos 10 e 11 pode ser conferida a seguir:

Art. 10. Pelo prazo de 8 (oito) anos, a contar da publicação destas DCN, a habilitação para a docência do Ensino Religioso para graduados não licenciados reger-se-á pelo disposto no artigo 14 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.

Art. 11. Pelo prazo de 8 (oito) anos, a contar da publicação destas DCN, a habilitação para a docência do Ensino Religioso para portadores de outras licenciaturas reger-se-á pelo disposto no artigo 15 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.⁸⁵

Dessa forma, os sistemas de ensino têm como prazo o ano de 2026 para adequarem o curso de Licenciatura em Ciências da Religião às novas diretrizes, expostas na resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2018. Vale lembrar que a formação precisa ser ofertada conforme as legislações apresentadas durante a discussão do tema.

A previsão é de que, até o ano de 2026, a habilitação para a docência do Ensino Religioso para graduados não licenciados seja regida pelo artigo 14 da resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que prevê:

Art. 14. Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária mínima variável de 1.000 (mil) a 1.400 (mil e quatrocentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, dependendo da equivalência entre o curso de origem e a formação pedagógica pretendida.⁸⁶

A habilitação para a docência do Ensino Religioso para portadores de outras licenciaturas, por sua vez, será regida pelo artigo 15 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 até o ano de 2026. Tal documento prevê: “Art. 15. Os cursos de segunda licenciatura terão carga horária mínima variável de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, dependendo da equivalência entre a formação original e a nova licenciatura”⁸⁷.

É necessário refletir criticamente sobre a importância da formação de professores para o Ensino Religioso, visto que “somente dessa forma será possível projetarmos mudanças e transformações significativas e coerentes para as práticas pedagógicas”⁸⁸. Martins Filho afirma que o “engajamento do professor, da professora e o entusiasmo para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas advém também de uma formação teórico-

⁸⁵ RESOLUÇÃO Nº 5, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018. Conselho Nacional da Educação. [online].

⁸⁶ CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Conselho Nacional da Educação. [online].

⁸⁷ CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Conselho Nacional da Educação. [online].

⁸⁸ BRANDENBUR; KLEIN; REBLIN; STRECK, 2013, p. 21.

prática sólida e consistente”⁸⁹ - o que professores e professoras formadores de professores e professoras procuram com insistência.



⁸⁹ BRANDENBUR; KLEIN; REBLIN; STRECK, 2013, p. 21.

2 A DEUSA ASHERAH NA BÍBLIA E NA PESQUISA HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICA

Este capítulo analisa a figura da deusa Asherah. O conteúdo quer contribuir para uma melhor compreensão acerca de sua presença e relevância em Israel e na Bíblia Hebraica. Para tanto, o capítulo está dividido em três partes e prioriza os seguintes aspectos: primeiro, apresenta a atual pesquisa acadêmica da história Israelita; depois, à luz das contribuições da arqueologia, esboça os principais achados que evidenciam a presença da deusa em Israel; por fim, analisa as narrativas bíblicas que fazem referência à Asherah e ao seu simbolismo no Israel antigo e na Bíblia Hebraica. Parte-se do pressuposto de que Asherah não teria sido cultuada apenas nos cultos familiares, mas, também, teria possuído um altar no templo de Jerusalém.

2.1 História e Arqueologia de Israel/Judá na atual pesquisa acadêmica

Será apresentada, nessa seção, a história da origem de Israel a partir do texto bíblico, da historiografia antiga (da qual autores como Donner, Schwantes, Fohrer, Albertz e Gottwald fazem parte) e, por último, da nova historiografia (tendo em vista autores como Finkelstein, Silberman e Liverani). A seguir, será apresentada a história a partir do texto bíblico. No segundo momento, será exposta a historiografia antiga e as críticas de Finkelstein, para, então, ser discutida a nova historiografia a partir de Liverani, Finkelstein e Silberman.

De acordo com a narrativa bíblica, a história de Israel se inicia com o patriarca Abraão. Ele, o primeiro dos patriarcas, foi também o receptor da promessa divina da terra e da descendência em grande número, que foi levada adiante através das gerações por seu filho Isaac e por Jacó, o filho de Isaac, também conhecido como Israel. Abraão foi dado como oriundo de Ur, no sul da Mesopotâmia, e se estabeleceu na cidade de Harã. Foi nesse local que Yahweh lhe ordenou: “Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai, para a terra que te mostrarei. Eu farei de ti um grande povo, eu te abençoarei, engrandecerei teu nome; sê uma bênção!” (Gn 12, 1-2).

Em obediência a Yahweh, Abraão saiu da terra de Harã para Canaã, acompanhado de sua esposa Sara e de seu sobrinho Ló. O homem migrou com seus rebanhos pelo meio da região montanhosa central, movendo-se principalmente entre Siquém (norte), Betel (próximo à Jerusalém) e Hebron (sul). Foi, também, até Negueb, ainda mais para o sul. A partir desse momento da história, Abraão se torna a origem de todas as nações da região. Durante a migração para Canaã, os pastores de Abraão e Ló, seu sobrinho, começaram a se envolver em

situações conflituosas. Para evitar maiores discussões, Abraão e Ló optaram por trilhar caminhos diferentes.

Dessa forma, Abraão e seu povo permaneceram nas terras altas ocidentais, enquanto Ló e sua família foram rumo ao oriente, seguindo até o vale do Jordão e estabelecendo residência em Sodoma, perto do Mar Morto. Yahweh, então, mandou fogo do céu para destruir Sodoma e Gomorra, uma vez que eram consideradas cidades abundantes em pecado. Ló partiu para as colinas orientais com o objetivo de se tornar o ancestral dos povos da Transjordânia - a saber, de Moab e Amon.

Isaac, filho de Abraão, alcançou a maturidade e migrou com seus rebanhos para a cidade de Bersabéia, onde conheceu e se casou com Rebeca. Tiveram, então, dois filhos: Esaú, o mais velho, e o caçador Jacó, o mais novo. Quando Isaac estava já velho e debilitado, Rebeca o enganou juntamente com Jacó, a fim de que o pai desse a bênção da primogenitura para Jacó, em vez de entregá-la a Esaú. Jacó, assim, fugiu de seu irmão após tomar para si a consagração e foi morar com seu tio Labão em Harã, no norte. O filho de Isaac se casou com as duas filhas de Labão, Lia e Raquel, e gerou onze filhos com elas. No entanto, Deus ordenou que Jacó retornasse com sua família para Canaã, e, durante a trajetória, o homem se viu em uma luta com um personagem misterioso. Seu nome, a partir desse episódio e por consequência da luta, é alterado de Jacó para Israel.

Jacó retornou, então, para Canaã, e sua esposa Raquel morreu ao dar à luz ao seu último filho, Benjamim. Jacó passou a ter doze filhos e, aos poucos, a família se converteu em um clã, o qual se tornaria mais tarde uma nação. Os filhos de Israel, no entanto, constituíam ainda uma família conflitiosa. José era o filho favorito de Jacó e, embora todos os irmãos meditassem matá-lo, Rúben e Judá não o permitiam. Venderam-no, assim, para um grupo de mercadores que desciam para o Egito. José, portanto, foi para o local e, morando por lá, tornou-se o grão-vizir do faraó. Dessa forma, reorganizou a economia do Egito para os sete anos ruins que viriam e, quando o tal período chegou, a população estava preparada para enfrentá-lo. Em Canaã, cidade vizinha sofriam por fome.

José, então, enviou seus onze filhos para o Egito em busca de alimento e, ao chegarem ao Egito, foram recebidos por seu irmão José - o qual não foram capazes de reconhecer. Mais tarde, a narrativa bíblica conta que José revelou sua identidade para a família, e Jacó, com seus onze filhos, decidiu ir para o Egito a fim de morar com José em Gessen. Em seu leito de morte, o pai concede o direito à primogenitura à Judá, e, logo depois de falecer, seu corpo foi levado de volta para Canaã. Por fim, José também morreu e os filhos de Israel permaneceram no Egito, onde se desdobraria o próximo capítulo de sua história como nação.

Trata-se, neste momento, do Êxodo: a libertação dos hebreus do Egito. Os filhos de Israel e suas famílias, vivendo por lá, cresceram a ponto de se tornarem uma grande nação que precisava ser libertada do faraó. Os descendentes de Israel eram conhecidos pela população egípcia como “hebreus”. O novo faraó, que não conhecia José e sua história, por temer que os hebreus fossem trair o Egito com um de seus inimigos, escravizou-os, forçando-os a formar equipes de construção para edificar as cidades reais de Pitom e Ramsés.

Surge, então, a figura de Moisés, associada à ideia de libertação do povo da escravidão egípcia, que rumaria à Terra Prometida. A figura heroica de Moisés confrontando a tirania do faraó, as dez pragas e o êxodo em massa dos israelitas do Egito mantiveram-se no decorrer dos séculos como imagens centrais e inesquecíveis da história bíblica. Durante esses anos ocorreram os milagres da sarça ardente, das pragas, da divisão das águas no Mar Vermelho, a aparição do maná no deserto e a revelação da Lei de Deus no Sinai.

Dessa forma, Moisés é conhecido como o personagem principal da libertação dos Hebreus do Egito. O ato final da narrativa do Êxodo teve lugar nas planícies de Moab na Transjordânia, defronte da Terra Prometida. Moisés, no entanto, nunca chegou a entrar na Terra Prometida, visto que veio a falecer ainda mais cedo. Antes de sua morte, nomeou Josué, filho de Nun, para liderar os Hebreus em sua conquista pela Terra. A conquista da Terra Prometida ou da Terra de Canaã se desenrola no livro de Josué.

Tal livro conta a história da campanha militar relâmpago, durante a qual os poderosos reis de Canaã foram derrotados em batalha e as tribos israelitas lograram sua herança. De acordo com a narrativa, essa é a história da vitória do povo de Deus contra pagãos arrogantes, na qual os derrotados sofrem punições capitais de despojamentos e mortes. Segundo a narrativa, após a conquista da terra, todos os cananeus e os outros povos nativos de Canaã foram destruídos integralmente. O território de Canaã, então, foi dividido entre doze tribos.

Os livros de Samuel expõem a história do reinado de Saul e Davi. A unção de Davi, filho de Jessé, como rei de todas as tribos de Israel finalizou o processo que tinha começado com a promessa original de Deus a Abraão tantos séculos antes. O autor relata, também, que Israel encontrou seu foco espiritual após séculos de lutas e migrações. Esse foi um período em que as promessas de Deus poderiam ser estabelecidas com segurança sob o reinado de um homem justo. As histórias sobre o Rei Davi contam como ele abateu o poderoso Golias com uma única pedra de funda, descrevem como foi aceito na corte real por sua habilidade como harpista, narram suas aventuras como rebelde e salteador, expressam seu desejo por Betsabéia e falam da conquista de Jerusalém e de um vasto império.

Salomão, filho de Davi, também foi de grande relevância na história de Israel. Lembrado como o mais sábio dos reis e o maior dos construtores, é também referido por seu juízo brilhante, por sua riqueza inimaginável e pela construção feita por ele do Grande Templo em Jerusalém. Durante o reinado dos reis Davi e Salomão, foi fundado o estado monárquico de Israel.

A historiografia antiga foi ultrapassada e superada por uma nova historiografia e, dessa forma, a história de Israel é agora vista, conforme apontam Finkelstein, Silberman e Liverani, por uma outra ótica. A narrativa tem início no contexto das ondas migratórias semíticas, “que emergiram do deserto da Síria e Arábia com o objetivo de penetrar no Crescente Fértil”⁹⁰. Fohrer explicita as quatro ondas: a onda acadiano-egípcia (3000 a.C.); a onda amorita (2500-2300); a onda cananea (2100-1700) e a onda aramaica (1400-900). Nota-se, portanto, que “(...) na história de Israel, não encontramos um grupo unificado de tribos etnicamente homogêneas. Em vez disso, deparamos com famílias, grupos e tribos de origens bem diferentes”⁹¹. Bright, autor conservador que teve sua teoria superada pela nova historiografia, trabalha com a ideia de que o “núcleo das pessoas que formariam o futuro Israel estava na escravidão do Egito. Embora os antepassados de Israel, sem a menor dúvida, tivessem entrado no Egito no período hicsu, outros hebreus (‘Apiru) chegaram ou foram levados para lá em épocas diferentes”⁹².

Gunneweg, por sua vez, defende que a história de Israel começa em Canaã. Ao considerar a história bíblica e a sequência dos livros do Antigo Testamento, a história de Israel tem início a partir da segunda parte do livro de Josué, somente, ou, melhor ainda, com o livro de Juízes⁹³. Por esse motivo, a abordagem da história de Israel de Martin Noth começa com “Israel como confederação de doze tribos” e trata das tradições do Egito, dos patriarcas e do Sinai como religiosidade de um Israel já assentado em Canaã”⁹⁴.

Israel não surge como um conjunto de tribos etnicamente homogêneas, conforme apontam os autores Romer, Fohrer, Albertz e Gottwald, mas de diversas tribos com características e culturas diferentes. Albertz relata que “[...] em suas próprias origens, a religião javista aparece funcionalmente relacionada a toda a tribo, aos laços tribais de

⁹⁰ FOHRER, George. *História da Religião de Israel*. São Paulo: Academia Cristã/Paulus. 2006. p. 32.

⁹¹ FOHRER, 2006, p. 34.

⁹² BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2003. p. 176.

⁹³ GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica, 2005. p. 43

⁹⁴ GUNNEWEG, 2005, p. 43.

parentesco e, eventualmente, a todo o povo”⁹⁵. Conforme Gottwald, “Israel estava articulado internamente em ‘tribos’, e que estas estavam subdivididas em ‘clãs’, que, por sua vez, estavam subdivididos em ‘famílias’ ou ‘casa dos pais’”⁹⁶.

De acordo com as ideias de Donner, Israel surgiu em solo palestinese. A fase de seu início e desenvolvimento deve ser tratada historicamente sob o conceito de “história primitiva de Israel”. Essa narrativa se estende até a formação do Estado sob os reis Saul e Davi. O Antigo Testamento, no entanto, afirma “o surgimento de Israel já no Egito e a partir dali conta com sua existência como uma grandeza pronta sob a direção de Javé e Moisés”⁹⁷. A teoria da infiltração pacífica referente às origens israelitas foi desenvolvida por Albrecht Alt. Para ele, os nômades pastoris do deserto não migravam a esmo, mas se moviam com seus rebanhos com uma rotina sazonal fixa. Seus movimentos precisos, portanto, eram baseados na mudança climática de acordo com as estações.

Esse processo foi gradual e pacífico, até começarem os conflitos com os povoados mais próximos pela posse da terra e da água. Tais questões constituíram o pano de fundo das divergências entre israelitas e cananeus, descritas no livro de Juízes. Essa teoria, no entanto, foi contestada por Yadin. Mais tarde, Aharoni explorou o Vale de Bersabéia e descobriu que não havia assentamentos no local durante o período do Bronze Tardio. A pequena quantidade de assentamentos foi estabelecida ali, conforme o pesquisador, no período do Ferro I⁹⁸.

É possível afirmar que a teoria da conquista militar e a teoria da infiltração pacífica possuíam entre si pontos em comum. Ambos pensamentos presumiam que os israelitas fossem um novo grupo que ingressou no país no final do período do Bronze Tardio. Acreditavam, também, que esse povo vivia em um estado civilizatório bem mais baixo do que os cananeus nativos. Contudo, entre 1960 e 1970, essa ideia foi abalada por antropólogos e arqueólogos que, operando no Oriente Médio, “perceberam as suposições desgastadas a respeito de distinções claras entre o mundo dos pastores migrantes e o dos colonos assentados eram simplistas, românticas, ingênuas e equivocadas”⁹⁹.

⁹⁵ “[...] sus mismos orígenes, la religión yahvista aparece funcionalmente relacionada con el conjunto de la tribu, con los lazos tribales de parentesco y, eventualmente, con la entera totalidad del Pueblo”(Tradução livre). ALBERTZ, Rainer. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento: de los comienzos hasta el final de la monarquía*. Madri: Trotta, 1999. p. 64.

⁹⁶ GOTTWALD, Norman Karol. *As tribos de Iahweh: uma sociologia da religião de Israel liberto*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 247.

⁹⁷ DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo: Sinodal, 1997. p. 82.

⁹⁸ FINKELSTEIN, Israel. *A Bíblia desenterrada: a nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens nos seus textos sagrados*. Petrópoles: Vozes, 2018. p. 329-333.

⁹⁹ FINKELSTEIN, 2018, p. 334.

As teorias da imigração e da conquista como explicação para a ocupação israelita da terra foram rejeitadas por George Mendenhall. Para ele, “o surgimento da religião israelita e da confederação tribal só poderia ser explicado com base nos desenvolvimentos sociais internos de Canaã durante a Idade do Bronze Tardia”¹⁰⁰. Mendenhall revisou as cartas de Tell el-Amarna em 1947 e concluiu que os *apiru*, identificados por alguns especialistas como hebreus, não formavam um grupo étnico, mas uma classe social bem definida. Em 1979, Gottwald acolheu e expandiu as teorias de Mendenhall, mas foi além. De acordo com o pesquisador, os sítios eram, de fato, israelitas, e esse povo foi o responsável por instituir uma sociedade mais igualitária em meios de produção e mais acessíveis a todos. Gottwald fez essa identificação dos espaços pois,

Teorizou que as regiões remotas de fronteira ou de florestas eram naturalmente atraentes para os membros de um movimento de independência que havia fugido de planícies e vales mais densamente povoados (e mais estritamente controlados) para estabelecer um novo modo de vida.¹⁰¹

Tal assentamento nas regiões pouco irrigadas e rochosas foi possível devido aos avanços tecnológicos. Neste sentido, Finkelstein aponta que foram necessárias “ferramentas de ferro para talhar cisternas no substrato rochoso e argamassa impermeável para selar as paredes das cisternas, bem como a técnica de fazer terraços em encostas montanhosas”¹⁰². O arqueólogo William Dever defende que, a partir dessas invenções tecnológicas, originou-se uma sociedade complexa e tecnicamente sofisticada.

A hipótese da revolta camponesa ou da revolução social ganhou apoio de vários biblistas e arqueólogos. Tal proposição atraiu esses pensadores por combinar com a realidade social de Canaã no período do Bronze Tardio, visto que explicava seu declínio e o surgimento do período do Ferro I. No entanto, Finkelstein afirma que “ela estava errada e, de fato, foi abandonada quase com a mesma rapidez com que emergia. E por quê? Ela era altamente especulativa e teórica e tinha pouco apoio real da arqueologia. De fato, a arqueologia testemunha contra ela”¹⁰³. O autor destaca que:

Ainda mais importante foi que na década de 1970 e no início da década de 1980, dados sólidos sobre os povoados das terras altas na Idade do Ferro I começaram a chover torrencialmente do campo e a nova evidência claramente contradisse a teoria da revolução social.¹⁰⁴

¹⁰⁰ FINKELSTEIN, 2018, p. 335.

¹⁰¹ FINKELSTEIN, 2018, p. 336.

¹⁰² FINKELSTEIN, 2018, p. 337.

¹⁰³ FINKELSTEIN, 2018, p. 338.

¹⁰⁴ FINKELSTEIN, 2018, p. 338.

Finkelstein conclui, então, com uma reflexão sobre as três teorias da conquista israelita: a teoria da invasão, a infiltração pacífica e a revolução social. Para ele, as ideias sustentam a noção central da Bíblia de que Israel surgiu como um fenômeno único e singular na história do país. Todos os autores citados acima fazem parte da antiga historiografia de Israel, que resulta superada pela nova - a qual veremos a seguir.

De acordo com a nova historiografia, a primeira menção a Israel é feita na estela de Merenptah, a qual celebra o triunfo de faraó sobre Ascalon e Gezer, Canã e Kharu em sua campanha na Palestina. Liverani afirma que é possível acompanhar “esses nomes com os determinativos de ‘região’; mas entre eles há um determinativo de ‘gente’ (portanto, um grupo tribal, não sedentário), e é Israel. É a primeira menção em absoluto do nome”¹⁰⁵. Décênios antes da estela de Merenptah, a estela de Sethi I Bet-She’na se refere às lutas de dois grupos locais no próprio território de Bet-She’na. Segundo Liverani,

A estela nomeia, além de ‘*Habiru* do monte Yarmuti’ também uma tribo de Raham. Podemos pensar que os membros dessa tribo se definissem como ‘filhos de Raham’ (*Banu-Raham) e que tivessem como antepassado epônimo um ‘pai de Raham’ (*Abu-Raham), que é o nome do patriarca Abraão.¹⁰⁶

O autor conclui que “‘Abramitas’ e ‘Israelitas’ eram, portanto, no século XIII, grupos pastoris ativos e interstícios [...] da ordem política palestina e mantidos sob controle (se muito turbulentos) pela ação militar egípcia”¹⁰⁷. Esses grupos, que são caracterizados como grupos nômades externos e são definidos com termos não geográficos, coletivos e tribais, estão inseridos no período do Bronze recente. O momento era de fortes tensões socioeconômicas, provocadas pelo endividamento da população camponesa e pela atitude dura e proposital por parte do rei e da aristocracia palatina.¹⁰⁸

Outro grupo importante para o período eram os Habiru. Finkelstein aponta que foram descritos nas cartas de Tell el-Amarna, no século XIV, como aqueles que viviam fora da principal sociedade cananeia. Dessa forma, diz que “desarraigados de sua terra natal por guerra, fome ou pesados de impostos, eles são às vezes descritos como foras da lei ou salteadores, às vezes como mercenários”¹⁰⁹. É relatado, também, que, em alguns casos, os grupos viviam no Egito como trabalhadores contratados para os projetos de construção do

¹⁰⁵ LIVERANI, Mario. *Para além da bíblia: história antiga israel*. São Paulo: Loyola/Paulus, 2008. p. 52.

¹⁰⁶ LIVERANI, 2008, p. 52.

¹⁰⁷ LIVERANI, 2008, p. 52.

¹⁰⁸ LIVERANI, 2008, p. 53.

¹⁰⁹ FINKELSTEIN, 2018, p. 110.

governo. Em suma, eram fugitivos rebeldes ou refugiados que viviam às margens do sistema político e da sociedade urbana.¹¹⁰

Os Habiru, de acordo com Liverani, eram camponeses endividados que se tornaram servos para o pagamento de suas dívidas. Tratava-se de uma servidão temporária, que quando atingia seu último estágio, tinha o devedor como escravo. Muitos camponeses, entretanto, fugiram para estados vizinhos, reunindo-se e organizando-se com os clãs pastoris. Conforme o autor, “esses grupos de gente afastados do próprio contexto social de origem e refugiados em outras partes são definidos como *habiru* [...] o termo tem conexão etimológica e semântica com as mais antigas atestações do termo ‘hebreus’”¹¹¹. Esse termo perde, então, sua conotação técnica de “foragido” para se tornar sinônimo de “inimigo”.

Dessa forma, a expressão adquiriu um significado pejorativo, referente àqueles que estão fora da lei ou, ainda, àqueles que se rebelam contra a autoridade legítima, conforme aponta Liverani. O autor explica que se tratava, por fim, de “grupos de foragidos, que pela elite sociopolítica das cidades cananeias estavam submetidos a tratamento implacável e que, precisamente por isso, tinham sido obrigados a fuga e a marginalização”¹¹².

No passado, especialistas deram a entender que a palavra *apiru* tem uma ligação linguística direta com a palavra ‘ibri’ ou ‘hebreu’, e que, em consequência, os *apiru* que aparecem nas fontes egípcias teriam sido israelitas antigos. Hoje sabemos que não é tão simples fazer essa associação. O uso disseminado do termo por muitos séculos e por todo o Oriente Próximo implica que ele possui um significado socioeconômico mais do que o de representar um grupo étnico específico.¹¹³

Devido às tensões socioeconômicas do sistema, o período do Bronze adentra em uma crise interna. Apesar de seu caráter interior, o colapso foi uma consequência dos acontecimentos externos, como os movimentos migratórios. Outro fator responsável pela ocorrência foi a pressão das invasões dos “Povos do Mar”. Nas palavras de Finkelstein, trata-se da “invasão de grupos misteriosos e violentos chamados de Povos do Mar, migrantes que vieram por terra e por mar do Ocidente e devastaram tudo que encontraram pelo caminho”¹¹⁴. Esses invasores foram caracterizados diferentemente dos povos egípcios e destacados, principalmente, pela cobertura de suas cabeças: “alguns portam elmos com chifres, outros trazem estranhos chapéus com plumas”¹¹⁵.

¹¹⁰ FINKELSTEIN, 2018, p. 110.

¹¹¹ LIVERANI, 2008, p. 54.

¹¹² LIVERANI, 2008, p. 100.

¹¹³ FINKELSTEIN, 2018, p. 110-111.

¹¹⁴ FINKELSTEIN, 2018, p. 95.

¹¹⁵ FINKELSTEIN, 2018, p. 96.

Os Povos do Mar se juntaram como mercenários antes do tempo da estela de Merenptah. O Egito e a Líbia sofreram as invasões desses povos, que “lançaram-se num amplo movimento que atingiu em sentido horário todas as costas do Mediterrâneo oriental, para se quebrar enfim as margens do delta, detidos pelos egípcios na batalha que Faraó celebra como épica”¹¹⁶. Ainda de acordo com Liverani, a “invasão dos ‘Povos do Mar’ teve repercussões de vários níveis no destino histórico da Palestina [...] mudou o quadro político regional de toda a parte do Oriente Próximo que dá para o Mediterrâneo”¹¹⁷. De acordo com Finkelstein e Silberman a descrição do Faraó Ramsés III, assim foi o desfecho da batalha:

Aqueles que chegaram até minha fronteira, sua semente não existe mais, seu coração e sua alma estão acabados para todo o sempre. Aqueles que vieram em bando por mar, a chama inteira estava diante deles. [...] Eles foram empurrados, cercados e prostrados na praia, mortos e cortados em pedaços de cabo a rabo.¹¹⁸

Os grupos pastoris contribuíram para a configuração de uma nova ordem social após as invasões dos “Povos do Mar”. Houve um processo de nomadização por parte dos grupos pastoris, a qual foi possível a partir da crise no palácio que serviu para a consolidação das tribos.

As vilas vizinhas se consideravam ‘irmãs’ no âmbito de um agrupamento mais amplo (que chamamos convencionalmente de tribos) no qual subsistiam hábitos de trocas matrimoniais, relações de hospitalidades (nos deslocamentos), ação comum por necessidade de defesa, coordenação para os períodos de transumância.¹¹⁹

Uma vez que a estrutura hierárquica foi abalada, a gravitação das vilas pastoris deixou de ser em relação ao palácio e passou a acontecer em função da tribo. Além disso, para Liverani, “a absorção de foragidos (habiru) com suas reivindicações socioeconômicas ‘antipalatinas’ dão a tribo uma dimensão e uma força nova”¹²⁰. Dessa forma, Liverani conclui:

O fato é que a tribo, entendida como agrupamento de vilas que decidem se considerar aparentadas entre si por descendência comum, assume uma dimensão territorial e demográfica considerável e é capaz de se propor a seus próprios membros como válida alternativa política ao palácio real.¹²¹

Além das tensões socioeconômicas e das invasões dos “Povos do Mar”, houve mudanças tecnológicas e culturais importantes na passagem do Bronze Recente para o

¹¹⁶ LIVERANI, 2008, p. 62.

¹¹⁷ LIVERANI, 2008, p. 65.

¹¹⁸ FINKELSTEIN, 2018, p. 96.

¹¹⁹ LIVERANI, 2008, p. 70.

¹²⁰ LIVERANI, 2008, p. 71.

¹²¹ LIVERANI, 2008, p. 71.

período do Ferro. Tais alterações são de movimentos externos, assim como de movimentos internos. Uma das modificações relacionadas à tecnologia é a laboração do ferro para a fabricação de armas - inovação que dá nome ao novo período do Ferro. Outra novidade foi o alfabeto, que deixou para trás o cuneiforme babilônico: “O alfabeto é, ao contrário, acessível a um círculo mais amplo de usuários [...] expandir-se-á a seguir num amplo raio, seguindo as diretrizes comerciais”¹²². A domesticação e utilização do camelo e do dromedário como animais de carga também foi um avanço importante para o período. Os asnos, que até então eram utilizados para essa tarefa, deram espaço aos bichos que conseguem transportar uma carga mais pesada e que podem resistir por mais tempo entre paradas para beber ou comer.¹²³

O cavalo torna-se um animal próprio para cavalgar, um animal de montaria que começou a ser utilizado na guerra, substituindo a função do camelo. Houve inovações técnicas para a navegação em alto mar, “um arranjo diferente [...] entre quilha, timão e velame, para permitir a navegação com vento de três quartos”¹²⁴. De acordo com Liverani, é possível afirmar que “há um paralelismo entre a abertura dos desertos (graças ao camelo) e a abertura dos mares (graças às novas técnicas náuticas), que se põe como substancial paralelismo cronológico e leva a análogos resultados”¹²⁵. A exploração dos territórios montanhosos, que no período do Bronze permaneceram como reservas de lenha e pasto estival, também pode ser citada como inovação no cenário. Todas essas transformações tecnológicas marcaram a passagem do período do Bronze para o período do Ferro.¹²⁶

A população agropastoril durante o período do Ferro se estabeleceu nos altiplanos, formando pequenas vilas e constituindo, assim, a nova sociedade. A população fixada nessas vilas foram denominadas como proto-israelitas. Conforme Liverani, “o nome Israel aparece desde o fim do século XIII (estelas de Merenptah) como referência justamente a esse novo conjunto étnico então já em formação e identificável como tal”¹²⁷. Essa nova sociedade, portanto, não é totalmente homogênea, mas possui continuidade com a cultura cananea do Bronze recente. Ainda de acordo com as ideias do autor, “a definição do horizonte das vilas do Ferro I nos planaltos centrais como ‘proto-israelita’ quer indicar precisamente um processo em ato, que não se cristalizou ainda numa autoconsciência étnica plena, mas estabelece as bases para o que virá”¹²⁸. Segundo Finkelstein,

¹²² LIVERANI, 2008, p. 74.

¹²³ LIVERANI, 2008, p. 74.

¹²⁴ LIVERANI, 2008, p. 75.

¹²⁵ LIVERANI, 2008, p. 75.

¹²⁶ LIVERANI, 2008, p. 75.

¹²⁷ LIVERANI, 2008, p. 81.

¹²⁸ LIVERANI, 2008, p. 88.

O renascimento de uma vida sedentária forte deve ter sido acompanhado por uma extensão da atividade agrícola e, por consequência, a porcentagem de grupos pastoris provavelmente diminuiu significativamente. A maioria desses assentamentos continuou ininterrupta até o Ferro IIA-B – o tempo do Reino do Norte – e disso eles podem ser rotulados de ‘israelitas’ tão cedo quanto o Ferro I. Em outras palavras, essa onda de assentamentos fez nascer o Israel Primitivo.¹²⁹

As cartas de Amarna do século XIV e a arqueologia fornecem informações importantes para a “compreensão do processo que teve lugar na área norte da região montanhosa central da Idade do Ferro”¹³⁰, mais especificamente de Siquém e suas tentativas de expansão territorial. A estela Khu-Sobek, encontrada em Abydos, no Egito, descreve uma campanha militar egípcia na região no século XIX a.C.:

A referência a ‘terra’ de Siquém e a menção a Siquém como paralelo aos Retenu (um título para Canaã), possivelmente indica que ela era o centro de uma ampla entidade territorial. Apenas dois locais na região montanhosa central – Siquém e Jerusalém – são mencionados nos Textos Egípcios de Execração dos séculos XIX-XVIII a.C.¹³¹

Tal menção indica que essa área estava dividida em dois centros políticos: um no norte, centrado em Siquém, e outro no sul, centrado em Jerusalém. Naquele momento, de acordo com Finkelstein, a Siquém “era aparentemente um assentamento pequeno e não fortificado. Na fase posterior da Idade do Bronze Médio, ela apresentou obras monumentais feitas com pedra e terra”¹³². O governante Labayu tentou a expansão tanto diplomaticamente quanto militarmente do território. Conforme o autor,

No auge de suas manobras, a coalizão de Siquém dominou amplas e importantes partes do centro de Canaã, desde Basã, no Nordeste, através das terras altas centrais, até Saron e a planície costeira ao sul do rio Jarcon, no Sudoeste [...] A coalizão de Siquém pressionou a fortaleza egípcia em Betsã e ameaçou desconectá-la dos centros egípcios de Jaffa e Gaza. Não é de se admirar que a coalizão anti-Siquém foi, conseqüentemente, apoiada pelas autoridades egípcias.¹³³

Alguns problemas da estrutura tribal são apresentados por Liverani. A existência das tribos é o primeiro deles, atribuída ao período do Ferro, bem como a estruturação da sociedade numa hierarquia de unidades familiares decrescentes: tribo, clã, família ampliada, família nuclear. No entanto, de acordo com Liverani, “esse âmbito de informações, especialmente se transmitidas na forma de genealogias ‘fundantes’, presta-se a extraordinárias

¹²⁹ FINKELSTEIN, Israel. *O reino esquecido: Arqueologia e história de Israel Norte*. São Paulo: Paulus, 2015. p. 39.

¹³⁰ FINKELSTEIN, 2015, p. 32.

¹³¹ FINKELSTEIN, 2015, p. 33.

¹³² FINKELSTEIN, 2015, p. 33.

¹³³ FINKELSTEIN, 2015, p. 36.

falsificações”¹³⁴. O autor conclui, ainda, apontando a plasticidade das genealogias: “pode-se acrescentar ou tirar uma tribo inteira, pode-se inserir uma filiação fictícia para unir um clã a uma tribo ou uma casa a um clã: sabe-se que as genealogias, por sua própria função, são ‘plásticas’ com referência ao curso dos acontecimentos”¹³⁵.

A situação espacial das tribos pode ser citada como uma segunda questão, visto que a localização dos grupos descritos no texto bíblico não é compatível com as concentrações das novas vilas do Ferro I. Liverani apresenta o exemplo da tribo de Judá, a qual

foi o suporte tribal do reino de Davi na metade do século X, de modo que não é temerário julgar que a tribo existisse pelo menos um século antes; mas é também plausível o processo inverso, ou seja, que a ‘tribo’ de Judá tenha se auto-identificado definitivamente só depois da constituição do reino de Davi.¹³⁶

O terceiro problema é a efetiva existência de uma liga formada por doze tribos, como se mostra no corpo sociopolítico já constituído. Para Liverani, “por se tratar de estabelecimentos certamente tardios, [...] improvável que já no século XII os grupos humanos que implantaram as novas vilas tivessem uma auto-identificação étnica geral”¹³⁷. Essa nova sociedade descrita até agora ocupava os seguintes locais:

os altiplanos do norte (Galiléia), do centro (Manassés-Efraim-Benjamim), do sul (Judá), parte dos planaltos transjordânicos (Gile’ad) e zonas semiáridas do sul (Negev). Ficam excluídas as terras agrícolas e mais fortemente urbanizadas da costa.¹³⁸

De acordo com as ideias de Liverani, “o processo formativo de realidades políticas propriamente definíveis como ‘israelitas’ situa-se num cenário caracterizado por fatores de grande poder explicativo”¹³⁹. O desmoronamento do sistema do período do Bronze recente está entre esses fatores, o que conseqüentemente permite que a região do Levante tenha autonomia e liberdade em relação às interferências externas. Finkelstein conclui, ao pensar sobre o surgimento de Israel, que trata-se de uma

decorrência e não causa do colapso da cultura cananea. E a maior parte dos israelitas não veio de fora de Canaã – eles emergiram de dentro dela. Não houve êxodo em massa do Egito. Não houve conquista violenta de Canaã. A maior parte das pessoas que formou o primeiro Israel era de pessoas locais – as mesmas pessoas que vemos nas terras altas durante toda a idade do bronze e a Idade do Ferro. Os

¹³⁴ LIVERANI, 2008, p. 90.

¹³⁵ LIVERANI, 2008, p. 90.

¹³⁶ LIVERANI, 2008, p. 91.

¹³⁷ LIVERANI, 2008, p. 93.

¹³⁸ LIVERANI, 2008, p. 100-101.

¹³⁹ LIVERANI, 2008, p. 112.

israelitas mais antigos foram – ironia das ironias –, eles próprios, originalmente cananeus!¹⁴⁰

A narrativa bíblica, de acordo com Liverani, situa um cisma das tribos de Israel com relação à casa de Davi. Tal fato se deu por ocasião da morte do Rei Salomão, que resultou no reinado de Jeroboão, um ex-funcionário de Jerusalém. Segundo Finkelstein, o novo rei surgiu como um homem forte, típico das terras altas, e é possível notar a existência de uma conexão entre Jeroboão I e Sesac, o rei do Egito. Essa ligação entre Jeroboão I e Sesac é uma “ versão mais elaborada na Septuaginta, que pode ter sido baseada numa fonte mais antiga, pré-deuteronomista, que ‘assemelhava-se aos livros de Juízes e Samuel’”¹⁴¹. Jeroboão então,

definir-se-á como ‘rei de Israel’, utilizando um nome que estava ligado aos altiplanos centrais desde a época de Merenptah e fazendo próprias as sagas ‘patriarcas’ do ciclo de Jacó, centradas na zona de Siquém e Bet El e vinculadas a tradição sobre a entrada das tribos vindas do leste.¹⁴²

Um importante acontecimento para o reino de Israel é o advento de Omri, que reinou de 885 a 874, e de seu filho, Acabe, que o fez de 874 a 853. “Os dias da dinastia omrida cobrem o início do Ferro Tardio IIA. De fato, é possível identificar um pós-omrida, na fase terminal do Ferro IIA no Norte de Israel”¹⁴³. Durante esse período, Israel passa a ser denominado como “estirpe de Omri” por parte dos assírios. Esse período marca uma mudança econômica e político-institucional, bem como uma estabilidade e o crescimento de Israel. A realização principal de Omri foi a fundação de uma nova capital em Samaria. Durante a dinastia omrida é possível notar que os “trinta anos de estabilidade e crescimento de Israel não são um fato isolado, mas se situam de maneira congruente no contexto do Levante”¹⁴⁴.

No tempo dos omridas, o Reino do Norte destacou as primeiras operações de construção monumental e atingiu seu primeiro período de prosperidade econômica e poder territorial. Suas realizações militares estão registradas em três textos extrabíblicos: na Inscrição de Kurkh de Salmaneser III, [...] Estela de Tel Dã e [...] Inscrição de Mesa.¹⁴⁵

Pode-se concluir, portanto, que a formação de Israel está situada em um “cenário caracterizado por fatores de grande poder explicativo. O desmoronamento do sistema regional do Bronze recente deixa todo o levante em condição de autonomia”¹⁴⁶, e vale citar a crise da

¹⁴⁰ FINKELSTEIN, 2018, p. 126.

¹⁴¹ FINKELSTEIN, 2015, p. 104.

¹⁴² LIVERANI, 2008, p. 142.

¹⁴³ FINKELSTEIN, 2015, p. 107.

¹⁴⁴ LIVERANI, 2008, p. 146.

¹⁴⁵ FINKELSTEIN, 2015, p. 108.

¹⁴⁶ LIVERANI, 2008, p. 111.

centralidade palatina e os avanços das inovações tecnológicas como outras peças do conjunto decisivo para a origem de Israel.

Dessa forma, é necessário que os materiais didáticos do Ensino Religioso sejam revisados e reelaborados de acordo com a nova historiografia, conforme evidencia a pesquisa apresentada. Os materiais analisados na seção 1.2 tratam a história de Israel de forma bíblico-confessional, um tanto proselitista. Não consideram, assim, a nova historiografia ou a arqueologia, que são elementos fundamentais para a origem desse povo. Em outras palavras, é possível concluir que a bibliografia do Ensino Religioso se encontra defasada.

Os israelitas, conforme a pesquisa de Finkelstein, não migraram para Canaã, mas eram de origem cananeia. Dessa forma, sua herança cultural era canaanita, e a identificação de um deus nacional é fruto de um longo processo. A adoção de Yahweh como o deus das tribos israelitas é uma releitura historiográfica posterior, “é indicativo o fato que nenhum dos patriarcas, nenhum dos epônimos tribais, nenhum dos ‘juízes’ e nenhum dos reis da fase formatista tenha nome javista”¹⁴⁷. Liverani afirma, ainda, que há motivo para julgar que o culto a Yahweh tenha se tornado nacional em Judá nos anos de 900 a 850 a.C. e também em Israel nos anos de 850 a 800 a.C. Como visto nessa seção, Israel é, originalmente, um povo canaanita. Asherah, por sua vez, é uma deusa canaanita que foi adorada sozinha e, como consorte de Yahweh, seu culto esteve presente em Israel até a reforma de Josias em 622 a.C.

A BNCC prevê em sua redação que nos materiais didáticos de Ensino Religioso sejam tratados os “aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, particularmente sobre mitos, ideia(s) de divindade(s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas, ideias de imortalidade, princípios e valores éticos”¹⁴⁸, presentes na unidade temática *Crenças Religiosas e Filosofias de vida*.

Na seção 2.2 será analisada a presença da deusa Asherah a partir da Arqueologia, mostrando sua presença na sociedade de Israel.

2.2 Asherah na Arqueologia

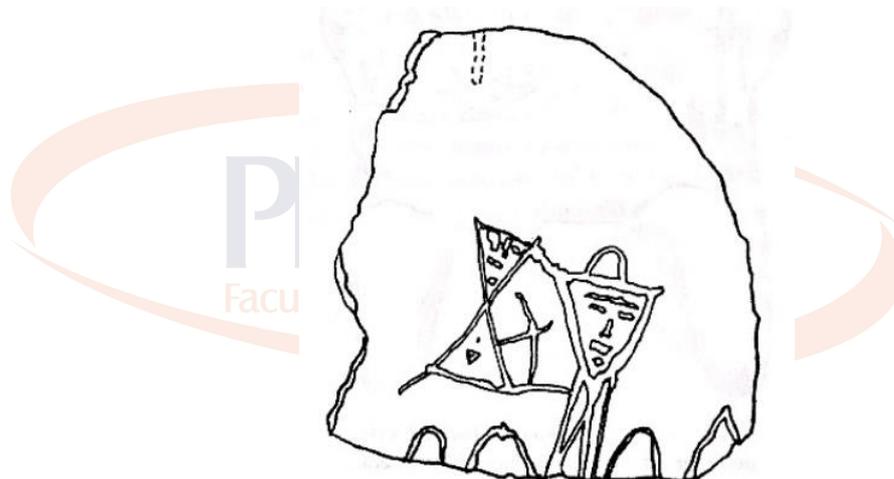
Os achados arqueológicos que representam a deusa Asherah serão apresentados nesta seção. Tem-se, de 1500 a 1200 a.C., uma grande quantidade de estatuetas femininas de metal

¹⁴⁷ LIVERANI, 2008, p. 109.

¹⁴⁸ BNCC – Base Nacional Comum Curricular. [online]. p. 439.

ou terracota feitas em moldes.¹⁴⁹ Sobre tais obras, Dever, afirma que todas “apresentam figurinhas femininas nuas, com quadris largos e seios fartos. Às vezes, o triângulo púbico é exagerado e representado graficamente”¹⁵⁰. Para o autor, não há dúvidas de que as imagens representam uma deusa: Asherah. Em 1920, Garth Gilmour propôs identificar Yahweh e Asherah em um caco encontrado nas escavações de Davi. Na imagem há duas figuras: uma feminina à esquerda e uma masculina à direita. As quatro abóbadas, por sua vez, seriam a representação de um trono ou das montanhas. Nesse sentido, Romer aponta que o “triângulo no alto representaria um rosto e o triângulo em baixo um sexo feminino. As duas estão ligadas por outro triângulo. De novo, a proposição é interessante, mas permanece altamente especulativa”¹⁵¹.

Figura 01: Imagem estilizada sobre o caco da cidade de Davi. Fonte: Romer, 2016



Em 1930, o arqueólogo britânico James L. Starkey encontrou um jarro em Láquis. A peça estava decorada com inscrições raras do alfabeto semítico e sua pintura retratava “duas cabras selvagens mordiscando os galhos de uma árvore”¹⁵². Dever também aponta que “Correndo ao redor do topo no alfabeto cananeu antigo havia uma fórmula dedicatória: ‘Mattan: Na oferenda para minha senhora’¹⁵³. Para Dever, “Mattan” é, provavelmente, o nome do adorador, mas também pode ser traduzido como “presente”. “Elat”, por sua vez, é a

¹⁴⁹ DEVER, William G. *Did God have a wife?* Archaeology and folk religion in ancient Israel. Michigan: WM. B. Eerdmans, 2005. p. 185.

¹⁵⁰ “All of them presente a nude female figurines, with wide hips and full breasts. Sometimes the pubic triangle is exaggerated and graphically portrayed” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 185.

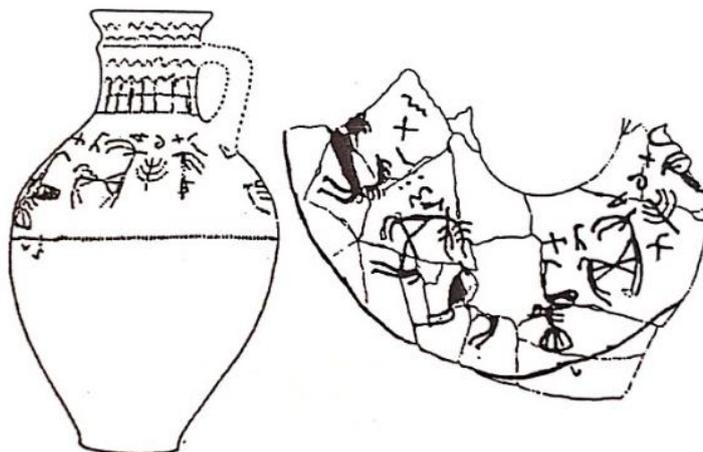
¹⁵¹ ROMER, 2016, p. 165.

¹⁵² “two rampante wild goats nibbling at the branches of a tree” (Tradução Livre). DEVER, 2005. p. 226.

¹⁵³ “Running around the top in Old Canaanite script was a dedicatory formula: ‘Mattan: Na offering for my Lady Elat’” (Tradução Livre). DEVER, 2005. p. 226.

forma feminina do nome da divindade masculina cananeia (El) e, também, um dos nomes de Asherah - a grande deusa de Canaã.¹⁵⁴

Figura 02: Jarro do Templo de Láquis e Inscrição proto-cananéia sobre o Jarro de Láquis. Fonte: Dever, 2005.



Outros achados arqueológicos foram os pingentes ugaríticos, que “retratavam uma Deusa, provavelmente, Atirat/Elat. A figura humana estilizada nestes pingentes contém o rosto, os seios e a região púbica e uma pequena árvore estilizada gravada acima do triângulo púbico”¹⁵⁵, conforme Cordeiro. Dever, por sua vez, afirma que “[...] ficou mais claro do que nunca que Asherah, o símbolo do triângulo púbico feminino, e a árvore podiam ser intercambiáveis na iconografia cültica”¹⁵⁶. Asherah, então, era também simbolizada por uma árvore.

Figura 03: Pingentes Ugaríticos. Fonte Cordeiro, 2011



¹⁵⁴ DEVER, 2005, p. 226.

¹⁵⁵ CORDEIRO, Ana Luisa Alves. *Onde estão as deusas? Asherah, a Deusa proibida, nas linhas e entrelinhas da Bíblia*. São Leopoldo: Cebi, 2011, p. 37.

¹⁵⁶ “Canaanéia Now it became clearer than ever that Asherah, the symbol of the female pubic triangle, and the tree could all be interchangeable in Canaanite clitic iconography” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 228.

Em tumbas egípcias do segundo milênio a.C. foram encontradas pinturas nas quais havia a ilustração de uma árvore totalmente ramificada, representada por uma mulher oferecendo um seio com a mão estendida e amamentando um bebê. Uma dessas cenas retrata o Faraó Tutmosis III.¹⁵⁷

Figura 04: Pintura da tuba egípcia. Fonte: Keel; Uehlinger, 1996.



A arqueóloga inglesa Kathleen Kenyon, em 1960, “descobriu centenas de estatuetas femininas quebradas em uma caverna perto do templo de Salomão em Jerusalém”¹⁵⁸. Obras também foram encontradas em cidades importantes entre os séculos VIII e VII a.E.c., como Jerusalém, Arad, Bersabeia, Beit-Mirsim, Bet-Sames e Láquis. Conforme apresenta Romer, a “forma mais frequente é composta de um poste, muito frequentemente feito à mão, sobre o qual se fixou um busto feminino, sempre feito à mão, e depois uma cabeça moldada”¹⁵⁹. Os seios da deusa estão em primeiro plano, o que revela seu aspecto nutriz. O erótico, por sua vez, desempenha um papel subalterno.

¹⁵⁷ DEVER, 2005, p. 228.

¹⁵⁸ CORDEIRO, 2011, p. 37.

¹⁵⁹ ROMER, 2016, p. 165.

Figura 05: Estatuetas Judaítas, Fonte: Cordeiro, 2011.



Em Khirbet el-Qom, a oeste de Hebrom, foi descoberto no ano de 1967 um túmulo judaico. Datado da segunda metade do século VIII a.C., tinha em si uma inscrição na parede interior. Croatto apresenta a seguinte tradução para a inscrição:

1. Uriyahu [...] sua inscrição
2. Abençoado seja Uriyahu por Javé (Iyhwh)
3. Sua luz por Aserá, a que mantém sua mão sobre ele
4. Por sua rpy, que [...].¹⁶⁰

Faculdade Unida de Vitória

Figura 6: Inscrição de Khirbet el-Qom. Fonte: Matos, 2019.

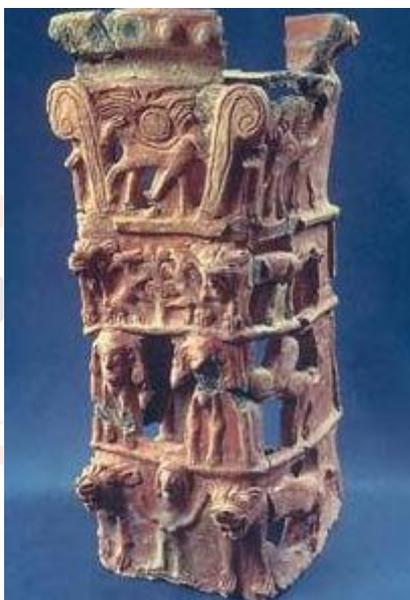


Romer apresenta, também, um objeto cultural com representação do casal Yahweh e Asherah, encontrado em Ta'anakh, no sul do vale de Jezrael, no ano de 1968. Essa peça revela quatro andares, dentre os quais “os dois superiores mostram uma árvore estilizada e um

¹⁶⁰ CORDEIRO, 2011, p. 38.

disco solar acompanhado, sem dúvida, de um cavalo”¹⁶¹. Para o autor, tais elementos são possíveis símbolos de Aserá e Yhwh. J. Hadley deduz que a abertura guardada pelas duas esfinges poderia simbolizar Yahweh, “não por uma imagem, mas pela fumaça que se fazia escapar e que se poderia aproximar da ‘glória de Yhwh’, uma espécie de nuvem representando a manifestação divina”¹⁶². Para Dever, a monumentalidade das grandes oferendas e, especialmente, o molde para estatuetas da produção em massa, sugerem que a Estrutura Cultic 'Ta'anach era um *bamah* servindo ao público, embora faltem algumas características esperadas (como pedras monolíticas e altares).¹⁶³

Figura 7: Pedestal do culto de Ta'anakh. Fonte: Cordeiro, 2011



Foram encontradas, em 1975, inscrições no sítio de Kuntillet Ajrud, localizado a cerca de cinquenta quilômetros ao sul de Cades. Essas inscrições mostram uma estreita relação entre Yhwh e Asherah.¹⁶⁴ Outras escavações da “Universidade de Tel Aviv descobriram aí instalações que foram interpretadas como um santuário ou uma escola. A hipótese mais provável é que se trate de um caravanchará que pode ser datado do início do século VIII antes de nossa era”¹⁶⁵. Nesse mesmo local, foram identificadas inscrições em muros e *pithos*. Romer revelou as inscrições de três *pithos*, que fazem referência às “duas manifestações

¹⁶¹ ROMER, 2016, p. 164.

¹⁶² ROMER, 2016, p. 164.

¹⁶³ “the monumentality of the large offering stands and especially the mold for mass-producing figurines, suggest that the Ta'anach ‘Cultic Structure’ was a *bamah* serving the public, even though it lacks some expected features such as standing stones and altars” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 228.

¹⁶⁴ ROMER, 2016, p. 159.

¹⁶⁵ ROMER, 2016, p. 159.

locais do deus nacional israelita, o qual possuía um santuário em Samaria e em uma região ou cidade chamada Temã, situada a sudeste do Neguebe ou em Edom”¹⁶⁶. De acordo com Romer:

Pithos A1

1. Dit’[...] (nome próprio 1) [...]: ‘Diz a Yehalle’ [I?] (nome próprio 2), Yosa (nome próprio 3) e [...] (nome próprio 4): Eu vos abençoo (ou: eu vos tenho abençoado)

2. Por Yhwh de Samaria (*smrn*) e sua Aserá.

Pithos B2

1-2. Amaryahu diz:

3. ‘Diga a meu Senhor:

4. ‘Vais bem?’

5-8 Eu te abençoo (eu o abençoei) por Yhwh de Témân (*[h] tmn*)¹¹ e por sua Aserá.

Que ele (quer dizer Yhwh) (te) abençoe e te guarde

9 E que ele esteja com o meu Senhor’

Pithos B 3

[Eu te abençoo (eu te abençoei) por Yhwh de Temã e por /sua Aserá

Tudo o que ele pedir a qualquer um, que ele (quer dizer Yhwh) o conceda

[...] e Yhwh lhe dê segundo seu desígnio [...].¹⁶⁷

Juntamente com as inscrições acima sobre Yahweh de Samaria e sua Asherah, “há dois desenhos importantes, e que têm gerado bastante discussão na pesquisa, para compreender a associação de Javé e Asherah”¹⁶⁸. Segundo Romer, alguns pesquisadores viram no desenho do Pithos A as imagens de Yahweh e Asherah. Dever, por sua vez, descreve o Pithos A da seguinte forma:

retrata o conhecido motivo fenício de uma vaca amamentando seu filhote (idêntico ao motivo nos painéis de marfim esculpidos do século IX ao VIII); uma palmeira estilizada (parecendo um tanto fálica) ladeada por duas cabras selvagens rampantes, um motivo comum na iconografia cananéia anterior.¹⁶⁹

Sobre o Pithos B, Romer aponta que “Mordechai Gilla propôs identificar o personagem da esquerda que tem, segundo ele, traços bovinos, com Yhwh. A figura da direita teria inicialmente representado Asherá”¹⁷⁰. Outra hipótese para a compreensão do desenho seria a de que a figura duplicada refere-se ao deus egípcio Bes, que muitas vezes aparece como gêmeo. Romer indaga:

¹⁶⁶ ROMER, 2016, p. 160.

¹⁶⁷ ROMER, 2016, p. 159-160.

¹⁶⁸ MATOS, 2019, p. 356.

¹⁶⁹ “depicts the well-known Phoenician motif of a cow suckling her calf (identical to the motif on 9th-8th century b.c. carved ivory panels); a stylized palm tree (looking rather phallic) flanked by two rampante wild goats, a common motif in earlier Canaanite iconography” (Tradução livre). DEVER, 2005, p. 163.

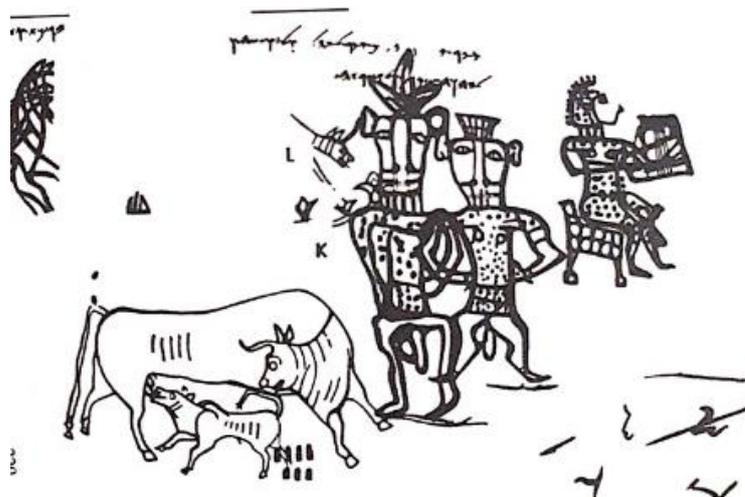
¹⁷⁰ ROMER, 2016, p. 161.

E o que dizer da pessoa tocando lira que se encontra mais à direita do mesmo desenho? Trata-se simplesmente de um músico qualquer, ou teríamos aí Aserá instalada em seu trono? Essa última tese levanta um problema: o gênero da pessoa não é evidente e, nos textos mitológicos, Aserá não aparece como uma deusa musicista.¹⁷¹

Considerar a figura tocando lira como Asherah, para Dever, é o argumento decisivo para a hipótese de que o “trono de leão” no qual a figura está sentada não é uma cadeira familiar. O autor observa, também, os pés abertos em forma de garras¹⁷², e afirma que há diversos inscritos da Idade de Ferro do Levante, mostrando que um epíteto frequente da deusa Asherah era “a Senhora Leoa”¹⁷³. Dessa forma, “se a figura feminina Kuntillet ‘Ajrûd é uma deusa, ela deve ser identificada com Asherah, a velha Deusa Mãe Cananéia. Não apenas isso, mas o hebraico texy apura que ela é ‘Asherah de Yahweh’”¹⁷⁴.

A hipótese do desenho representar Asherah e Yahweh é, para Romer, a mais plausível. Finkelstein aponta que o sítio de Kuntillet Ajrud “foi interpretado como uma estação de comércio relacionada com o culto, um santuário dedicado a YHWH e Aserá, um lugar de culto a Aserá associado a uma árvore sagrada”¹⁷⁵. O autor também diz que o “culto em Kuntillet ‘Ajrud parece ter sido dedicado a YHWH de Temã, que é YHWH das zonas áridas do sul, e Aserá”¹⁷⁶. Temos, abaixo, as figuras representadas no Pithos A:

Figura 8: Dois personagens sob a inscrição do Phitos A, encontrado em Kuntillet Arjud. Fonte: Keel; Uehlinger, 1996.



¹⁷¹ ROMER, 2016, p. 161.

¹⁷² DEVER, 2005, p. 164.

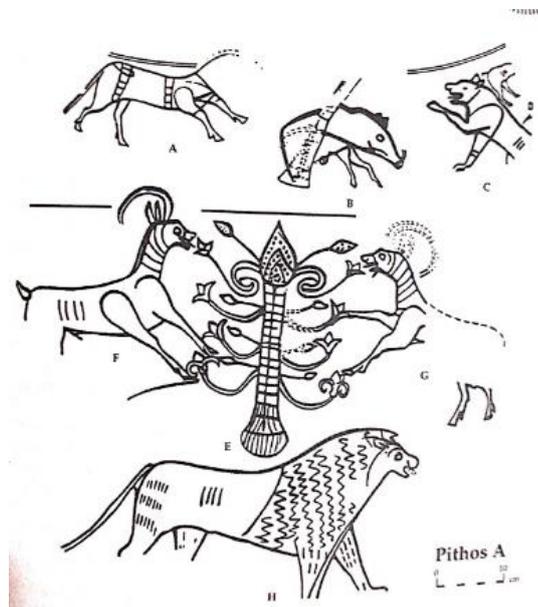
¹⁷³ DEVER, 2005, p. 166.

¹⁷⁴ “Thus if the Kuntillet ‘Ajrûd female figure is a goddess, she must be identified with Asherah, the old Canaanite Mother Goddess. Not only that, but the Hebrew texy apesifies that she is ‘Yahweh’s Asherah’” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 166.

¹⁷⁵ FINKELSTEIN, 2015, p. 178.

¹⁷⁶ FINKELSTEIN, 2015, p. 179.

Figura 9: Verso do Pithos A de Kuntillet Arjud. Fonte: Keel; Uehlinger, 1996.



Conforme Romer é possível mais representações iconográficas do casal Asherah e Yahweh, como a que Christopher Uehlinger identificou em uma terracota. Tal objeto possuía 16 centímetros de altura e era proveniente de Tell Beit Nirsim, em Judá, datando o século VIII ou século VII a.E.C. A imagem na terracota que retratava um casal divino foi, então, descrita da seguinte forma: “sobre um trono com uma figura masculina ocupando o lugar central e uma mulher ao seu lado, estando os dois rodeados de animais sagrados, leões ou esfinges”¹⁷⁷.

Figura 10: Asherah e Yahweh no trono. Fonte: Romer, 2016.



¹⁷⁷ ROMER, 2016, p. 163.

Outra descoberta arqueológica aconteceu no deserto do Neguebe, ao sul de Jerusalém: tratava-se de Arad. Cordeiro aponta que “No templo de Arad, arqueólogos encontraram fortes evidências de um lugar de culto onde Javé e Asherah podem ter sido adorados. No santuário interno foram encontrados dois altares diante de um par de pedras verticais, que possivelmente indicavam o culto a Javé e Asherah”¹⁷⁸. Kaefer diz que o templo encontrado em Arad possuía as dimensões e o formato similar ao templo de Jerusalém.¹⁷⁹

Ainda de acordo com Kaefer, foram encontradas estelas no templo de Arad. “Construído em continuidade com os lugares altos, com as eiras, ou as *bamot*, onde aconteciam os ritos da fertilidade, foram encontradas no templo duas estelas (*massebot*)”¹⁸⁰. As estelas estavam fixadas no templo, e a maior delas, que representava a divindade masculina (Javé? Baal?), media 90cm, era fálica e tinha a parte superior pintada de vermelho. A estela que representava Asherah, por sua vez, era um pouco menor. Em frente a cada estela era possível encontrar um altar para incenso.¹⁸¹

Figura 11: Templo de Arad. Fonte: Matos, 2019.



Para Finkelstein e Silberman, “Aserá, na maioria do tempo venerada sob o corpo de uma árvore, era, inicialmente, a parceira de Iahweh, mas com o crescente desenvolvimento do javismo como religião de um deus masculino, transcendente e único, ela foi taxada como sua maior rival e inimiga”¹⁸². O culto à deusa era expressido por meio de “rituais para a fertilidade da terra, e as bênçãos dos antepassados davam esperança ao povo, para o bem-estar de suas

¹⁷⁸ CORDEIRO, 2011, p. 37.

¹⁷⁹ KAEFER, José Ademar. *Arqueologia das terras da Bíblia*. São Paulo: Paulus, 2012. p. 33.

¹⁸⁰ KAEFER, 2012, p. 33.

¹⁸¹ KAEFER, 2012, p. 33.

¹⁸² OTTERMANN, 2005, p. 48 *apud* CORDEIRO, 2011, p. 42.

famílias, e santificavam a posse do campo e das terras”¹⁸³. Nota-se que há uma dualidade na representação de Asherah: “antropomorfa, no templo de Jerusalém e de Samaria, e sob a forma de uma árvore estilizada nas *bamot* e em outros lugares¹⁸⁴”, conforme aponta Romer. Para Dever,

A feitura de imagens, condenada na Bíblia Hebraica, era muito um aspecto de santuários rurais (veja a forma para confeccioná-las em Ta'anach; acima), e mais ainda para a produção doméstica. A fabricação das típicas estatuetas femininas de terracota Asherah não exigia tecnologia, apenas um molde e argila. E sua ocorrência frequente em todos os tipos de contextos domésticos mostra que praticamente todas as mulheres tinham um (ou mais).¹⁸⁵

Essa seção se dedicou a apresentar os achados arqueológicos da deusa Asherah, sejam eles em formas de estatuetas ou suas representações no templo. Cumpru-se, assim, o objetivo de mostrar que a deusa Asherah foi, de fato, adorada, e que existiam estatuetas e objetos litúrgicos feitos especialmente para ela. Tais artefatos estavam em Israel e Judá entre 850-735 a.C. Keel e Uehlinger, dizem que “em geral, a ‘Deusa Nua’ parece ser representada apenas marginalmente em Israel e Judá durante a Idade do Ferro IIB. Isso é especialmente verdadeiro para 850-735”¹⁸⁶. Por fim, Dever afirma que:

Falar de asherah como ‘apenas’ um símbolo é como dizer a uma piedosa mulher católica romana que o crucifixo que ela reverencia é ‘apenas um paio de paus’. Ou dizendo a um judeu que sobreviveu ao Holocausto que a Estrela de Davi é ‘apenas um par de triângulos’. Isso é reducionismo com uma vingança¹⁸⁷.

A seção 2.3 Asherah se dedicará a apresenta as quarenta passagens de Asherah na Bíblia Hebraica, como objeto litúrgico, poste sagrado e como deusa.

2.3 Asherah na Bíblia

Os textos bíblicos em que a deusa Asherah aparece serão apresentados nesta seção. Há um esforço redacional na Bíblia, ou seja, um fato de redação, para apresentar Yahweh como

¹⁸³ FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 326.

¹⁸⁴ ROMER, 2016, p. 167.

¹⁸⁵ “*The making of images, condemned in the Hebrew Bible, was very much na aspecto f rural shrines (see the mold for making them at Ta'anach; above), and even more soo f domestic production. Fabrication of the typical female Asherah terra-cotta figurines reuired no technology, only a mold and clay. And their frequente occurrence in all sorts of household contexts shows that virtually every womn had one (or more)*” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 240.

¹⁸⁶ “*in general, the ‘Naked Goddess’ seems to be represented only marginally in Israel and Judah during Iron Age IIB. This is especially true for 850-735*” (Tradução livre). KEEL, Othmar; UEHLINGER, Christoph. *God's goddesses, and images of god in ancient israel*. Philadelphia: Fortress Press, 1996. p. 202.

¹⁸⁷ “*To speak of asherah as ‘only’ a symbol is like saying to a pious Roman Catholic woman that the crucifix she reveres is ‘only a paio of sticks’. Or saying to a Jew who survived the Holocaust that the Star of David is ‘only a couple of triangles’. This is reducionism with a vengeance*” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 200.

um deus celibatário, enquanto as menções à Asherah são interpretadas a partir de um culto não javista. Cordeiro aponta que há uma “preocupação dos redatores bíblicos de excluir qualquer suspeita da Deusa Asherah aparecer ao lado de Yahweh, como sua consorte, de tal forma que os escritos bíblicos possivelmente foram redigidos com a intenção de apagar e demonizar a presença da Deusa”¹⁸⁸. É nessa perspectiva que os redatores bíblicos trabalharam na construção dos textos. No entanto, Dever diz que:

Na verdade, os eruditos bíblicos deveriam ter visto a presença de Asherah o tempo todo, já que ela é transparente nas várias passagens da Bíblia Hebraica onde a palavra asherah deve ser lida como um nome próprio (acima) - e o nome de quem, se não o poço-conhecida a velha divindade cananéia Asherah?¹⁸⁹

Por mais que Yahweh tenha sido adorado como “deus nacional, o que lhe dá um lugar privilegiado, pelo menos no culto oficial; mas isso não exclui de forma alguma, a veneração de uma deusa ao seu lado”¹⁹⁰. “Na religião popular, Asherah pode ter sido sua consorte e, portanto, participar do yavismo, como sua senhora; mas para os partidos ortodoxos deuteronomistas, ela era a prostituta dos deuses pagãos”¹⁹¹. Asherah é mencionada quarenta vezes nos textos bíblicos é referida como deusa, mas também como objeto sagrado. Nesse sentido, Croatto defende que:

Ao contrário do que alguns exegetas sustentam e sustentaram, a palavra, quando se refere a um objeto que simboliza a Deusa, não significa ‘árvore (sagrada)’, nem ‘santuário’. Deve-se notar também que em seu sentido mais aceito de ‘pós’, não é um objeto ‘idólatra’ (termo infeliz na tradição cristã), mas um símbolo da Deusa, ou seja, é um objeto planta (relacionado com uma de suas funções, a de dar vida) trans-sentido em símbolo que analogicamente se refere à própria Deusa na dimensão vivida.¹⁹²

Mesmo que alguns de seus redatores tentem esconder ou negar a presença da deusa na Bíblia, as menções a ela são feitas como a pessoa da deusa, no singular e plural (*Ashtarot*) ou,

¹⁸⁸ CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Asherah, A Deusa Proibida. In: REIMER, Ivone Richter. *Imaginários da divindade: textos e interpretações*. Goiânia: UCG; São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 40.

¹⁸⁹ “In truth, biblical scholars should have seen Asherah’s presence all along, since it is transparente in the several passagens in the Hebrew Bible where the word asherah must be read as a proper name (above) – and the name of whom, if not the well-known old Canaanite deity Asherah?” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 211.

¹⁹⁰ ROMER, 2016, p. 157.

¹⁹¹ “In folk religion, Asherah may have been his consorte, and thus parto f yahwism, his lady; but to the orthodox Deuteronomist parties, she was the whore of pagan gods” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 212.

¹⁹² “Contra lo que algunos exégetas han sostenido y sostienen, el vocablo, cuando se refiere a un objeto que simboliza a la Diosa, no significa ni “árbol (sagrado)”, ni “santuário”. Cabe observar también que en su sentido más aceptado de “poste”, no es un objeto “idolátrico” (término infeliz de la tradición cristiana) sino un símbolo de la Diosa, o sea que es un objeto vegetal (relacionado con una de sus funciones, la de dar vida) trans-significado en símbolo que remite analógicamente a la Diosa misma en la dimensión que es experimentada” (Tradução livre). CROATTO, S. J. La Diosa Asherá en el Antiguo Israel el: aporte epigráfico de la arqueología. *Revista de Interpretación Bíblica Latino-Americana*, Petrópolis, n. 38, p. 32-44, 2001. p. 36.

ainda, como um objeto litúrgico no singular (*asherah*) e plural (*asherot*).¹⁹³ Serão aqui apresentados os textos em que a deusa é mencionada de acordo com a tradução da Bíblia de Jerusalém. Vale reforçar que “As inúmeras citações sobre Asherah demonstram seu peso no contexto religioso, o que faz dela uma grande ameaça ao monoteísmo javista em ascensão”¹⁹⁴. Para alcançar o objetivo de reunir os textos bíblicos em que a deusa é retratada, foram utilizadas as pesquisas de Croatto¹⁹⁵, Ana Luisa Alves Cordeiro¹⁹⁶ e Dever¹⁹⁷. Nota-se que a deusa Asherah é citada nos textos bíblicos ora como deusa, ora como objeto cúbico. A deusa no singular (*Sherot*) é mencionada sete vezes; a deusa no plural (*Ashtarot*) é mencionada apenas uma vez. A deusa como objeto cúbico no singular (*Asera*) é mencionada doze vezes; como objeto cúbico no plural (*Aserot*) é mencionada vinte vezes. Tais ocorrências serão listadas e aprofundadas abaixo.

Serão expostos, no primeiro momento, os textos bíblicos nos quais a deusa aparece no singular (*Sherot*). Em 1Rs 15,13, tem-se o seguinte trecho: “chegou a retirar de sua avó a dignidade de Grande Dama, porque ela fizera um ídolo para Aserá; Asa quebrou o ídolo e queimou-o no vale do Cedron”. Em 2Cr 15,16, vê-se que “até Maaca, mãe do rei Asa, foi destituída da dignidade de Grande Dama, por ter feito um ídolo para Aserá”. Já no trecho de 1Rs 18,19, lê-se: “pois bem, manda que se reúna junto de mim, no monte Carmelo, todo o Israel com os quatrocentos profetas de Aserá, que comem à mesa de Jezabel”. De acordo com Croatto, houve uma inserção posterior no relato bíblico de 1Rs 18,19. “Elias ordena que os 450 profetas de Baal e os 400 profetas de Ashera” sejam reunidos. Esta última referência é geralmente considerada um brilho. Se for, quem incorporou deixa claro que Ashera era uma Deusa (neste caso, em paralelo com Baal)¹⁹⁸. Dever nota que nesse relato bíblico houve um silêncio sobre o acontecido aos 400 profetas de Asherah. O autor argumenta que:

Foi sugerido por alguns que o texto foi posteriormente adulterado de modo a eliminar qualquer referência a Asherah. Mas eu argumentaria que se os profetas de Asherah tivessem sido executados, os escritores bíblicos teriam exultado com esse fato e o teriam incluído de bom grado em sua história. Então Asherah e seus profetas provavelmente foram poupados. Por que - a menos que seu culto fosse amplamente

¹⁹³ CROATTO, 2001. p. 36.

¹⁹⁴ CORDEIRO, 2008. In: REIMER, 2008. p. 40.

¹⁹⁵ CROATTO, 2001, p. 32-44.

¹⁹⁶ CORDEIRO, Ana Luisa Alves. *Onde estão as deusas? Asherah, a Deusa proibida, nas linhas e entrelinhas da bíblia*; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. *Asherah, A Deusa Proibida*. In: REIMER, Ivone Richter. *Imaginários da divindade: textos e interpretações*. Goiânia: UCG; São Leopoldo: Oikos, 2008.

¹⁹⁷ DEVER, William G. *Did God have a wife? Archaeology and folk religion in ancient Israel*. Michigan: WM. B. Eerdmans, 2005.

¹⁹⁸ “Elias manda juntar a los 450 profetas de Baal “y los 400 profetas de Asherá”. Esta última referencia suele considerarse una glosa. Si lo es, quien la incorporó tenía claro que Asherá era una Diosa (en este caso, en paralelo con Baal)” (Tradução livre). CROATTO, 2001. p. 37.

tolerado, apesar das dúvidas de alguns puristas, e tolerado mesmo na ‘religião oficial’ no norte?¹⁹⁹

Há, entre os estudiosos, uma discussão sobre o texto apresentado em 2Rs 21,7: “colocou o ídolo de Aserá, que mandara esculpir, no Templo, do qual Iahweh dissera a Davi e a seu filho Salomão: Neste Templo e em Jerusalém, cidade que escolhi entre todas as tribos de Israel, colocarei meu Nome para sempre”. De acordo com Croatto, “o redator considera tal companhia um insulto ao nome de Javé, um sinal de que foi importante na consciência do rei e do Povo. Note que aqui não falamos de um ‘mastro’, mas de uma estátua, o que nos permitirá compreender a dupla ação de Josias contra a Deusa”²⁰⁰. Em 2Rs 23,4, tem-se que “o rei ordenou a Helcias, o sumo sacerdote, aos sacerdotes que ocupavam o segundo lugar e aos guardas das portas que retirassem do santuário de Iahweh todos os objetos de culto que tinham sido feitos para Baal, para Aserá e para todo o exército do céu; queimou-os fora de Jerusalém, nos campos do Cedron e levou suas cinzas para Betel”. Nesse texto, Asherah é associada a Baal, e, sobre isso, Croatto explica que Baal

é esquecido na Bíblia como um Deus cananeu, devido ao fato de que sua forma hebraica (‘el) na verdade representa a assimilação da anterior a Yahweh, Deus de Israel, conforme indicado por este mesmo nome (Yisra-‘el) e assim muitos outros (‘abî-‘el = ‘Ilu é meu Pai’ / Yô-‘el = ‘Ilu é Yahweh’, etc.). Por esse motivo, em vários textos bíblicos, incluindo 2 R 23,4, é Baal quem está associado a Ashera, claro que quando não é o próprio Yahweh, já assimilado a Ilu.²⁰¹

Em 2Rs 23,7, narra-se: “demoliu as casas dos prostitutas sagrados, que estavam no Templo de Iahweh, onde as mulheres teciam véus para Aserá”. De acordo com Croatto, “o verbo ‘tecer’ sem dúvida se refere a tecidos. É por isso que alguns traduzem battîm como ‘vestidos’. Nesse caso, deve ter sido sobre vestidos feitos para a estátua de Asherá, prática atestada em outros textos a respeito das estátuas dos deuses”²⁰². De acordo com Dever, “II Reis 23 é a passagem mais reveladora de todas. Esta é a ‘peça definida’ dos historiadores

¹⁹⁹ “It has been suggested by some that the text has later been tampered with so as to eliminate any reference to Asherah. But I would argue that had Asherah’s prophets been executed, the biblical writers would have exulted in that fact and would gladly have included it in their story. So Asherah and her prophets were probably spared. Why – unless her cult was widely tolerated, despite the misgivings of some purists, and tolerated even in ‘official religion’ in the north?” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 211.

²⁰⁰ “el redactor siente tal compañía como una injuria al nombre de Yavé, señal de que era importante en la conciencia del rey y del Pueblo. Nótese que aquí no se habla de un ‘poste’ sino de una estatua, lo que nos permitirá entender la doble acción de Josías contra la Diosa” (Tradução livre). CROATTO, 2001. p. 37.

²⁰¹ “está olvidado en la Biblia en cuanto Dios cananeo, por el hecho de que su forma hebrea (‘el) representa de hecho la asimilación de aquél a Yavé, Dios de Israel, como lo señala este mismo nombre (Yisra-‘el) y tantos otros (‘abî-‘el = “Ilu es mi Padre”/Yô-‘el = “Ilu es Yavé”, etc.). Por esa razón, en varios textos bíblicos, entre ellos 2 R 23,4, es Baal quien está asociado a Asherá, por supuesto que cuando no lo es el mismo Yavé, ya asimilado a Ilu” (Tradução livre). CROATTO, 2001. p. 37.

²⁰² “El verbo ‘tejer’ remite indudablemente a tejidos. Por eso algunos traducen battîm por “vestidos”. Debía tratarse en ese caso de vestidos hechos para la estatua de Asherá, una práctica atestiguada en otros textos respecto de las estatuas de los Dioses” (Tradução livre). CROATTO, 2001. p. 37.

deuteronomistas e sua história revisionista do antigo Israel: a história das reformas de seu herói (e sem dúvida patrono), ‘bom rei Josias’²⁰³. Foi a partir do rei Josias que houve a extinção das práticas cúlticas a Asherah.

Na verdade, o que temos em II Reis 23 é nada menos do que um ‘inventário’ das práticas religiosas da maioria das pessoas no antigo Israel, não apenas no final da monarquia, mas como indubitavelmente existiam desde o início (Asherah tinha sido tolerado no Templo até agora).²⁰⁴

A deusa no plural (*Ashtarot*) é mencionada apenas uma vez: em Jz 3,7, tem-se que “os israelitas fizeram o que é mau aos olhos de Iahweh. Esqueceram Iahweh seu Deus para servir aos baais e às aserás”. A deusa como objeto cúltico (“poste”) no singular (*asera*) aparece no texto de Dt 16,21: “não plantarás um poste sagrado ou qualquer árvore ao lado de um altar de Iahweh teu Deus que hajas feito para ti”. De acordo com Croatto, a proibição de Dt revela três aspectos:

O objeto que simboliza Ashera (daí a designação) é feito de madeira; Em segundo lugar, é ‘plantado’, o que não se diz de uma escultura, mas de um tronco ou mastro; Finalmente, sua instalação ‘ao lado do altar de Yahweh’ indica o caráter cúltico do símbolo e, acima de tudo, a associação da Deusa simbolizada com o próprio Yahweh.²⁰⁵

As menções a deusa continuam nos seguintes textos: de acordo com Jz 6,25, “aconteceu que, naquela mesma noite, Iahweh disse a Gedeão: ‘Toma o touro de teu pai, o touro de sete anos, de uma segunda cria e destrói o altar de Baal que pertence a teu pai e quebra o poste sagrado que está ao lado’”. Esse poste sagrado seria a representação de Asherah. O texto continua em Jz 6,26, “em seguida construirás a Iahweh teu Deus, no cume desse lugar forte, um altar feito segundo a regra. Tomarás então o touro da segunda cria e o oferecerás em holocausto sobre a lenha do poste sagrado que terás destruído”. Em Jz 6,28, “no dia seguinte, bem cedo, o povo da cidade se levantou, e eis que o altar de Baal tinha sido destruído, o poste sagrado que estava ao seu lado tinha sido cortado, e o touro da segunda cria fora oferecido em holocausto sobre o altar recém-construído”.

²⁰³ “*II Kings 23 is the most revealing passage of all. This is the ‘set piece’ of the Deuteronomistic historians and their revisionist history of ancient Israel: the history of the reforms of their hero (and no doubt patron), ‘good king Josiah’*” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 212.

²⁰⁴ “*In fact, what we have in II Kings 23 is nothing less than a ‘inventory’ of the religious practices of most people in ancient Israel, not only toward the very end of the monarchy, but as they undoubtedly had been in place from the beginning (Asherah had been tolerated in the Temple until now)*” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 212.

²⁰⁵ “*El objeto que simboliza a Asherá (por eso la designación) está hecho de madera; En segundo lugar, es “plantado”, lo que no se dice de una escultura sino de un tronco o poste; Por fin, su instalación “junto al altar de Yavé” indica el carácter cúltico del símbolo, y sobre todo la asociación de la Diosa simbolizada con el propio Yavé*” (Tradução livre). CROATTO, 2001. p. 38.

Em Jz 6,30, o redator apresenta que “os habitantes da cidade disseram então a Joás: ‘Traz para fora o teu filho, para que morra, porquanto destruiu o altar de Baal e cortou o poste sagrado que estava ao seu lado’”. Já em 1Rs 16,33, lê-se que “Acab erigiu também um poste sagrado e cometeu ainda outros pecados, irritando Iahweh, Deus de Israel, mais que todos os reis de Israel que o precederam”. Aos olhos dos redatores, Acab fez o que era ruim ou não agradava Yahweh. “Essas ações do rei do norte enfureceram os autores judeus do Livro dos Reis, mas eles as relataram devidamente; e é precisamente por causa de sua relutância que devemos levar seu relatório a sério²⁰⁶”. Dever diz, ainda, que Asherah é assimilada a Baal, e não a Yahweh, e que, dessa forma, sua credibilidade sofre impacto. Apresenta-se, em 2Rs 13,6, a ideia de que “todavia, não se apartaram do pecado ao qual a casa de Jeroboão havia arrastado Israel; obstinaram-se nele e até mesmo o poste sagrado permaneceu de pé em Samaria”.

Em 2Rs 17,16, vê-se que “rejeitaram todos os mandamentos de Iahweh seu Deus, fabricaram para si estátuas de metal fundido, os dois bezerros de ouro, fizeram um poste sagrado, adoraram todo o exército do céu e prestaram culto a Baal”. O deuteronomista pós-josiano ‘editor’ explica a ruína de Samaria porque “eles abandonaram todos os mandamentos de Yahweh e fizeram uma fundição, os dois bezerros, e fizeram uma Aserá e se prostraram diante de todo o Exército do Céu e adoraram Baal”²⁰⁷. Já em 2Rs 18,4, é possível ver que “foi ele que aboliu os lugares altos, quebrou as estelas, cortou o poste sagrado e reduziu a pedaços a serpente de bronze que Moisés havia feito, pois os israelitas até então ofereciam-lhe incenso; chamavam-na Noestã”.

O texto de 2Rs 21,3 apresenta que se “reconstruiu os lugares altos que seu Ezequias, seu pai, havia destruído, ergueu altares a Baal, fabricou um poste sagrado, como havia feito Acab, rei de Israel, e prostrou-se diante de todo exército do céu e lhe prestou culto”. Em 2Rs 23,6, “transportou do Templo de Iahweh para fora de Jerusalém, para o vale do Cedron, o poste sagrado e queimou-o no vale do Cedron; reduziu-o a cinzas e lançou suas cinzas na vala comum”. 2Rs 23,15, “demoliu também o altar que estava em Betel, o lugar alto edificado por Jeroboão, filho de Nabat, que havia arrastado Israel ao pecado; demoliu também esse altar e esse lugar alto, queimou o lugar alto e o reduziu a pó; queimou o poste sagrado”. Asherah nessa passagem também é destruída e reduzida a cinzas.

²⁰⁶ “These actions by the northern king enraged the judean authors of the Book of Kings, but they duly report them; and it is precisely because of their reluctance that we should take their report seriously” (Tradução livre). DEVER, 2005. p. 211.

²⁰⁷ “El ‘editor’ deuteronomista postjosiano explica la ruina de Samaria porque “abandonaron todos los mandamientos de Yavé y se hicieron una fundición, los dos becerros, e hicieron una asera y se prostraron ante todo el Ejército de los Cielos y veneraron a Baal” (Tradução livre). CROATTO, 2001. p. 38.

A deusa como objeto cltico no plural (*aserot*) aparece nos textos: 2Cr 19,3, que diz “todavia, foi encontrado em ti algo de bom, pois eliminaste da terra as aserás e aplicaste teu corao  procura de Deus”; e 2Cr 33,3, que afirma que se “reconstruiu os lugares altos que Ezequias, seu pai, havia destruído, ergueu altares para os baais, fabricou postes sagrados, prostrou-se diante de todo o exército do céu e lhe prestou culto”. De acordo com Cordeiro:

As intenções daqueles que redigiam tais textos parecem claras, ou seja, querem demonstrar que o ‘bom e justo’ rei e povo é aquele que elimina qualquer resquício da presença de outros Deuses e Deusas em Israel, que o rei ou povo que ‘faz mal aos olhos de Yahweh’ seria justamente aquele que aceita a realidade politeísta.²⁰⁸

De acordo com as ideias do artigo *La Diosa Asherá en el Antiguo Israel el: aporte epigráfico de la arqueologia*, de Croatto, a deusa também aparece no masculino (*aserim*). Nesse caso, porém, seu sentido de deusa é perdido, pois passa por um processo de masculinizao²⁰⁹ - uma outra forma de suprimir a memória da deusa. Cordeiro, em suas pesquisas, concorda com a ideia da elaboração da masculinização de Asherah exposta no trabalho de Croatto. Para Croatto, “outro recurso equivalente, utilizado em toda a tradição cristã, é traduzir os vários termos que indicam os símbolos dos deuses e deusas, entre eles asera ou aserim, pela palavra depreciativa, injusta e falsa de ‘dolo(s)’”²¹⁰. Os textos em que assim está representada serão expostos a seguir.

L-se, no texto de Ex 34,13: “ao contrário, derrubareis os seus altares, quebrareis as suas colunas e os seus postes sagrados”. Já em Dt 7,5, tem-se: “Eis como deveis tratá-los: demolir seus altares, despedaçar suas estelas, cortar seus postes sagrados e queimar seus dolos”. Em Dt 12,3: “demolireis seus altares, despedaareis suas estelas, queimareis seus postes sagrados e esmagareis os ídolos dos seus deuses, fazendo com que o nome deles desapareça de tal lugar”. No trecho de 1Rs 14,15, vê-se que “Iahweh ferir Israel, como o cano que vacila na água; arrancar Israel desta boa terra que deu a seus pais e o dispersar do outro lado do Rio, porque fizeram postes sagrados, provocando a ira de Iahweh”.

No mesmo sentido, vê-se em 1Rs 14,23 o seguinte trecho: “construindo lugares altos, erguendo estelas e postes sagrados sobre toda a colina elevada e debaixo de toda árvore frondosa”. Já em 2Rs 17,10, tem-se: “erigiram para si estelas e postes sagrados sobre toda colina elevada e debaixo de toda árvore verdejante”. Encontra-se, em Is 17,8, o seguinte texto:

²⁰⁸ CORDEIRO, 2008. In: REIMER, 2008. p. 43.

²⁰⁹ Há termos femininos no hebraico que recebem plural masculino, o que pode sugerir que a “teoria” da masculinização do tremo *asherah* corresponda a uma interpretação equivocada do fenmeno.

²¹⁰ “Otro recurso equivalente, usado a través de toda la tradición cristiana, es traducir los diversos términos que indican los símbolos de los Dioses y Diosas, entre ellos asera o aserim, por el vocablo despectivo, injusto y falso de ‘dolo(s)’” (Tradução livre). CROATTO, 2001. p. 39.

“ele não tornará a atentar para os altares, obra das suas mãos, objeto que os seus dedos fabricaram; ele não voltará a olhar para as estelas sagradas, nem para os altares de incenso”. Em Is 27,9: “porque, com isto, será expiada a iniquidade de Jacó. Este será o fruto que ele há de recolher da renúncia ao seu pecado, quando reduzir todas as pedras do altar a pedaços como pedras de calcário, quando as aserás e os altares de incenso já não permanecerem de pé”. Já em Jr 17,2, tem-se que “para que seus filhos se lembrem de seus altares e de seus postes sagrados perto das árvores verdejantes. Sobre as colinas elevadas”.

A ideia também é apresentada em Mq 5,13: “arrancarei do teu seio teus postes sagrados e destruirei as tuas cidades”. Em 2Cr 14,2: “eliminou os altares do estrangeiro e os lugares altos, despedaçou as estelas, destruiu as aserás”. Em 2Cr 17,6: “seu coração caminhou nas sendas de Iahweh e ele suprimiu de novo em Judá os lugares altos e as aserás”. 2Cr 24,18, “o povo de Judá abandonou o Templo de Iahweh, Deus de seus pais, para prestar culto aos postes sagrados e aos ídolos. Devido a esse pecado, a ira de Deus se abateu sobre Judá e sobre Jerusalém”. Em 2Cr 31,1: “terminadas todas essas festas, todo o Israel que lá se achava saiu pelas cidades de Judá quebrando as estelas, despedaçando as aserás, demolindo os lugares altos e os altares, para eliminá-los por completo de todo o Judá, Benjamim, Efraim e Manassés. A seguir, todos os israelitas voltaram para suas cidades, cada um para seu patrimônio”. Em 2Cr 34,3: “no oitavo ano de seu reinado, quando ainda não era mais que um adolescente, começou a buscar ao Deus de Davi, seu antepassado. No décimo segundo ano do seu reinado, começou a purificar Judá e Jerusalém dos lugares altos, das aserás, dos ídolos de madeira ou metal fundido”.

Tem-se, no texto 2Cr 34,3: “no oitavo ano do seu reinado, quando ainda não era mais que um adolescente, começou a buscar ao Deus de Davi, seu antepassado. No décimo segundo ano do seu reinado, começou a purificar Judá e Jerusalém dos lugares altos, aserás, dos ídolos de madeira ou de metal fundido”. Em 2Cr 34,4: “derrubaram diante dele os altares dos baais, ele próprio demoliu os altares de incenso que estavam sobre eles, despedaçou as aserás, os ídolos de madeira ou de metal fundido e, tendo-os reduzido a pó, espalhou o pó sobre os túmulos dos que lhes ofereceram sacrifícios”. 2Cr 34,7: “ele demoliu os altares, as aserás, quebrou e pulverizou os ídolos, derrubou os altares de incenso em toda a terra de Israel e depois voltou para Jerusalém”. Para Cordeiro:

Estes textos bíblicos nos ajudam a perceber o profundo processo de erradicação da Deusa Asherah, apagando qualquer resquício de sua memória, causando consequências drásticas à importância de Asherah na religiosidade do povo, bem como no antigo culto ao lado de Yahweh. Os redatores bíblicos têm uma intenção

nítida, contar a história a partir de Yahweh, único Deus, de tal forma que Asherah, de consorte, passe a ser sua rival.²¹¹

Romer classifica as menções bíblicas de Asherah em quatro categorias: “(a) o plural é atestado nas exortações estereotipadas de destruir os altares, as estátuas e os ‘asherim’ dos outros povos”²¹², como em Ex 34,13; Dt 7,5 e 12; “(b) em certos textos, Aserá é associada a Baal²¹³”, como em Jz 3,7, Jz 6,25-30, 1Rs 18,19, 2Rs 21,3; “(c) encontram-se ainda *aserim* ao lado de *massebot*, pedras erguidas”²¹⁴, como em 1Rs 14,23, 2Rs 17,10, 2Rs 18,4, 22Rs 23,14, 2Cr 14,2 e 2Cr 17,6; e a última categoria “(d) Aserá aparece em ligação com o altar ou casa de Yhwh²¹⁵”, como em Dt 16,21, 1Rs15,13, 1Rs 16,33, 2Rs 13,6, 2Rs 21,3-7, 2Rs 23,6-7. Apesar dos textos bíblicos não estabelecerem uma ligação direta entre Yahweh e Asherah, a associação “entre pedras erguidas e as aserot [...] bem como os textos mencionados em (d) sugerem uma interação possível de Aserá ao culto de Yhwh”²¹⁶.

Foram apresentadas, nessa seção, as passagens dos textos bíblicos (na tradução da Bíblia de Jerusalém) que mencionam Asherah, seja em forma de objeto litúrgico ou como deusa, no plural ou no singular. Esses dados foram recolhidos a partir das pesquisas de Dever, Cordeiro e Croatto, como mencionado acima. O capítulo teve como objetivo, recuperar, mostrar e analisar a figura da deusa Asherah em Israel, a partir dos achados arqueológicos e dos textos bíblicos.

Os materiais didáticos que se preocupam em mostrar a origem de Israel e a formação de seu povo de acordo com as habilidades da BNCC (na categoria *Crenças religiosas e filosofias de vida*) deveriam mostrar como Asherah faz parte desse processo. A deusa, importante na construção da história do povo, foi cultuada no Templo de Jerusalém, ao lado de Yahweh, como vimos nas seções anteriores. Vale lembrar, também, que ela era adorada de forma independente, sendo uma deusa importante para toda a sociedade. No entanto, como vimos anteriormente, os materiais didáticos do Ensino Religioso deixam a desejar em relação aos conteúdos sobre a formação de Israel.

No capítulo 3 serão mapeados os materiais didáticos do Ensino Religioso na Grande Vitória, além de mostrar diretrizes para a formulação de um material que recupere a presença da deusa nesse componente, para então fazer apontamentos para a inclusão da deusa Asherah no material didático do ER de forma científica.

²¹¹ CORDEIRO, 2008. *In*: REIMER, 2008. p. 45.

²¹² ROMER, 2016, p. 158.

²¹³ ROMER, 2016, p. 158-159.

²¹⁴ ROMER, 2016, p. 159.

²¹⁵ ROMER, 2016, p. 159.

²¹⁶ ROMER, 2016, p. 159.

3 APONTAMENTOS PARA O TRATAMENTO CIENTÍFICO-RELIGIOSO DA DEUSA ASHERAH NO MATERIAL DIDÁTICO DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Esse capítulo se dedicará a apresentar as características da Deusa Asherah e a importância de seu culto no Israel primitivo. No segundo momento será apresentado o resultado de uma análise dos materiais didáticos do Ensino Religioso, realizado na Grande Vitória e a partir dessa análise serão apresentados apontamentos para a inclusão de Asherah nos materiais didáticos do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. Primeiramente mostraremos quais elementos um material didático deve possuir e a partir desses exemplos será elaborado um modelo de material didático que virá no apêndice desta dissertação.

3.1 Da necessidade de visibilização de Asherah no material didático do Ensino Religioso

No contexto da religião cananeia, *Asherah* teria sido cônjuge de *El* e passaria a ser cultuada como consorte de *Yahweh*, no Israel antigo. Sozinha ou ao lado de *Yahweh*, ela teria sido adorada como deusa mãe e da fertilidade. Os achados arqueológicos evidenciam que a deusa não era adorada apenas em cultos familiares, mas, também, possuía um altar erigido no templo de Jerusalém. Por ora, a ênfase recai sobre as principais características e relevância da deusa. De acordo com Matos, Asherah era adorada no Israel primitivo, porém, um episódio marcante teria suprimido as práticas cúlticas do povo israelita, inclusive, o culto à deusa. Na análise da autora:

Houve a destruição dos santuários de Israel e Judá, e a centralização do culto em Jerusalém. Nesse processo, Josias suprimiu as práticas de culto nativas, entre elas, o culto a Asherah e a Baal, removeu os lugares altos, destruiu a casa da prostituição sagrada do Templo de Jerusalém, assassinou sacerdotes e expulsou as mulheres ‘que teciam vestes para Asherah’ (2 Rs 23,4-7). Esta ação no combate às Deusas continua também, e principalmente, no pós-exílio²¹⁷.

Ou seja, o culto a Asherah teria sido um dos cultos banidos e demonizados a partir dos processos de monolatrização. O que, segundo Cordeiro, estaria indicando que o “princípio da Deusa, aquela que nos é e foi historicamente tirada, proibida, negativizada, demonizada por discursos e práticas alicerçados numa cultura patriarcal”²¹⁸.

Antes do processo de monolatrização, para Cordeiro, predominava uma lógica politeísta, isto é, havia um panteão de deuses e deusas, “do qual Javé fazia parte, sendo que

²¹⁷ MATOS, Sue’Hellen Monteiro de. As sagradas de Asherah: culto à deusa no antigo Israel. *Caminhos*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 352-370, jan./jun. 2019. p. 364.

²¹⁸ CORDEIRO, 2011, p. 12.

‘provavelmente’ foi adorado ao lado da Deusa Asherah, formando um par divino. Esta maneira de vivenciar a religião era comum em toda a região²¹⁹ cananeia. Vale ressaltar, que, a respeito da identidade de Asherah, segundo Cordeiro, “não há um consenso entre teólogas, teólogos e arqueólogas e arqueólogos de que Asherah seja uma deusa nem de que tenha sido adorada ao lado de Javé²²⁰. O principal motivo seria certa confusão em relação aos vocábulos: *Asherah*, *asherim*, *asheroth*; e a forma alterada *Ashtoreth/Ashtaroth*; como também em relação à ambiguidade evidenciada na utilização desses termos.²²¹

Porém, Rainer Albertz explica que “a palavra 'aserá, além de representar um símbolo usado pelo Antigo Testamento, refere-se à deusa homônima, Astarte [...] que já aparece nos textos de Ugarit [...] e que é considerada como 'mãe do deuses e esposa do deus El’²²². Ele afirma, também, que alguns elementos pressupõe “que Yahweh, ao tomar o lugar de El na comunidade das tribos, também herdou o companheiro divino do deus²²³.

Os argumentos de Albertz levantam, pelo menos, duas questões importantes. A primeira delas pode ser assim formulada: Asherah e Astarte representariam a mesma deusa, com nomes distintos, ou eram deusas diferentes? O autor costuma relacionar Asherah com Astarte, que não é confundida apenas com Astarte, mas, também, com Anat. Astarte corresponderia “à deusa babilônica Ishtar [...] mencionada diversas vezes em textos ugaríticos. Deusa da fertilidade, com culto sexual, também tinha aspectos bélicos e astrais²²⁴. Anat, por sua vez, era irmã de Baal, que “representava a juventude e os poderes da vida, da concepção e do amor²²⁵. Nesse sentido, trata-se, de três deusas diferentes: Asherah, Astarte e Anat.

A segunda questão seria a seguinte: Asherah era a esposa de El? Para refletir sobre isso, é importante mencionar que o antigo Israel era marcado por uma diversidade cultural e religiosa e, por isso, o olhar para a religião de Israel não pode ser desvinculado de uma análise que considere o elemento da religião nos povos vizinhos. No contexto cananeu, a divindade El era considerada como “‘pai dos deuses’, ‘pai da humanidade’ e ‘criador de todas

²¹⁹ CORDEIRO, 2011, p. 22.

²²⁰ CORDEIRO, 2011, p. 35.

²²¹ CORDEIRO, 2011, p. 35.

²²² “*la palabra 'aserá, aparte de representar un símbolo empleado por el Antiguo Testamento, hace referencia a la diosa homónima, Astarté [...] que aparece ya en los textos de Ugarit [...] y que se considera como 'madre de los dioses' y esposa del dios El*” (Tradução livre). ALBERTZ, 1999, p. 159-160.

²²³ “*inclinan a pensar que Yahvé, al ocupar el puesto de El em la mancomunidad de las tribos, heredó también la divina compañera del dios*” (Tradução livre). ALBERTZ, 1999, p. 160.

²²⁴ CORDEIRO, Ana Luisa Alves. *Recuperando o imaginário da deusa: estudo sobre a divindade Aserá no antigo Israel*. p. 27. Tese (Mestrado em Ciências da Religião) – Ciências da Religião e Ciências Humanas - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2009. [online].

²²⁵ CORDEIRO, 2011, p. 27.

as criaturas’. Neste período, Asherah era tida como consorte de El, sendo adorada como ‘criadora dos deuses’²²⁶. Nos textos ugaríticos, além de esposa de El, ela é descrita como a grande deusa e mãe dos deuses menores do panteão, que são chamados de “setenta filhos de Atirat”²²⁷, explica Thomas Romer. Asherah estaria intercedendo diante de El em favor de outros deuses. Para George Fohrer, “ela se parece mais com uma matrona que passou da época da concepção e do parto do que com uma mulher cheia de vida e amorosa”²²⁸.

Em alguns mitos, Asherah aparece como esposa de Baal – que significa ‘senhor’, ‘proprietário’ ou ‘marido’. El é apresentado como alguém fraco, indeciso, senil e resignado. E pelo motivo de que alguns deuses o teriam tratado com certo desprezo, finalmente, suas mulheres, Asherah e Anat, teriam sido tomadas por Baal. Nos panteões, o processo de substituição de um deus criador e cosmocrata por um deus jovem é bem frequente e, de acordo com Mircea Eliade, nessa lógica, El teria sido substituído por Baal.²²⁹

Mas, no interior da religião israelita, Asherah deixaria de ser a consorte de El para, então, ser adorada ao lado de Yahweh. O Israel primitivo ainda prestava culto a El, pois, era um grupo social adaptado às relações socioculturais de Canaã. Para Ribeiro, o culto a Yahweh teria sido introduzido em Israel entre os séculos IX ou VIII,²³⁰ e a “entrada de Yahweh no cenário político-religioso não se deu pelo destronamento imediato do velho deus cananeu. Pelo contrário, ao ingressar no conjunto de deuses locais, Yahweh assume uma posição inferior ao deus principal, submetendo-se a ele”²³¹. Ou seja, Yahweh teria se submetido a El a partir de sua entrada no cenário religioso. Porém, há alguns testemunhos que identificam El e Yahweh como um só deus: “Josué 22,22, onde o termo já passa a significar meramente um designativo de divindade: (‘Deus’ dos deuses é Yahweh. ‘Deus’ dos deuses é Yahweh”)), ou Gênesis 14,22: (levantei as minhas mãos para Yahweh, ‘deus’ altíssimo). Yahweh e El são, agora, o mesmo deus”²³², assegura Osvaldo Ribeiro.

Esse teria sido o processo de assimilação de Yahweh como o único deus. E seria nesse período que ocorreria a associação de Asherah como consorte de Yahweh. No entanto, Romer alega que “ela também era venerada independentemente dele, sobretudo pelas mulheres,

²²⁶ CORDEIRO, 2011, p. 27.

²²⁷ ROMER, 2016, p. 157-158.

²²⁸ FOHRER, 2012, p. 58.

²²⁹ ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas*: da idade da pedra aos mistérios de elêusis. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 152; SANTIDRIÁN, Pedro R. *Dicionário básico das religiões*. São Paulo: Santuário, 2005. p. 152.

²³⁰ RIBEIRO, Osvaldo Luiz. Yahweh como um deus outsider: duas hipóteses explicativas para a introdução do culto de Yahweh em Israel. *Ágora*, Vitória, n. 23, p. 13-29, 2016. p. 15-16.

²³¹ RIBEIRO, 2016, p. 16.

²³² RIBEIRO, 2016, p. 16.

enquanto rainha do céu. É somente sob o reinado de Josias que Yhwh se encontra só, sem sua Aserá”²³³.

Asherah estaria presente em Israel desde a Idade do Bronze até a Idade do Ferro. Na Idade do Bronze Médio – 1800-1500 a.e.C. –, ela teria sido caracterizada como Deusa-Nua. Segundo Otterman, “o triângulo púbico se destaca, emergindo também representações em forma de ramos ou pequenas árvores estilizadas, combinação que vem a ser denominada ‘Deusa-Árvore’”²³⁴. Para a autora, na Idade do Bronze Tardio – 1551-1250/1150 a.e.C. –, a imagem da Deusa-Árvore apresenta duas mudanças, isto é, “aparecendo em forma de uma árvore sagrada flanqueada por cabritos ou como um triângulo púbico, que substitui a árvore. Nesse período, já se nota a tendência de substituição do corpo da Deusa pelos seus atributos, em especial a árvore”²³⁵.

No entanto, a deusa Asherah estaria perdendo representatividade no contexto da religião oficial de Israel e as divindades masculinas ganhariam, cada vez mais, espaço e força com características dominadoras e guerreiras. Nesse ínterim, a presença e o culto de Asherah estariam restritos aos espaços da religiosidade feminina. Segundo Otterman, na Idade do Ferro I – 1250/1150-1000 a.e.C. –, “a forma corporal da Deusa-Árvore vai desaparecendo, enquanto que formas de animais que amamentam filhotes, às vezes com a presença de uma árvore estilizada, ganham cada vez mais espaços na glíptica, significando a prosperidade e a fertilidade”²³⁶. A Idade do Ferro IIA – 1000-900 a.e.C. – segundo a autora, representa o:

Início da formação do Javismo, as Deusas passam a ser simbolizadas por seus atributos. A forma vegetal da Deusa confunde-se com seu símbolo, a árvore estilizada, sendo que muitas vezes é substituída por ele. Essas imagens são compreendidas como representações da Deusa Asherah.²³⁷

Na Idade do Ferro IIB – 925-720/700 a.e.C. –, a partir dos achados arqueológicos de Kuntillet Adjrud e de Khirbet el-Qom, identificou-se um vínculo estreito entre Asherah e Yahweh, o que demonstra um contexto politeísta, onde as divindades femininas e masculinas eram adoradas simultaneamente. Na Idade do Ferro IIC – 720/700-600 a.e.C. –, foi encontrado o símbolo tradicional da Deusa, isto é, a árvore e o ramo. Nas palavras de Monika Otterman:

²³³ ROMER, 2016, p. 168.

²³⁴ OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, Ivoni Richter. *Imaginários da divindade: textos e interpretações*. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 30.

²³⁵ OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, 2008. p. 30.

²³⁶ OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, 2008. p. 30-31.

²³⁷ OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, 2008. p. 31.

Vários selos ou várias impressões de selos que associam símbolos astrais com árvores estilizadas foram encontrados na Palestina e na Transjordânia, o que reforça interpretações sobre a existência de um culto à Deusa Asherah ao lado do Deus Yahweh. É principalmente na forma de árvore estilizada que, ao longo dos séculos, Asherah esteve presente em Israel. É na época pós-exílica, porém, que as vertentes políticas e religiosas vão excluir e proibir a presença de uma divindade feminina dentro do javismo.²³⁸

A discussão até aqui esboçada mostra que Asherah era uma deusa adorada nas origens de Israel – sozinha ou ao lado de Yahweh. Era a deusa da fertilidade com características maternas, bem como era representada em estatuetas com o busto de uma mulher. Mas, além desses traços, ela teria sido cultuada e representada, também, na forma estilizada de uma árvore. Pode-se dizer, nesses termos, que, de acordo com as transformações que ocorriam no contexto político-social de Israel, a forma de representação da deusa, concomitantemente, teria sido modificada e transformada.

Para Ana Cordeiro, a época anterior a pré-história de Israel, 1250 a.e.C, representa uma fase de diversidade religiosa, onde deuses e deusas eram adorados/as, e em que as manifestações desses/as deuses/as não teriam sido um problema, mas uma realidade com a qual as pessoas viviam e expressavam sua forma de crer e dar sentido a vida.²³⁹ O que indicaria a existência de um cenário perpassado pelo imaginário de deuses e deusas. Aproximadamente entre 1800-1500 a.e.C., Asherah estaria presente na Idade do Bronze Médio, sendo representada como a Deusa-Nua. Nos textos Ugaríticos de Ras Shamra, da Costa Mediterrânea da Síria, Asherah é chamada de Atirat, sendo consorte de El, que pode ser considerado o principal deus do panteão cananeu no segundo milênio a.e.C. Para Ribeiro:

No que diz respeito à religião, os estratos mais antigos da cultura israelita (norte) e abraamita (sul) estão, portanto, marcados pela presença de Asherah, deusa originalmente relacionada ao Ciclo de Baal e, em algum momento, transferida para o âmbito do culto de Yahweh.²⁴⁰

Os argumentos de Ribeiro situam o culto de Asherah no primeiro milênio antes da era cristã ou até mesmo antes desse período, pois os cultos clânicos, de fertilidade, de agricultura e familiares já estariam presentes desde a formação de Israel. Segundo Matos, no espaço familiar do culto a Asherah, as mulheres possuíam um espaço importante, porque “os aspectos da atividade religiosa popular tenderiam a ser parte de cultos familiares, nos quais o papel das

²³⁸ OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, 2008. p. 31.

²³⁹ CORDEIRO, 2011, p. 26.

²⁴⁰ RIBEIRO, Osvaldo Luiz. A deusa do efa: hipótese de interdição ao culto de Asherah em Zc 5,5-11. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 191-208, jan./abr. 2014. p. 198.

mulheres, se não dominante, é fundamental, a padroeira da família é, portanto, Asherah”²⁴¹. A autora ainda afirma o seguinte:

Os cultos femininos funcionavam a partir de rituais não-literários, nos quais as mulheres poderiam presidir. Os atos rituais específicos teriam incluído a manutenção de santuários domésticos e santuários de aldeias; orações e fazer votos; vários tipos de ofertas de animais, alimentos e bebidas, e oferecendo presentes para os Deuses; a manipulação dos objetos cúlticos; produção doméstica, como a tecelagem, acompanhada de rituais apropriados; a preparação de comida e bebida, especialmente para festas e festivais locais prescritos (não necessariamente aqueles descritos na Bíblia); acolhimento a lua nova; a celebração de eventos do ciclo da vida, tais como concepção, nascimento, desmame, o início da puberdade, noivado e casamento, doença e recuperação, morte e luto; veneração dos ancestrais; e peregrinações aos santuários dos santos locais.²⁴²

É importante lembrar que, no culto a uma divindade, as pessoas executam várias funções. Em relação ao culto a Asherah, é possível mencionar as *qedesot* “santas”, e também os *qadesim* “santos”. Ao traduzir os vocábulos, respectivamente, têm-se: *prostitutas* e *prostitutos*, os quais teriam sido inseridos no templo com Roboão. Matos afirma que “o termo *qds(h)* em textos ugaríticos indica que são pessoas não sacerdotais dedicadas a uma divindade. Era permitido casar, ter filhos e serem dispensadas dos serviços pelo rei. Nos textos ugaríticos não há indícios sobre a atividade sexual dessas pessoas”²⁴³.

A autora ainda alerta que as *qedesot* e os *qadesim* seriam, nesse sentido, prostitutos sagrados, diferente de *zonah*. Thomas Romer alega que, em Deuteronômio 5,23, “Josias demoliu a casa dos ‘santos’ (*quedesim*) que se encontravam na casa de Yhwh e onde as mulheres teciam véus para Aserá. É muito claro que *qades* é uma expressão para prostitutos masculinos e *qadesah* para prostitutas femininas”²⁴⁴. O autor considera que a “existência de prostitutos sagrados, homens e mulheres, no templo de Jerusalém é plausível; e se eles tinham uma ligação com Aserá, é igualmente compreensível que Josias tenha tentado bani-los do templo”²⁴⁵. E, de acordo com Matos:

A fertilidade da terra e da mulher para ter filhos e filhas era uma das questões importantes da vida cotidiana, como vemos na narrativa da súplica de Ana para engravidar (1Sm 1,1-18). O serviço à Deusa da vida, provavelmente, incluía o sexo sagrado como uma das práticas cúlticas.²⁴⁶

Ou seja, a autora defende a ideia de que seja plausível o sexo sagrado como rito dos cultos da fertilidade. Para ela, a questão fica mais evidente quando se considera que “um dos

²⁴¹ MATOS, 2019, p. 363-364.

²⁴² MATOS, 2019, p. 364-365.

²⁴³ MATOS, 2019, p. 365.

²⁴⁴ ROMER, 2016, p. 194.

²⁴⁵ ROMER, 2016, p. 195.

²⁴⁶ MATOS, 2019, p. 365.

símbolos da Deusa Asherah é a árvore, e em várias imagens de sua representação aparece um galho, provavelmente esta glíptica representa o sacerdote e a sacerdotisa de Asherah na execução do sexo sagrado”²⁴⁷.

Segundo a narrativa bíblica, o culto a deusa Asherah começaria a ser interdito durante o reinado de Josias. Mas, é importante esclarecer que a *reforma* realizada pelo monarca será articulada como uma hipótese e/ou uma projeção, à luz do pensamento de Israel Finkelstein; Neil Silberman e Mário Liverani, que contribuem no âmbito da nova historiografia de Israel. Finkelstein e Silberman afirmam o seguinte: “a História Deuteronomista não foi uma história escrita no sentido moderno. Tratou-se de uma composição ideológica e teológica ao mesmo tempo”²⁴⁸. Numa perspectiva arqueológica, os selos e os sinetes de funcionários judaítas encontrados nas escavações fornecem apenas uma possível evidência dessa reforma empreendida por Josias.²⁴⁹ Para Liverani, “não são fáceis de identificar confirmações arqueológicas e epigráficas da reforma monoteísta de Josias”²⁵⁰. Nesse caso, a apresentação da reforma josiânica utilizará como base principal a narrativa bíblica.

Mesmo que a reforma de Josias seja associada a uma hipótese, Fohrer apresenta outros argumentos. Para ele, a reforma ocorreu em 622 a.e.C. e representa um processo coerente e contínuo, ou seja:

Trata-se de um processo contínuo e coerente que era não só um empreendimento político, como também religioso, mesmo na reforma concluída. A reforma removeu do culto tudo aquilo que não se ajustava com o jvismo e se constituiu no reconhecimento de Iahweh, da parte do Estado, como o único soberano de seu povo. A reforma era, por um lado, uma revolução antiassíria e, por outro, uma revolução conservadora com tendências nacionalistas, culturais e legalistas.²⁵¹

Nesse sentido, o culto a deusa Asherah começou a ser interdito durante o reinado de Josias, que teria reinado de 639-586 a.e.C.²⁵² Segundo o relato bíblico de 2 Reis 22,8-10, o sumo sacerdote Helcias disse ao secretário Safã que encontrara o livro da Lei no Templo de Yahweh. Este livro teria sido levado ao rei Josias, o qual ordenou que fosse cumprida toda a lei descrita. O texto não especifica qual seria o conteúdo presente no livro. Porém, Liverani considera que esse livro teria conexão com o livro do Deuterônimo e “com o núcleo

²⁴⁷ MATOS, 2019, p. 368.

²⁴⁸ FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 288-289.

²⁴⁹ FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 292.

²⁵⁰ LIVERANI, 2008, p. 225.

²⁵¹ FOHRER, 2006, p. 378-379.

²⁵² De acordo com Finkelstein e Silberman em: *A Bíblia desenterrada: A visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados*. Petrópolis: Vozes, 2018.

originário do ‘estrato’ redacional definido como ‘deuteronomista’²⁵³. Por isso, a reforma ficou conhecida como a Reforma Deuteronomista, pois possuía os mesmos conceitos-base do Deuteronômio. Para Liverani, “existe na verdade a longa obra historiográfica (chamada precisamente de ‘história deuteronomista’) que atravessa os livros de Josué, dos Juízes, de 1-2 Samuel e de 1-2 Reis”²⁵⁴. Esse livro teria desencadeado uma revolução e uma completa reformulação da identidade israelita. Nas palavras de Finkelstein e Silberman:

Ele continha as características centrais do monoteísmo bíblico: o culto exclusivo a um só Deus em um só lugar; a observância centralizada, nacional das principais festas do ano judaico (Páscoa, Tabernáculos); e toda uma gama de leis tratando do bem-estar social, da justiça e da moralidade social.²⁵⁵

Liverani afirma que entre os conceitos fundamentais da ideologia deuteronomista estariam: Yahweh é o único deus; a relação especial entre Yahweh e seu povo eleito. Nesse sentido, o povo teria a obrigação de ser fiel a Yahweh e à sua Lei, portanto, deveria resistir às tentações de apostasia e de idolatria, bem como o Templo de Yahweh deveria ser apenas um, isto é, o de Jerusalém²⁵⁶. O autor explica que foi a partir dessa reforma que os altares foram destruídos, ou seja, os locais de culto não-javistas “as famigeradas *bamot* (incluindo *massebot* e *aserot*) – na própria Jerusalém e em todo o território de Judá, ‘de Geba a Be’er-sheba’²⁵⁷. Dessa forma, foi relatado que no Templo dedicado a Yahweh, em Jerusalém, havia ornamento de culto dos deuses Baal e Asherah, isto é, de velhos cultos agrários e um local onde as mulheres teciam velas para Asherah. Para Finkelstein e Silberman:

Especialistas ressaltam que a forma literária da aliança entre YHWH e o povo de Israel no Deuteronômio possui notável semelhança com os tratados de vassalagem assírios do início do século VII que delineiam os direitos e as obrigações dos povos sujeitos à sua soberania (neste caso, Israel e YHWH).²⁵⁸

A narrativa sobre o reinado de Josias se concentra quase que exclusivamente em relação a sua reforma e à extensão geográfica. Pouco se registrou acerca dos eventos históricos das áreas circundantes de Judá e sua influência sobre a história e a ideologia deuteronomista. Nesse sentido, Josias teria inaugurado uma campanha para erradicar qualquer vestígio de culto estrangeiro ou sincretista, incluindo os lugares altos nas zonas rurais.²⁵⁹ A reforma “também foi estendida para o norte, pelo menos (e com insistência, 2Rs 23,15-20) no

²⁵³ LIVERANI, 2008, p. 222

²⁵⁴ LIVERANI, 2008, p. 226

²⁵⁵ FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 281.

²⁵⁶ LIVERANI, 2008, p. 222-223.

²⁵⁷ LIVERANI, 2008, p. 224

²⁵⁸ FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 285.

²⁵⁹ FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 280.

santuário rival porque de antigo prestígio de Bet-El, que estava logo após a fronteira. Uma extensão a todo o Israel parece acréscimo posterior”²⁶⁰.

Ainda que a reforma de Josias tenha alcançado um significativo avanço territorial, os relatos bíblicos indicam que ele não conseguiu impedir totalmente a veneração das imagens esculpidas. Sobretudo, pelo fato de que foram encontradas estatuetas em todos os principais sítios de Judá, no final do século VII, de uma mulher segurando os seios com as mãos. Normalmente, explicam Finkelstein e Silberman, essas estatuetas são associadas à deusa Asherah.²⁶¹ Josias tentaria erradicar o culto aos deuses e as deusas estrangeiros/as, ou seja, aqueles/as diferentes Yahweh. Porém, sua reforma não se mostrou eficaz, conforme evidenciam os achados arqueológicos. Teria sido no Pós-exílio, como explica Ribeiro, que Asherah seria abolida e expulsa de Jerusalém para a Babilônia.

No exílio do povo, de Jerusalém para a Babilônia, supostamente, a população teria sido castigada por não manterem a reforma do rei Josias e não seguirem a lei de Deus. Porém, parte da população teria considerado que todos esses males eram consequências da suspensão do culto à Rainha dos Céus e da violação dos lugares designados para o culto de Asherah. O texto bíblico de Jeremias 44,15-19 apresenta uma narrativa da população que adorava a Deusa:

Faculdade Unida de Vitória

Todos os homens que sabiam que suas mulheres incensavam deuses estrangeiros e todas as mulheres presentes – uma grande assembleia – (e todo o povo que habitava na terra do Egito e em Patos) responderam a Jeremias, dizendo: ‘A palavra que nos falaste em nome de Iahveh, nós não a queremos escutar. Porque continuaremos a fazer tudo o que prometemos: oferecer incenso à rainha do céu e fazer-lhes libações, como fazíamos, nós e nossos pais, nossos reis e nossos príncipes, nas cidades de Judá e nas ruas de Jerusalém; tínhamos, então, fartura de pão, éramos felizes e não víamos a desgraça. Mas desde que cessamos de oferecer incenso à rainha do céu e de lhe fazer libações, tudo nos faltou e nós perecemos pela espada e pela fome. Por outro lado, quando oferecemos incenso à rainha do céu e quando lhe fazemos libações é, por acaso, sem que saibam nossos maridos que lhe fazemos bolos que a representam e lhe fazemos libações?’²⁶²

Thomas Romer argumenta que “um sinete judaíta da época assíria apresenta igualmente um casal divino que poderia ser compreendido como Yhwh e Aserá, identificada como a ‘rainha do céu’ de que falam os textos bíblicos”²⁶³. Para Matos, até o final do século VI a.e.C., a população não se importava com a centralidade e o exclusivismo do culto a Javé e a religião da família teria sido tenaz, sobrevivendo “inclusive a insistentes estratégias oficiais para reprimi-la. Ela se adaptava às circunstâncias histórico-religiosas do contexto maior sem

²⁶⁰ LIVERANI, 2008, p. 225

²⁶¹ FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 292.

²⁶² BÍBLIA de Jerusalém: Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1436.

²⁶³ ROMER, 2016, p. 163

que seu cerne fosse por elas afetado”²⁶⁴. Isso significa que o culto a Yahweh e Asherah não era restrito apenas ao âmbito domiciliar, mas abrangia espaços maiores no comércio e na monarquia.

O texto bíblico de Zacarias 5,5-11 seria a explicação da expulsão de Asherah de Jerusalém e seu exílio para a Babilônia. O texto de Zacarias narra o seguinte:

E o anjo que falava comigo aproximou-se e disse-me: ‘Levanta os olhos e olha essa coisa que se aproxima’. E eu disse: ‘O que é isto?’ E ele disse: ‘Isto é um alqueire que se aproxima’. E acrescentou: ‘Esta é a sua iniquidade em toda a terra’. E eis que um disco de chumbo foi levantado: havia uma mulher sentada dentro do alqueire. E disse: ‘Esta é a Iniquidade. E recolocou-a no interior do alqueire, em cuja boca colocou o peso de chumbo. Levantei os olhos e vi: Eis que apareceram duas mulheres. Um vento soprava em suas asas; elas tinham asas como as da cegonha; elas levantaram o alqueire entre a terra e o céu. Eu disse ao anjo que falava comigo: ‘Para onde estão levando o alqueire? Ele respondeu-me: ‘Para construir-lhe uma casa no país de Sennar e preparar-lhe um pedestal, onde a colocarão’.²⁶⁵

A narrativa relata que será construído um templo e um altar para Asherah, ou seja, será edificada uma casa e preparado um pedestal. Mas, ao mesmo tempo, nota-se certa negatização da Deusa quando é chamada de *iniquidade*. O que aponta para a ideia de um único deus, Yahweh, e remete à deusa que estaria sendo expulsa para terras distantes. Ana Cordeiro afirma que: “a Deusa (mulher dentro do alqueire) e suas sacerdotisas (mulheres com asas) são proibidas e expulsas para a região de Sennar (Babilônia), onde terão seu templo”²⁶⁶.

Segundo o texto bíblico, a tampa do alqueire seria retirada para que Zacarias pudesse contemplar o que havia dentro, porém, de acordo com Osvaldo Ribeiro, “Zacarias já sabe – quem deve saber são os ouvintes da leitura pública, porque tudo ali está dito em função dos que têm de ouvir o que é dito”²⁶⁷. A mulher sentada dentro do efa, chamada de iniquidade, explica Ribeiro, “diz-se que ela é *harisa*, que não traduzo aqui, porque o termo carrega sentidos que vão da maldade até a depravação: essa mulher é o cúmulo de tudo quanto é ruim”²⁶⁸. Nesse sentido, desvela-se a mulher e, ao lado dela, vêm outras duas mulheres com asas como as de cegonhas e elevam o efa entre a terra e o céu. Osvaldo Ribeiro entende que essa informação é enigmática para os leitores e leitoras contemporâneos/as, mas não para Zacarias. Em suas palavras:

Enigmática para nós, mas não para Zacarias, e decerto não para os ouvintes da leitura, quer-se saber não o que isso significa, mas para onde as duas mulheres

²⁶⁴ MATOS, 2019, p. 354.

²⁶⁵ BÍBLIA de Jerusalém: Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1671.

²⁶⁶ CORDEIRO, 2011, p. 21.

²⁶⁷ RIBEIRO, Osvaldo Luiz. As mulheres do efa: epílogo da interdição da deusa e do feminino na Judá pós-exílica. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 227-253, jan./abr. 2015. p. 242.

²⁶⁸ RIBEIRO, 2015, p. 242.

levam o efa, isto é, o efa com a tal mulher. Tanto é da mulher dentro do efa que se fala que o mensageiro diz que a levam no intuito de construir para ela uma ‘casa’ (na terra de ‘Sinear’).²⁶⁹

Mas, do que se trata essa construção? Para Osvaldo Ribeiro, o termo que designa a base que será edificada para a Asherah é o mesmo utilizado para as bases do mar de bronze do templo de Jerusalém e, em Esdras 3,3, teria sido utilizado para as bases do altar. Para ele, se trata “da construção de um pedestal para uma estátua. Se dentro do efa vai uma mulher, e se ela vai ser colocada sobre um pedestal, num templo, na Babilônia, então quem vai dentro não é bem uma mulher, é uma deusa, e o que vai ser colocado lá é sua estátua”²⁷⁰. A cena, portanto, estaria descrevendo a saída de Asherah das fronteiras de Jerusalém e sua instalação no templo babilônico. Ribeiro reforça que esse acontecimento é pós-exílico e afirma que:

Se o culto da deusa está saindo de Israel, indo embora, é natural imaginar, como faço, que, nessas mulheres com asas, que levam a deusa embora, está a representação das oficiantes do culto da deusa, mulheres hierofantes da deusa, intermediadoras dela. [...] A representação de mulheres com asas de cegonha dificilmente passaria em branco. Além disso, como direi, a cena me parece montada à luz da descrição ‘ezequieliana’ da saída da glória de Yahweh.²⁷¹

Osvaldo Ribeiro considera que a deusa não sai por sua vontade, mas é expulsa: “diz-se que ela sai, mas não sai por conta própria. Ela é convidada a sair, e então sai. A visão traduz, a meu ver, os processos de interdição da deusa e, ao lado deles, e por conta deles, os processos de interdição da intermediação feminina ao sagrado”²⁷². Essa expulsão teria ocorrido no período do Pós-exílio, século VI e/ou V a.e.C.

É importante ressaltar que, para Romer, “não temos provas de primeira mão de qualquer ‘reforma josiânica’, atestando a existência de uma reorganização política ou cultural”²⁷³. À luz desse argumento e do panorama que Ribeiro traça sobre a expulsão de Asherah no Pós-exílio, pode-se concluir que as reformas realizadas não são históricas, mas, retroprojeções. Os achados arqueológicos irão mostrar as estatuetas encontradas da deusa Asherah e seu culto ao lado de Yahweh. Nesse sentido, se as reformas de Josias fossem históricas, não haveria necessidade da expulsão da deusa durante o pós-exílio, como explica Osvaldo Ribeiro.

Contudo, o desenvolvimento de uma religião monoteísta não foi capaz de suprimir totalmente as características da divindade feminina. E, de acordo com Ana Cordeiro, os

²⁶⁹ RIBEIRO, 2015, p. 243.

²⁷⁰ RIBEIRO, 2015, p. 243.

²⁷¹ RIBEIRO, 2015, p. 244.

²⁷² RIBEIRO, 2015, p. 245.

²⁷³ ROMER, 2016, p. 191.

“símbolos da representação feminina na divindade, suas funções, seus atributos, de certa forma, também foram incorporados à divindade masculina”²⁷⁴. Por exemplo, um Deus que é pai e mãe, um Deus que gera, que amamenta, que é parteira, amante, mulher (Is 42,14; 66,9; Os 11,3-4; Sl 123,2; Is 46,3-4). Até mesmo um deus que abençoa com as bênçãos dos seios e útero como no caso de Gn 49,25. Ana Cordeiro entende que “as Deusas e seus símbolos sobreviveram na mente, nos corpos, no imaginário e na religiosidade popular, adotando, muitas vezes, novas formas”²⁷⁵. Na próxima seção será apresentada a análise do material didático do componente Ensino Religioso feito na Grande Vitória.

3.2 Análise do material didático do ER no Ensino Fundamental de acordo com as diretrizes da BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de suma importância para os conteúdos a serem ministrados nas aulas de ER. De acordo com Junqueira, a BNCC surge para cumprir a meta 7 do Plano Nacional de Educação, “que visa criar diretrizes pedagógicas para a educação básica. Será com base nela que as redes municipais e estaduais de ensino rediscutirão os currículos, de acordo com suas particularidades regionais”²⁷⁶. No mesmo período coube então ao “Conselho Nacional de Educação (CNE) o papel de propor e definir as diretrizes do Ensino Religioso no âmbito da BNCC, tanto do ponto de vista conceitual quanto da sua perspectiva didático-pedagógica, inserindo definitivamente a disciplina no contexto político-pedagógico da BNCC”²⁷⁷. O CNE apresenta a resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, homologada pelo ministro da Educação²⁷⁸. O ER, sendo área de conhecimento, “deve ser intencionalmente planejado, fazer parte dos projetos pedagógicos escolares e sobretudo estar inserido no processo de formação inicial e continuada de pedagogos e pedagogas”²⁷⁹.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação

²⁷⁴ CORDEIRO, 2011, p. 25.

²⁷⁵ CORDEIRO, 2011, p. 25.

²⁷⁶ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remi. *Compêndio de ensino religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes. 2017. p. 77.

²⁷⁷ SILVEIRA, Emerson Sena da; JUNQUEIRA, Sérgio. *O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o ensino fundamental*. Petrópolis: Vozes. 2020. p. 8.

²⁷⁸ BNCC. [online].

²⁷⁹ SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020. p. 19.

Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996).²⁸⁰

O Plano Nacional de Educação (PNE) afirma a importância de uma base como a BNCC para o Brasil, “com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades”²⁸¹. Junqueira, Brandenburg e Klein afirmam que:

Nos estudos da BNCC, há novos elementos quanto à estruturação do ER em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso, quanto ao objeto de estudo e aos objetivos de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. A estrutura do componente curricular na BNCC contém os eixos de formação que tratam de identidades e diferenças, de conhecimentos dos fenômenos religiosos e não religiosos e de ideias e práticas religiosas e não religiosas.²⁸²

Para a BNCC, o ER deve ser tratado a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilegiar nenhuma crença ou convicção e abordando os conhecimentos de diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar as filosofias seculares de vida existentes na sociedade²⁸³. De acordo com as competências estabelecidas por ela, o ER deve atender aos seguintes objetivos:

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania²⁸⁴.

Ribeiro, em seu artigo, tece críticas à inconsistência teórica da BNCC quanto ao termo “conhecimentos religiosos” (presente no primeiro ponto da citação). Tais palavras aparecem cinco vezes na redação do documento, sendo que, nos objetivos do ER, são empregadas no sentido positivo da religião. Essa interpretação favorável, para o autor, relaciona-se com os conteúdos intrínsecos às religiões, ou, em outras palavras, com questões elaboradas em seu interior (como as formulações de dogmas, doutrinas e mitos). O outro sentido do termo, então, refere-se a um produto acadêmico, crítico e científico produzido pelas Ciências Humanas - em

²⁸⁰ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [online]. p. 7.

²⁸¹ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [online]. p. 12.

²⁸² JUNQUEIRA; BRANDENBURG; KLEIN. 2017, p. 77.

²⁸³ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [online]. p. 436.

²⁸⁴ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [online]. p. 436.

especial pelas Ciências das Religiões²⁸⁵. Para o autor, a expressão “conhecimento religioso”, presente na BNCC, não deve ser tratado como um sentido positivo da religião, mas como um conhecimento heurístico produzido pelas aproximações acadêmicas com a religião. Visto que se trata de um documento “normativo da área de conhecimento Ensino Religioso, a expressão ‘conhecimento religioso’ deveria ser reservada para referência apenas aos conteúdos heurísticos das abordagens acadêmicas ao fenômeno religioso, e não aos conteúdos positivos das próprias religiões”²⁸⁶.

A BNCC divide o conteúdo do ER em unidades temáticas. Uma delas, nomeada como “Crenças religiosas e filosofias de vida”, corresponde aos conteúdos trabalhados do 4º ao 9º ano do ensino fundamental. Nessa unidade “são tratados aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, particularmente sobre mitos, ideia(s) de divindade(s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas, ideias de imortalidade, princípios e valores éticos”²⁸⁷. A BNCC destaca que:

O mito, o rito, o símbolo e as divindades alicerçam as crenças, entendidas como um conjunto de ideias, conceitos e representações estruturantes de determinada tradição religiosa. As crenças fornecem respostas teológicas aos enigmas da vida e da morte, que se manifestam nas práticas rituais e sociais sob a forma de orientações, leis e costumes²⁸⁸.

E ainda:

Esse conjunto de elementos originam narrativas religiosas que, de modo mais ou menos organizado, são preservadas e passadas de geração em geração pela oralidade. Desse modo, ao longo do tempo, cosmogônias, crenças, ideia(s) de divindade(s), histórias, narrativas e mitos sagrados constituíram tradições específicas, inicialmente orais. Em algumas culturas, o conteúdo dessa tradição foi registrado sob a forma de textos escritos²⁸⁹.

A unidade temática “Crenças religiosas e filosofias de vida” comporta dois subtemas complementares: (a) “crenças religiosas” e (b) “filosofias de vida”. O primeiro tópico trata daquilo que a BNCC expressa como componente curricular do ER: o conhecimento religioso. Dentro desse subtema há crenças propriamente religiosas²⁹⁰, e, nesse sentido, Silveira e Junqueira citam como exemplos “(...) os mitos de criação do mundo, as divindades de diversos panteões, as ideias impessoais como ‘carma’ e ‘reencarnação’, as doutrinas religiosas

²⁸⁵ RIBEIRO, Osvaldo Luiz. Ambiguidades e Insuficiências: uma análise da área Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular. *Caminhos*, v. 18, p. 79-94, 2020.

²⁸⁶ RIBEIRO, 2020, p. 83.

²⁸⁷ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [online]. p. 439.

²⁸⁸ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [online]. p. 440.

²⁸⁹ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [online]. p. 440.

²⁹⁰ SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 190.

tanto passadas oralmente quanto de forma escrita, ou as imagens de símbolos que expressam essas crenças”²⁹¹.

A respeito da unidade temática “Crenças religiosas e filosofias de vida”, a BNCC propõe habilidades para cada ano do ensino fundamental. É necessário, no 4º ano, “identificar nomes, significados e representações de divindades nos contextos familiar e comunitário e reconhecer e respeitar as ideias de divindades de diferentes manifestações e tradições religiosas”²⁹². No 5º ano, as habilidades a serem desenvolvidas são resultados das ações de “identificar mitos de criação em diferentes culturas e tradições religiosas e reconhecer funções e mensagens religiosas contidas nos mitos de criação (concepções de mundo, natureza, ser humano, divindades, vida e morte)”²⁹³. Já no 6º ano, as competências vão no sentido de “reconhecer a importância dos mitos, ritos, símbolos e textos na estruturação das diferentes crenças, tradições e movimentos religiosos e exemplificar a relação entre mito, rito e símbolo nas práticas celebrativas de diferentes tradições religiosas”²⁹⁴. A partir do 7º ano até o 9º ano são trabalhadas as filosofias de vida a partir dos princípios éticos e direitos humanos.

Foram mapeados materiais didáticos do ER do 4º ao 9º ano para verificar se os assuntos referentes às divindades, abordados na categoria “Crenças religiosas e filosofias de vida”, do 4º ao 6º ano de vida, estavam presentes em seus conteúdos. Os materiais analisados das editoras Ática²⁹⁵, Paulinas²⁹⁶ e FTD²⁹⁷ são referentes aos anos de 2002, 2009, 2006, 2010, 2011, 2018 e 2019 e foram examinados de acordo com a disponibilidade da Biblioteca da Faculdade Unida de Vitória, das editoras e das livrarias de Vitória-ES.

²⁹¹ SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 190.

²⁹² BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [online]. p. 449.

²⁹³ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [online]. p. 451.

²⁹⁴ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [online]. p. 453.

²⁹⁵ O material didático da editora Ática analisado nessa pesquisa é produto de 2011, ou seja, pré BNCC. No site da editora Ática, <<https://www.aticascipione.com.br/obras-e-solucoes/colecao/marcha-crianca/>> e <<https://www.aticascipione.com.br/obras-e-solucoes/segmentos/anos-finais-do-ensino-fundamental/>> é indicado um material didático que estaria de acordo com a BNCC. Mas não há ficha catalográfica, nem informação sobre o ano. No site está disponível para visualização apenas o material do primeiro ano, terceiro ano e quinto ano. Para minha pesquisa seria relevante apenas o material do quinto ano para análise, que se encontra no link a seguir a partir da página 78. <https://api.plurall.net/media_viewer/documents/2908441>.

²⁹⁶ O material didático analisado da editora Paulinas do 4º e 5º ano são de 2002. Os materiais do 6º ao 9º ano são de 2010. no site da Paulinas os materiais são os mesmos da livraria física e da Faculdade Unida. Todos de 2010. De acordo com a ficha catalográfica do site, a data de lançamento desses materiais foi em 10/03/2010 e não há indicações de revisões ou atualizações depois de 2010 e nem depois do lançamento da BNCC. Os materiais estão disponíveis no link <<https://www.paulinas.com.br/categorias/livros/educacao-e-pedagogia?page=1>>.

²⁹⁷ O material didático da editora FTD analisado na pesquisa é produto de 2018 e 2019. No site da FTD, os materiais são os mesmos da livraria física. De acordo com a ficha catalográfica, esses materiais foram produzidos em 2018. Mas não há menção à BNCC. Os materiais estão disponíveis no link <<https://ftd.com.br/search-results/?discipline=16&level=&serie=&order=sort:created/direction:desc&category=1>>.

Os materiais didáticos da editora Ática, do ano 2011, não apresentam o conteúdo referente às divindades abordados pela BNCC na categoria sobre a qual nos debruçamos. É possível encontrar, no entanto, os temas: bondade; amor; sofrimento; desprendimento; amizade; virtudes cristãs; virtudes do dia a dia; e perdão. Os assuntos, porém, são expostos a partir da perspectiva do cristianismo.

Na unidade temática 2, do material 1 “Vidas”, que é referente ao 6º ano, a questão “Deus é um só?” é discutida. Esse capítulo mostra o deus cristão como um, somente, escrito com letra maiúscula e no singular. Para legitimar essas ideias, são dados exemplos como o fato de ninguém exclamar “meus deuses” ou dizer “vá com os deuses”²⁹⁸. A unidade temática 1, do material 2 “Valores”, relativa ao 7º ano, aborda a ideia “Deus acima de tudo”. Novamente, o deus cristão é tratado no singular e com letra maiúscula. Fala-se do Deus do cristianismo e da adoração a ele, além de colocá-lo como a medida máxima do bem²⁹⁹.

Por sua vez, na unidade temática 4, do material 3 “Tradições”, pertinente ao 8º ano, trabalha-se “O Saber dos Antigos”. Dentro do assunto, as civilizações do Egito, Roma, Mesopotâmia e Grécia são apresentadas como pagãs, visto que cultuavam vários deuses³⁰⁰. Já na unidade 5, o tema “O Povo de Israel” é abordado com o objetivo de mostrar o início e surgimento de Israel. De acordo com esse material didático, a origem de Israel é a partir de Abraão, que funda uma nova descendência de um povo devoto a um só deus, cujo nome é Iahweh³⁰¹. O problema central dos materiais didáticos da editora Ática, do 6º ao 9º ano, é colocar o cristianismo como o centro de todas as coisas, como forma de proselitismo religioso que estabelece uma religião a ser seguida.

²⁹⁸ INCONTRI, Dora, BIGHETO, Alessandro Cesar. Todos os jeitos de crer: ensino inter-religioso: vidas. São Paulo: Ática, 2011. p. 20.

²⁹⁹ INCONTRI, Dora, BIGHETO, Alessandro Cesar. Todos os jeitos de crer: ensino inter-religioso: valores. São Paulo: Ática, 2011. p. 10.

³⁰⁰ INCONTRI, Dora, BIGHETO, Alessandro Cesar. Todos os Jeitos de Crer: ensino inter-religioso: ideias. São Paulo: Ática, 2011. p. 44-46.

³⁰¹ INCONTRI; BIGHETO, 2011. p. 56-57.

Figura 12: Material didático de Ensino Religioso da editora Ática do 6º ao 9º ano.



O material didático da editora Paulinas, do ano 2002 e referente ao 4º ano, não apresenta conteúdos referentes às divindades abordados pela BNCC na categoria “Crenças religiosas e filosofias de vida”. Refere-se, no entanto, a temas como: o respeito ao próximo e aos animais; a tradição oral; a comunicação interpessoal; a linguagem; e, por fim, a escrita. Na unidade temática 4, temos “A Procura da Comunicação com Deus”, que faz referência à religião Hindu. Explica-se, dessa forma, que a saudação ao sol é, na verdade, dirigida ao deus cristão, uma vez que o Sol é um dos principais sinais de tal divindade. Brahma, o deus do hinduísmo³⁰², não é mencionado na discussão, e o mesmo problema é notado ao ser apresentado o Islamismo. De acordo com o material, Islã significa submissão e, portanto, é preciso realizar com amor aquilo que o deus cristão pede. Não se fala, em nenhum momento, em Alá - o deus do Islamismo.

O material didático da editora Paulinas, do ano 2002, referente ao 5º ano, tampouco entrega os conteúdos referentes às divindades abordados pela BNCC na categoria “Crenças religiosas e filosofias de vida”. Os temas abordados são: diferenças culturais; cultura indígena; e tradições afrodescendentes. O material aposta no que acredita ser um diálogo inter-religioso, mas o resultado é a apresentação da ideia de que Olorum é o nome do deus

³⁰² CARNIATO, Maria Inês. Somos Capazes de Comunicar: 3ª série. São Paulo: Paulinas, 2002. p. 50.

cristão nas tradições religiosas afrodescendentes³⁰³. O problema principal, portanto, é a mistura do deus do cristianismo com o deus do islã, do hinduísmo e com os orixás das religiões de matriz africana. Cada religião possui o seu deus, de acordo com sua cultura e com características diferentes - e tais aspectos não são respeitados pelo material didático.

Figura 13: Materiais didáticos do Ensino Religioso da editora Paulinas da 4ª série (5º ano) e 3ª série (4º ano).



O material didático da editora Paulinas, do ano 2010, referente ao 6º ano, não apresenta os conteúdos referentes às divindades abordados pela BNCC na categoria “Crenças religiosas e filosofias de vida”. Esse material não trata especificamente das religiões, mas de elementos que as compõem: a diversidade cultural e religiosa; a vida em comunhão com o próximo; a ajuda às pessoas; e a prática do bem. O capítulo 3.3, ao trazer “A receita da sopa de pedras”, exemplifica o compartilhar com o próximo e a ajuda mútua que resultam em uma vivência boa e feliz³⁰⁴.

O material didático da editora Paulinas, do ano 2010, referente ao 7º ano, não apresenta os conteúdos referentes às divindades abordados pela BNCC na categoria “Crenças religiosas e filosofias de vida”. Nele encontramos temas como: valores humanos; símbolos religiosos (por exemplo: o fogo, a água, o sacrifício); e a partilha (como o Hamadã)³⁰⁵.

Tampouco o material didático da editora Paulinas, do ano 2010, referente ao 8º ano, apresenta os conteúdos referentes às divindades abordados pela BNCC na categoria “Crenças religiosas e filosofias de vida”. A transição da infância para a adolescência; os lugares

³⁰³ CARNIATO, Maria Inês. *Somos Capazes de Comunicar*: 4ª série. São Paulo: Paulinas, 2002. p. 50.

³⁰⁴ CARNIATO, Maria Inês. *A Religião no Mundo*, 6º ano: aluno. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 44-46.

³⁰⁵ CARNIATO, Maria Inês. *Expressões do Sagrado na Humanidade*, 7º ano: aluno. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 45.

sagrados; e as tradições religiosas são alguns dos temas encontrados no objeto de análise. O capítulo 2.3 tem como objetivo superar preconceitos existentes entre as igrejas e considerar os pontos essenciais que as aproximam³⁰⁶. Contudo, tanto esse capítulo quanto os dois seguintes tratam apenas das igrejas cristãs, de como nasceu o cristianismo, das igrejas cristãs antigas e seus fundadores, e das atitudes que unem as igrejas pentecostais³⁰⁷. Questiona-se, portanto: só existem as igrejas cristãs? E os templos religiosos das demais religiões? Por que não são apresentados? Por que esse material didático apresenta apenas o cristianismo?

O material didático da editora Paulinas, do ano 2010, referente ao 9º ano, não apresenta os conteúdos referentes às divindades abordados pela BNCC na categoria “Crenças religiosas e filosofias de vida”. Nele são abordados os assuntos: diversidade cultural de acordo com a declaração da Unesco; respeito ao próximo; diálogo; maturidade; transição da infância para a adolescência; comparação da sexualidade com os cultos religiosos da fertilidade; e, por fim, casamento e alianças feitas por esse laço matrimonial. A unidade 1, “Raiz na terra e flores no céu”, apresenta algumas características das religiões do islamismo, jainismo hindu, budismo e da tradição africana iorubá³⁰⁸. É possível encontrar histórias dessas tradições religiosas, mas sem a tentativa de um diálogo ou algo que vá além das meras descrições.

Os materiais didáticos da editora Paulinas não foram reformulados desde o ano de 2010. A análise foi feita conforme a disponibilidade da Faculdade Unida de Vitória e da Livraria Paulinas, localizada na Rua Barão de Itapemirim, 216 - Centro, Vitória - ES, 29010-060. Na visita à livraria, os materiais disponíveis eram apenas do ano de 2010. Após esse ano, os materiais não passaram por processos de correções, reformulações ou mudança de conteúdo.

Os materiais didáticos analisados das editoras Ática e Paulinas são anteriores ao ano de 2017, logo, anteriores à publicação da BNCC. Não havia, antes desse fato, documentos capazes de oficializar o conteúdo do ER para o ensino fundamental. Esses materiais didáticos não passaram por reformulações para atualizar o conteúdo de acordo com os critérios da BNCC. Nesse caso, as editoras são responsáveis pela análise de seus conteúdos que, caso não estejam de acordo com o prescrito, devem ser revisados e adequados.

³⁰⁶ CARNIATO, Maria Inês. Diversidade Religiosa no Mundo Atual, 8º ano: aluno. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 33.

³⁰⁷ CARNIATO, Maria Inês. Diversidade Religiosa no Mundo Atual, 8º ano: aluno. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 33-42.

³⁰⁸ CARNIATO, Maria Inês. Nossa Opção Religiosa, 9º ano: aluno. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 8-25.

Figura 14: Materiais didáticos do ensino religioso da editora Paulinas do 6º ao 9º ano.



Os materiais didáticos da editora FTD, dos anos 2018 e 2019, não apresentam o conteúdo referente às divindades abordados pela BNCC na categoria “Crenças religiosas e filosofias de vida”. São frequentes temas como: valores; compaixão; *bullying*; compreensão; maldade; natureza; a passagem e a caminhada de Jesus; sinceridade; e humildade. Todos esses assuntos são tratados a partir da perspectiva do cristianismo. Outras religiões como Santeria, Fé Bahá’í, Testemunhas de Jeová, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Espiritismo, Ateísmo, Hare Kristina Cao Dai, Budismo, Islamismo, Hinduísmo e Zoroastrismo também são apresentadas, mas todas com uma visão que parte do cristianismo. É possível perceber a metodologia do material didático logo na apresentação e partir do sumário de todas as unidades. Primeiramente são apresentados os temas a partir da narrativa bíblica e por último é descrita a religião que não seja o cristianismo. No material didático do 6º ano, unidade temática 1 “Origem”, vê-se como nasceu o cristianismo³⁰⁹. Já na unidade temática 4 “Passagem”, encontramos discussões sobre a vida de Jesus, sua infância, sua adolescência e sua passagem para o mundo adulto³¹⁰.

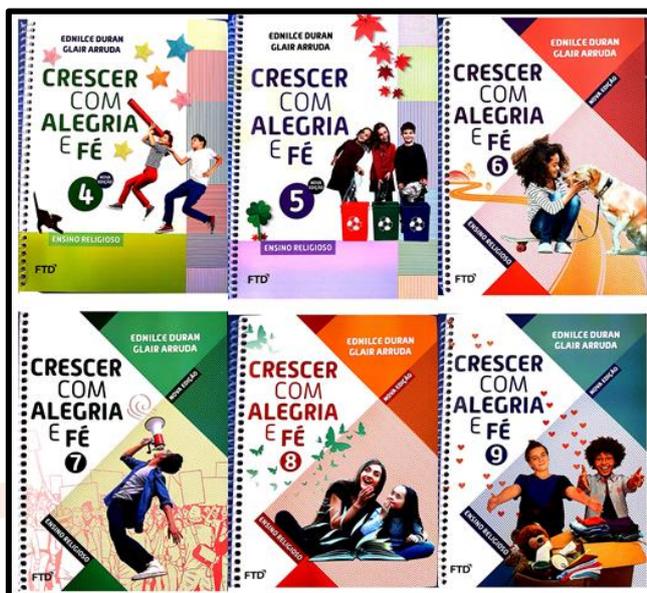
Encontra-se, na apresentação do material da editora FTD, uma descrição sobre a maneira que o ER será tratado: “A edição da coleção ‘Crescer com Alegria e Fé’ teve como opção tratar o Ensino Religioso a partir do modelo interconfessional cristão, partindo do

³⁰⁹ DURAN, 2019, p. 18.

³¹⁰ DURAN, 2019, p. 90-97.

cristianismo na sua origem, encontrando o ponto comum das diversas confissões cristãs e o diálogo com outras tradições religiosas”³¹¹.

Figura 15: Material didático de ensino religioso da editora FTD, coleção Crescer com Alegria e Fé do 4º ao 9º ano.



É possível perceber, a partir do mapeamento dos materiais didáticos do ER, que nenhum dos materiais pesquisados apresenta o conteúdo referente às divindades abordados pela BNCC na categoria “Crenças religiosas e filosofias de vida”. Os materiais didáticos abordam temas a partir da perspectiva do cristianismo, e mesmo aqueles que possuem uma proposta de diálogo inter-religioso o fazem a partir dessa visão. Em outras palavras, nota-se que comparações com as diversas religiões são feitas, mas sempre a partir da ótica cristã. Conclui-se, assim, que os materiais precisam passar por uma reformulação ou atualização para estarem de acordo com aquilo que propõe a BNCC.

Atualmente, encontramos, no mercado editorial, poucas coleções de livros didáticos de Ensino Religioso, se compararmos com as opções das outras áreas de conhecimento. Podemos nos perguntar: As editoras investem pouco por que não há retorno? Investe-se pouco por que somente algumas escolas confessionais adotam esses livros atualmente? Ou nossos materiais ainda não contemplam as necessidades atuais desse componente curricular?³¹².

A tabela a seguir expõe os problemas centrais dos materiais didáticos analisados:

³¹¹ DURAN, 2019, p. 7.

³¹² BRANDENBURG, Laude Erandi; WACHS, Manfredo Carlos; KLEIN, Remí. *Fenômeno religioso e metodologias*: VI simpósio de ensino religioso. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009. p. 265.

Tabela 2: Problemas centrais dos materiais didáticos do ER³¹³

PROBLEMAS CENTRAIS DOS MATERIAIS DIDÁTICOS DO ER	
EDITORA	PROBLEMA CENTRAL
ÁTICA	O problema central dos materiais didáticos do 6º ao 9º ano é colocar o cristianismo como o centro de todas as religiões, como uma forma de proselitismo religioso (a religião que deve ser seguida por todos os povos).
FTD	O problema central dos materiais didáticos do 4º ao 9º ano é apresentar as religiões a partir do cristianismo.
PAULINAS	O problema central dos materiais didáticos do 4º ano e 5º ano é misturar o deus do cristianismo com o deus do islã, do hinduísmo e dos orixás das religiões de matriz africana. Cada religião possui o seu deus, de acordo com sua cultura e com características diferentes - e esses aspectos não são respeitados aqui. O problema central dos materiais didáticos do 6º ao 9º ano é tratar temas do dia a dia, abordar emoções e sentimentos e não apresentar as religiões, suas crenças, mitos e tradições - elementos centrais das religiões.

O material didático 3 (“Tradições”), referente ao 8º ano, que corresponde à unidade 5 da Editora Ática, tem o objetivo de mostrar o início e surgimento do povo de Israel. De acordo com esse material didático, a origem de Israel é a partir de Abraão, que funda a descendência de um povo devoto a um só deus, cujo nome é Iahweh³¹⁴. O surgimento de Israel, porém, é anterior ao personagem que faz parte das narrativas patriarcais presentes no Antigo Testamento. Como foi descrito no capítulo 2.

A partir da análise realizada na seção 3.2, é possível perceber que os materiais didáticos falham gravemente na apresentação de mitos e na ideia sobre as divindades. Por esse motivo, esse capítulo se dedica a apresentar a consorte de Yahweh, uma deusa que era adorada no antigo Israel, e a discutir seu papel de grande relevância na cultura canaanita. Na

³¹³ Elaboração própria, 2022.

³¹⁴ INCONTRI; BIGHETO, 2011, p. 56-57.

seção seguinte serão analisadas as possibilidades de inclusão da deusa Asherah no material didático do Ensino Religioso.

3.3 Apontamentos para inclusão de Asherah no material didático do Ensino Religioso

Conforme apresentado na seção anterior, os materiais didáticos do Ensino Religioso para o ensino fundamental não estão de acordo com as normas da BNCC, esses materiais didáticos não estão de acordo com os estudos teológicos. Por outro lado, o documento da BNCC divide o conteúdo do Ensino Religioso a ser trabalhando em unidades temáticas. Uma dessas unidades é *Crenças e Filosofias de vida*, onde precisam ser trabalhados mitos, ideia de divindades. Por esse motivo essa seção se dedicará a fazer apontamentos para a inclusão de Asherah no material didático do Ensino Religioso.

O material didático precisa estar de acordo com os parâmetros da BNCC e seu conteúdo conter informações confiáveis. Pois o conteúdo “é o ponto de partida tanto para a aquisição de informações, conceitos e princípios como para o desenvolvimento de hábitos, habilidades e atitudes. Daí sua importância”³¹⁵. “Quando a fundamentação de tais textos não é de procedência confiável, o livro didático abre espaço para a veiculação de dados incorretos e até para o endosso de valores indesejáveis”³¹⁶.

O livro didático se caracteriza pela proposição de textos introdutórios/ informativos, ilustrações mapas, tabelas legendas, símbolos, diagramas e atividades de fixação dos novos conhecimentos. É a partir deles que os leitores escolares geralmente passam ou não a contestar seus atuais conhecimentos, reelaborar e a construir novos.³¹⁷

É através dos conteúdos que “transmitimos e assimilamos conhecimentos, mas é também por meio do conteúdo que praticamos as operações cognitivas, desenvolvemos hábitos e habilidades e trabalhamos nossas atitudes”³¹⁸. Celso Antunes cita habilidades a serem desenvolvidas nos alunos das séries iniciais do ensino fundamental que são: “observar, conhecer, localizar, separar, relatar, combinar, classificar e criticar”³¹⁹. As habilidades a serem desenvolvidas nos anos das séries intermediárias e finais do ensino fundamental são: “enumerar, transferir, selecionar, deduzir, analisar, avaliar, interpretar, concluir, criar,

³¹⁵ HAYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2006. p. 128.

³¹⁶ GILZ, Claudino. O Livro Didático na Formação do Professor de Ensino Religioso. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 22.

³¹⁷ GILZ, 2009, p. 22.

³¹⁸ HAYDT, 2006, p. 127.

³¹⁹ ANTUNES, Celso. O Uso Inteligente dos Livros Didáticos e Paradidáticos. São Paulo: Paulus, 2012. p. 27.

interagir, especificar, discriminar, revisar, planejar e persuadir”³²⁰. O material didático é um instrumento ativo na formação dos estudantes, os ensina a pensar como indivíduos e terem senso crítico. Por esse motivo suas informações precisam ser confiáveis.

A formulação do material didático “precisa ocorrer de forma lógica e organizada, para aumentar o entendimento e motivação do leitor”³²¹. Para a formulação do material didático, sua estrutura é dividida em elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais. Os elementos pré-textuais, possuem a finalidade de organizar o material didático, não são responsabilidade do autor, mas sim da instituição que promove o curso/disciplina, porém não exige o autor de fornecer informações básicas sobre o conteúdo escrito³²². “São as partes do trabalho que antecedem o texto principal e os seus elementos. Estes elementos não têm relação direta com o conteúdo apresentado, mas isto não significa que eles não sejam importantes para o trabalho”³²³. Mesmo que tenha alguma variação dependendo da proposta do material didático os elementos pré-textuais são:

Capa; Verso; Página de rosto; Apresentação do programa (caso o texto esteja inserido em uma proposta mais ampla); Apresentação de curso, módulo, disciplina ou unidade; Apresentação do autor – elemento importante e escrito em linguagem objetiva, clara e amistosa, que pode ajudar bastante a instalar um primeiro diálogo entre quem escreve e o aluno.³²⁴

Os elementos textuais, compõem a estrutura central do material didático. O primeiro elemento é a apresentação, disciplina e/ou unidade de estudo, a qual deve ser escrita com linguagem dialógica para promover a interação com o aluno. A apresentação deve se preocupar em conter as boas-vindas, a visão geral do conteúdo a ser estudado, temas/tópicos do conteúdo, sondagem dos conhecimentos prévios dos estudantes e palavras de estímulo para os estudos³²⁵.

É importante que essa apresentação o autor do material dirija-se ao aluno usando linguagem coloquial e direta, visando estabelecer, desde o início, uma relação de proximidade – apesar da distância existente entre ambos –, de maneira a instalar um clima de diálogo. Os títulos para nomear essa parte do texto podem ser os mais diversos: Conversa inicial, abrindo nosso diálogo, abertura, carta ao cursista, para começo de conversa etc.³²⁶

³²⁰ ANTUNES, 2012, p. 27.

³²¹ *Como faço a produção de material didático?* [online].

³²² SOUSA, José Vieira de. Guia de elaboração de materiais didáticos para uso na educação a distância: subsídios pedagógicos e orientações gerais em uma abordagem construtivo-colaborativa. ENFAM: [s.l.], [s.d.], p. 44.

³²³ MANUAL DE ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO. UNICET: Tocantins. [s.d.], p. 13.

³²⁴ SOUSA, [s.d.], p. 44.

³²⁵ SOUSA, [s.d.], p. 45-46.

³²⁶ SOUSA, [s.d.], p. 45.

O segundo elemento textual são os objetivos específicos da discussão proposta pelo material didático. É fundamental esclarecer os objetivos a serem alcançados, bem como associar o estudo do conteúdo às competências que se deseja que o aluno alcance. Alguns exemplos como: “Esperamos que você seja capaz de...”³²⁷. “É interessante apresentar os objetivos de maneira desafiadora e com detalhamento necessário para o entendimento do que deve ser alcançado”³²⁸. O terceiro elemento é o desenvolvimento do texto (temas e subtemas), nesse elemento o conteúdo será desenvolvido, para que seja alcançado os objetivos específicos. “No início de cada seção – que pode variar em função do conteúdo abordado na unidade – é importante retomar o objetivo específico que se espera ser alcançado pelo aluno com o estudo que irá realizar”³²⁹.

O autor do material didático pode usar estratégias para tornar mais interessante a abordagem do conteúdo, uma dessas estratégias “é a inserção de perguntas/questões reflexivas ao longo do material didático, as quais precisam ser retomadas pelo autor no corpo do próprio texto, de maneira a não prejudicar a interação do aluno com o conteúdo”³³⁰. Outras estratégias a serem utilizadas são: “Textos, perguntas, atividades avaliativas, exemplificações contextualizadas, gráficos, tabela, resultados de pesquisas, situações problema, curiosidades”³³¹, e muitos outros recursos.

Após o desenvolvimento de todo o conteúdo, vem a finalização do texto. Na finalização é importante fazer uma breve síntese do conteúdo abordado, lembrando os estudos daquela unidade e caso seja necessário, propor atividades de fixação. Uma alternativa ao escrever a síntese “é a criação de um box, que pode ser intitulado, por exemplo, “Para lembrar”. Seu conteúdo pode ser redigido em três ou quatro parágrafos curtos e objetivos que resumam a discussão realizada no tópico”³³².

É importante que a discussão feita em cada seção da unidade e nesta como um todo não seja encerrada abruptamente, sem articulação com a seguinte ou, ainda, com o conteúdo abordado ao longo dela. Para tanto, deve-se retomar, ainda que brevemente, o que foi discutido, visando uma dupla finalidade:

- (i) ajudar o aluno a rememorar o que foi tratado, em termos gerais da abordagem feita;
- (ii) estabelecer relação com o que seguirá, na perspectiva de uma visão mais integrada e orgânica do curso/disciplina.³³³

³²⁷ SOUSA, [s.d.], p. 49.

³²⁸ *Como faço a produção de material didático?* [online].

³²⁹ SOUSA, [s.d.], p. 50.

³³⁰ SOUSA, [s.d.], p. 53.

³³¹ SOUSA, [s.d.], p. 52-53.

³³² SOUSA, [s.d.], p. 56.

³³³ SOUSA, [s.d.], p. 57.

Após a finalização do texto, é feita a conclusão que por sua vez é uma exposição do conteúdo em toda a unidade curricular e destacar “sua contribuição para a formação pessoal e profissional do aluno. Paralelamente, é importante realçar o compromisso e a dedicação dele com sua formação continuada e desejar sucesso em seu percurso formativo”³³⁴. “Nesta etapa final é interessante convidar o estudante a Revisar e sintetizar o conteúdo do curso, para isso se apresenta uma síntese do que foi estudo”³³⁵.

Ao finalizar a conclusão, entram os elementos pós-textuais, aos quais fazem parte da dimensão técnica do material didático, “assumem papel fundamental na apresentação de subsídios para consultas que levem ao aprofundamento temático pelo aluno”³³⁶. “São aqueles que compõem a última parte de um trabalho. Eles vêm depois da identificação e do conteúdo escrito [...] caracterizam o fim do conteúdo, e normalmente complementam o conteúdo e o entendimento do trabalho”³³⁷.

Entre esses elementos estão as referências, as quais “correspondem às fontes consultadas para a produção do material didático, devendo ser listadas apenas as que efetivamente foram citadas ao longo do texto produzido para a disciplina ou unidade”³³⁸, outro ponto a ser seguido nas referências com rigor são as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A bibliografia/textos comentados, também fazem parte desse grupo de elementos pós-textuais, são textos para melhor fundamentação e compreensão do conteúdo estudado³³⁹. O último elemento pós-textual é o glossário, o qual apresenta termos “cuja conceituação não pode ser desenvolvida no texto, mas que necessita da compreensão do aluno. É importante que cada palavra ou expressão do glossário seja marcada no texto, acompanhada de legenda específica e dos respectivos significados”³⁴⁰ em ordem alfabética.

O material didático é o fio condutor o processo de ensino-aprendizagem [...] logo este precisa ser contextualizado, ter uma composição clara, apresentar objetivos definidos, incluir imagens e indicação para leituras complementares, entre outros recursos, ao longo do texto. Esses elementos devem promover uma interação que possibilite condições ilimitadas para construir o conhecimento.³⁴¹

Os professores de Ensino Religioso precisam ter em mãos um material confiável, de boa qualidade, um material confeccionado a partir de conhecimentos científicos e não de

³³⁴ SOUSA, [s.d.], p. 57.

³³⁵ *Como faço a produção de material didático?* [online].

³³⁶ SOUSA, ano. p. 59.

³³⁷ MANUAL DE ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO. UNICET: Tocantins. [s.d.]. p. 13.

³³⁸ SOUSA, [s.d.], p. 60.

³³⁹ SOUSA, [s.d.], p. 60.

³⁴⁰ SOUSA, [s.d.], p. 61.

³⁴¹ SILVA, Andreza Regina Lopes da; SPANHOL, Fernando José. *Diretrizes para Elaboração de Material Didático na Educação a Distância*. Florianópolis, 2014. p. 9-10.

conhecimentos confessionais. Por esse motivo é importante que reformulações sejam feitas de acordo com o documento da BNCC nos materiais didáticos. A partir dos apontamentos acima, foi desenvolvido um exemplo com três aulas para o material didático do componente curricular do Ensino Religioso com objetivo da inclusão de Asherah. Esse material está disponível no anexo.

O material didático preparado conta com os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Nos elementos pré-textuais estão presentes a capa e a apresentação da autora, como os demais elementos não são de obrigação do autor, então não foram inseridos. Nos elementos textuais estão presentes: a apresentação da disciplina, contendo as boas-vindas, uma visão geral do conteúdo, os objetivos da unidade curricular, algumas palavras de estímulo. Sempre com linguagem coloquial, clara e direta. No conteúdo das aulas foram inseridos os objetivos de cada aula, o conteúdo, algumas perguntas, reflexões, glossário e as referências da aula. Nos elementos pós-textuais estão a conclusão, na qual foi inserido a contribuição para a formação pessoal do estudante e algumas perguntas para a reflexão e por último a bibliografia de todo o conteúdo.

Após o mapeamento dos materiais didáticos, a apresentação das normas para a formulação do material que recupere a presença da deusa, será apresentado no Apêndice A uma proposta de material didático para o componente do Ensino Religioso que recupere a presença da deusa.

CONCLUSÃO

A hipótese da pesquisa se confirmou: os materiais didáticos de Ensino Religioso mapeados na Grande Vitória não estão de acordo com as diretrizes da BNCC e não possuem unidades temáticas que tratam temas das divindades e mitos. Logo, os conteúdos não tratam, também, a história de Israel de acordo com a nova historiografia e sequer mencionam Asherah ou outros deuses que fizeram parte da construção do imaginário desse povo. A metodologia utilizada bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica porque utiliza o referencial das Ciências das Religiões; documental porque utiliza os documentos referentes ao Ensino Religioso; de campo porque foram mapeados os materiais didáticos

No primeiro capítulo foi mapeado o componente curricular do Ensino Religioso nas Constituições Federais. Constatou-se que nas duas primeiras Constituições Federais (1824 e 1891) o componente do Ensino Religioso não estava presente, aparecendo, apenas, a partir da Constituição de 1934 até a Constituição de 1988. O ER, então, torna-se obrigatório nas escolas públicas como disciplina facultativa para os alunos, podendo ser ministrado tanto de forma confessional quanto interconfessional. Um marco importante foi a LDBEN, criada com a finalidade de orientar os sistemas de educação de todo o país. Foram analisadas, também, as diretrizes para formação do profissional do Ensino Religioso, e constatou-se que antes da década de 1990 não existiam normas para a formação de professores. Esse cenário, porém, mudou com a criação da LDBEN e atualmente a formação dos docentes para atuarem na educação básica deve ser em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

O segundo capítulo é destinado a descrever e analisar a origem do povo israelita, bem como analisar a presença da deusa Asherah na cultura inicial de Israel. A narrativa bíblica aponta a origem do povo israelita com Abraão, enquanto a antiga historiografia mostra que os israelitas eram grupos pastoris que viviam na Palestina no período do Bronze Recente. Analisou-se, por fim, a presença da deusa na arqueologia (com suas estatuetas, pingentes, esculturas e pinturas nos achados arqueológicos) e nas quarenta passagens na Bíblia Hebraica, sendo descrita na forma de deusa e objeto cúbico (tanto no plural quanto no singular). A deusa no singular (*Sherot*) é mencionada sete vezes; a deusa no plural (*Ashtarot*) é mencionada apenas uma vez. A deusa como objeto cúbico no singular (*Asera*) é mencionada doze vezes; como objeto cúbico no plural (*Aserot*) é mencionada vinte vezes.

O terceiro capítulo, por fim, se dedica a apresentar a deusa que estaria presente em Israel desde a Idade do Bronze até a Idade do Ferro, sendo adorada como Deusa-Nua e

retratada a partir da forma estilizada de uma árvore. Foi somente a partir da Reforma Deuteronomica instituída por Josias que a divindade deixou de existir no imaginário religioso e cúltico de Israel. A fim de recuperar sua presença, é proposto, então, um material didático para o Ensino Religioso de acordo com alguns manuais e autores. Esse material está no Apêndice A, é o clímax da pesquisa, o produto, que propõe, de forma prática e inovadora, e faz conversar a pesquisa bibliográfica/acadêmica (Ciências das Religiões), documental (documentos sobre o Ensino Religioso) e a prática educacional (disciplina Ensino Religioso).

Antes dessa criação, foram analisados os materiais disponíveis nas livrarias da Grande Vitória que, como visto, não disponibilizavam grande variedade de materiais. As obras que estavam disponíveis e que foram, assim, examinadas, não estavam de acordo com as diretrizes curriculares da BNCC: eram proselitistas, não mencionavam a presença de uma deusa em Israel e descreviam a origem de Israel conforme as narrativas bíblicas (e não de acordo com a arqueologia e historiografia de Israel).

A partir do conteúdo apresentado em cada um dos capítulos descritos acima, pode-se perceber que a trajetória do componente curricular Ensino Religioso foi marcada por disputas de interesses políticos e religiosos. Esse fato influenciou e influencia até hoje na construção dos materiais didáticos, nas formações para professores e até mesmo na construção de diretrizes específicas para esse componente. Por esse motivo, os conteúdos presentes nos materiais didáticos não estão de acordo com o exigido pela BNCC, o que compromete o aprendizado dos estudantes, uma vez que trazem apenas a visão proselitista de uma dada religião, sem apresentar o todo. Essa pesquisa é relevante para que profissionais que lecionam o Ensino Religioso tenham ciência de que esse componente precisa ser revisado e reestruturado de acordo com as normas existentes. Dessa maneira, os estudantes poderão ter acesso aos conteúdos formativos que ensinam sobre as mais diversas culturas e sobre a história do povo que mais tarde se consolidou no cristianismo - visto que o Brasil é um país laico, mas majoritariamente cristão.

A partir do exposto na pesquisa, é necessário realizar uma profunda revisão dos materiais didáticos que estão no mercado editorial e nas escolas. Assim, deverão reformulá-los, no intuito de confeccionar um novo material que atenda as normas da BNCC e que trate a história de Israel de acordo com fontes confiáveis da arqueologia e da historiografia. Vale lembrar que os conteúdos não devem partir dos relatos bíblicos, uma vez que não devem ser confessionais (escritos a partir de uma confissão de fé), mas a partir do conhecimento de cientistas religiosos, arqueólogos e historiógrafos que estudam e levam a sério a história de Israel, seu imaginário religioso e sua cultura.

Esta pesquisa não deve ser realizada apenas na Grande Vitória, mas em todo o território brasileiro, para que haja uma revisão geral dos materiais didáticos existentes no mercado editorial. A reformulação também deve ser considerada para que todos se adequem às normas da BNCC e às unidades temáticas específicas para cada ano do ensino fundamental. A historiografia de Israel, a arqueologia e os estudos de teólogos e teólogas possuem fundamental importância para essa reestruturação. Assim como existem os acordos ortográficos e a consequente revisão dos materiais de Língua Portuguesa, devem existir o mapeamento e a reestruturação dos materiais didáticos para o Ensino Religioso.



REFERÊNCIAS

ALBERTZ, Rainer. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento: de los comienzos hasta el final de la monarquía*. Madri: Trotta, 1999.

ANTUNES, Celso. *O uso inteligente dos livros didáticos e paradidáticos*. São Paulo: Paulus, 2012.

BÍBLIA de Jerusalém: Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BNCC – *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico#:~:text=Em%2020%20de%20dezembro%20de,Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(CNE\)](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico#:~:text=Em%2020%20de%20dezembro%20de,Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(CNE)). Acesso em: 20 out. 2020

BNCC – *Base nacional Comum Curricular*. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remí; REBLIN, Iuri Andréas; STRECK, Gisela Isolde Waechter. *Ensino Religioso e Docência em formação*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013. Acesso em: 16 out. 2020.

BRANDENBURG, Laude Erandi; WACHS, Manfredo Carlos; KLEIN, Remí. *Fenômeno religioso e metodologias: VI simpósio de ensino religioso*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1967 - Emenda Constitucional nº 1/1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

CARNIATO, Maria Inês. *A religião no mundo*, 6º ano: aluno. São Paulo: Paulinas, 2010.

CARNIATO, Maria Inês. *Diversidade religiosa no mundo atual*, 8º ano: aluno. São Paulo: Paulinas, 2010.

CARNIATO, Maria Inês. *Expressões do sagrado na humanidade*, 7º ano: aluno. São Paulo: Paulinas, 2010.

CARNIATO, Maria Inês. *Nossa opção religiosa*, 9º ano: aluno. São Paulo: Paulinas, 2010.

CARNIATO, Maria Inês. *Somos capazes de comunicar: 3ª série*. São Paulo: Paulinas, 2002.

CARNIATO, Maria Inês. *Somos capazes de comunicar: 4ª série*. São Paulo: Paulinas, 2002.

CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Conselho Nacional da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 out. 2020

Como faço a produção de material didático?. Disponível em: <https://moodle.ifsc.edu.br/mod/book/tool/print/index.php?id=36093>. Acesso em: 20 out. 2020

Como faço a produção de material didático?. Disponível em: <https://moodle.ifsc.edu.br/mod/book/tool/print/index.php?id=36093>. Acesso em: 20 out. 2020

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 97/99. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp097_99.pdf.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Asherah, A Deusa Proibida. In: REIMER, Ivone Richter. *Imaginários da divindade: textos e interpretações*. Goiânia: UCG; São Leopoldo: Oikos, 2008.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. *Onde estão as deusas? Asherah, a Deusa proibida, nas linhas e entrelinhas da Bíblia*. São Leopoldo: Cebi, 2011.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. *Recuperando o imaginário da deusa: estudo sobre a divindade Aserá no antigo Israel*. p. 27. Tese (Mestrado em Ciências da Religião) – Ciências da Religião e Ciências Humanas - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1019/1/ANA%20LUIZA%20ALVES%20CORDEIRO.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CORTELLA, Mario Sergio. *Educação, Ensino Religioso e formação docente*. In: SENA, Luiza. *Ensino Religioso e Formação Docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2006.

CROATTO, S. J. *La Diosa Asherá en el Antiguo Israel el: aporte epigráfico de la arqueología*. *Revista de Interpretación Bíblica Latino-Americana*, Petrópolis, n. 38, p. 32-44, 2001.

DEVER, William G. *Did God have a wife? Archaeology and folk religion in ancient Israel*. Michigan: WM. B. Eerdmans, 2005.

- DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo: Sinodal, 1997.
- DURAN, Ednilce. *Crescer com alegria e fé*. São Paulo: FTD, 2019.
- ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas: da idade da pedra aos mistérios de elêusis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- FINKELSTEIN, Israel. *O reino esquecido: Arqueologia e história de Israel Norte*. São Paulo: Paulus, 2015.
- FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia desenterrada: A visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- FOHRER, George. *História da Religião de Israel*. São Paulo: Academia Cristã/Paulus. 2006.
- FUV – Informações sobre a Licenciatura em Ciências das Religiões, disponível em: <https://fuv.edu.br/cursos-vida-academica/cursos-a-distancia/licenciatura-em-ciencias-das-religoes>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- FUV- Portaria do MEC. Disponível em: <https://fuv.edu.br/cursos-vida-academica/cursos-a-distancia/licenciatura-em-ciencias-das-religoes/portaria-licenciatura-em-ciencias-das-religoes>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- GILZ, Claudino. *O livro didático na formação do professor de Ensino Religioso*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GOTTWALD, Norman Karol. *As tribos de Iahweh: uma sociologia da religião de Israel liberto*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica, 2005.
- HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de didática geral*. São Paulo: Ática, 2006.
- INCONTRI, Dora, BIGHETO, Alessandro Cesar. *Todos os jeitos de crer: ensino inter-religioso: vidas*. São Paulo: Ática, 2011.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Ensino Religioso no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Ensino Religioso: aspectos legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Formação do Professor de Ensino Religioso: Um Processo em Construção no Contexto Brasileiro*. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, p. 62-84, jun. 2010.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso*. Curitiba: Ibpex, 2008.
- JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo; BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remí. *Compêndio do ensino religioso*. São Leopoldo: Sinodal, 2017.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro Rodrigues. A formação do professor de Ensino Religioso: o impacto sobre a identidade de um componente curricular. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 6, n. 2, p.587-609, maio/ago. 2014.

KAEFER, José Ademar. *Arqueologia das terras da Bíblia*. São Paulo: Paulus, 2012.

KLEIN, Remí. *Formação docente na área do ensino religioso: socialização de projeto de pesquisa em curso de pedagogia no RS*. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2011.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCACAO. Lei 9.394, art. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=Art.%202%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20dever,sua%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20trabalho. Acesso em: 11 dez. 2020.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCACAO. Lei 9.394, art. 33. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=Art.%202%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20dever,sua%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20trabalho. Acesso em: 20 out. 2020.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 out. 2020

LEI Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm#art1. Acesso em: 06 nov. 2021.

LIONÇO, Tatiana. *Educação e Laicidade*. Brasília: UNESCO: Letras Livres: EdUnB, 2010.

LIVERANI, Mario. *Para além da bíblia: história antiga israel*. São Paulo: Loyola/Paulus, 2008.

MANUAL DE ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO. UNICET: Tocantins. [s.d].

Matos, Sue'Hellen Monteiro de. *As Sagradas de Asherah: Culto à Deusa no Antigo Israel. Caminhos*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 352-370, jan./jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Artigo 6º da Resolução CNE/CP 1/2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. *Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf. Acesso em: 06 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Documento preliminar disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105091-bnc-formacao-de-professores-v0&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 nov. 2021.

OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, Ivoni Richter. *Imaginários da divindade: textos e interpretações*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018. *Conselho Nacional da Educação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2019-pdf/105531-rcp005-18/file>. Acesso em: 12 fev. 2022. CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Conselho Nacional da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 fev. 2022.

RIBEIRO, Osvaldo Luiz. *A deusa do efa: hipótese de interdição ao culto de Asherah em Zc 5,5-11*. Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 6, n. 1, p. 191-208, jan./abr. 2014.

RIBEIRO, Osvaldo Luiz. *Ambiguidades e Insuficiências: uma análise da área ensino religioso na base nacional comum curricular*. *Caminhos*, v. 18, p. 79-94, 2020.

RIBEIRO, Osvaldo Luiz. *As mulheres do efa: epílogo da interdição da deusa e do feminino na Judá pós-exílica*. Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 7, n. 1, p. 227-253, jan./abr. 2015.

RIBEIRO, Osvaldo Luiz. *Yahweh como um deus outsider: duas hipóteses explicativas para a introdução do culto de Yahweh em Israel*. *Ágora*, Vitória, n. 23, p. 13-29, 2016.

SANTIDRIÁN, Pedro R. *Dicionário básico das religiões*. São Paulo: Santuário, 2005.

SILVA, Andreza Regina Lopes da; Spanhol, Fernando José. *Diretrizes para Elaboração de Material Didático na Educação a Distância*. Florianópolis. 2014.

SILVEIRA, Emerson Sena da; JUNQUEIRA, Sérgio. *O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o ensino fundamental*. Petrópolis: Vozes. 2020.

SOUSA, José Vieira de. *Guia de elaboração de materiais didáticos para uso na educação a distância: subsídios pedagógicos e orientações gerais em uma abordagem construtivo-colaborativa*. ENFAM: [s.l.], [s.d.].

UFES. *Cursos na modalidade presencial*. Disponível em: <https://prograd.ufes.br/listacursos>. Acesso em: 06 nov. 2021.

APÊNDICE – MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 30/06/2022.



MATERIAL DIDÁTICO DE ENSINO RELIGIOSO

AMANDA BINDA THEOTONIO

Vitória-ES

2022

Apresentação da Autora

Amanda Binda Theotonio, natural de Vitória-ES, é Teóloga pela Faculdade Unida de Vitória (FUV) e Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (FUV). Atualmente é tutora nos cursos de Graduação em Teologia EAD e Licenciatura em Ciências das Religiões pela FUV.



Abrindo nosso Diálogo

Olá, tudo bem com vocês?

Sejam todos (as) bem-vindos (as)!! Iremos iniciar a unidade curricular de Ensino Religioso. Nessa unidade estudaremos sobre a formação do povo de Israel e sobre uma deusa que existiu na origem desse povo. Sabe de qual deusa estamos falando? Você já ouviu falar de deusa em Israel? Vamos então conhecer um pouquinho mais sobre esse assunto.

Nessa unidade curricular conheceremos um pouco da história do povo israelita, como foi a sua formação, seu sistema religioso. Ao término do estudo dessa unidade curricular, esperamos que você seja capaz de:

- Conhecer a origem de Israel;
- Diferenciar os termos monoteísmo e monolatria;
- Conhecer e identificar as características da deusa.
- Relacionar as características da religião israelita com outras religiões.

O que você conhece sobre a história de Israel, seja a partir da narrativa bíblica ou outras literaturas?

Desejo a todos e todas ótimos estudos, que seus conhecimentos e percepções sobre mundo sejam ampliados a partir de seus estudos. Vamos lá, até a primeira aula!

Aula 1 – Formação do povo de Israel

Objetivo: Apresentar a formação de Israel e propor discussões a partir dos conhecimentos dos estudantes.

Olá, estamos iniciando a primeira aula na qual estudaremos a origem do povo israelita. O que você conhece sobre a origem de Israel? O que as narrativas bíblicas contam sobre essa origem?

Antes de vermos o que dizem os teólogos, vamos pesquisar o a Bíblia diz, sobre essa formação?

O que dizem os teólogos sobre a história de Israel? A história de Israel é agora vista, conforme apontam Finkelstein, Silberman e Liverani, como um povo de população agropastoril, que durante o período do Ferro se estabeleceu nos altiplanos, formando pequenas vilas e constituindo, assim, a nova sociedade.

A população fixada nessas vilas foram denominadas como proto-israelitas. Conforme Liverani, “o nome Israel aparece desde o fim do século XIII (estelas de Merenptah) como referência justamente a esse novo conjunto étnico então já em formação e identificável como tal”³⁴². Essa nova sociedade, portanto, não é totalmente homogênea, mas possui continuidade com a cultura cananeia do Bronze Recente. Ainda de acordo com as ideias do autor, “a definição do horizonte das vilas do Ferro I nos planaltos centrais como ‘proto-israelita’ quer indicar precisamente um processo em ato, que não se cristalizou ainda numa autoconsciência étnica plena, mas estabelece as bases para o que virá”³⁴³. Segundo Finkelstein,

O renascimento de uma vida sedentária forte deve ter sido acompanhado por uma extensão da atividade agrícola e, por consequência, a porcentagem de grupos pastoris provavelmente diminui significativamente. A maioria desses assentamentos continuou ininterrupta até o Ferro IIA-B – o tempo do Reino do Norte – e disso eles podem ser rotulados de ‘israelitas’ tão cedo quanto o Ferro I. Em outras palavras, essa onda de assentamentos fez nascer o Israel Primitivo.³⁴⁴

³⁴² LIVERANI, 2008, p. 81.

³⁴³ LIVERANI, 2008, p. 88.

³⁴⁴ FINKELSTEIN, Israel. *O reino esquecido: Arqueologia e história de Israel Norte*. São Paulo: Paulus, 2015. p. 39.

Mas quais acontecimentos levaram essa população agropastoril se estabelecer nos altiplanos?

Os Habiru, de acordo com Liverani, eram camponeses endividados que se tornaram servos para o pagamento de suas dívidas. Tratava-se de uma servidão temporária, que quando atingia seu último estágio, tinha o devedor como escravo. Muitos camponeses, entretanto, fugiram para estados vizinhos, reunindo-se e organizando-se com os clãs pastoris. Conforme o autor, “esses grupos de gente afastados do próprio contexto social de origem e refugiados em outras partes são definidos como *habiru* [...] o termo tem conexão etimológica e semântica com as mais antigas atestações do termo ‘hebreus’”³⁴⁵. Esse termo perde, então, sua conotação técnica de “foragido” para se tornar sinônimo de “inimigo”.

Dessa forma, a expressão adquiriu um significado pejorativo, referente àqueles que estão fora da lei ou, ainda, àqueles que se rebelam contra a autoridade legítima, conforme aponta Liverani. O autor explica que se tratava, por fim, de “grupos de foragidos, que pela elite sociopolítica das cidades cananeias estavam submetidos a tratamento implacável e que, precisamente por isso, tinham sido obrigados a fuga e a marginalização”³⁴⁶.

Além disso, houve invasões de grupos conhecido como “Povos do Mar”, trata-se da “invasão de grupos misteriosos e violentos chamados de Povos do Mar, migrantes que vieram por terra e por mar do Ocidente e devastaram tudo que encontraram pelo caminho”³⁴⁷. Esses invasores foram caracterizados diferentemente dos povos egípcios e destacados, principalmente, pela cobertura de suas cabeças: “alguns portam elmos com chifres, outros trazem estranhos chapéus com plumas”³⁴⁸.

Os grupos pastoris contribuíram para a configuração de uma nova ordem social após as invasões dos “Povos do Mar”. Houve um processo de nomadização por parte dos grupos pastoris, a qual foi possível a partir da crise no palácio que serviu para a consolidação das tribos. Com a consolidação das tribos nos altiplanos, inicia-se então a origem de Israel. Mais tarde com os avanços das tecnologias e o início do Período do Ferro I, Israel vai ganhando mais força e representatividade.

E você sabia dessa história? Existem semelhanças entre as narrativas bíblicas e os estudos teológicos? Quais?

³⁴⁵ LIVERANI, 2008, p. 54.

³⁴⁶ LIVERANI, 2008, p. 100.

³⁴⁷ FINKELSTEIN, 2018, p. 95.

³⁴⁸ FINKELSTEIN, 2018, p. 96.

Que tal pesquisarmos sobre o Período do Ferro I, suas tecnologias e como elas ajudaram na consolidação de Israel?

GLOSSÁRIO:

Altiplano – uma forma de relevo, planalto;

Nômade – pessoa que não possui habitação fixa, itinerante.

REFERÊNCIAS

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia desenterrada: A visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados*. Petrópolis: Vozes, 2018.

FINKELSTEIN, Israel. *O reino esquecido: Arqueologia e história de Israel Norte*. São Paulo: Paulus, 2015.

LIVERANI, Mario. *Para além da bíblia: história antiga israel*. São Paulo: Loyola/Paulus, 2008.

Aula 2 – Israel e sua vida religiosa

Objetivo: Identificar a monolatria e monoteísmo nas origens de Israel e verificar a presença de Asherah na cultura israelita

Olá, pronto (a) para mais uma aula?

Você já ouviu falar de monoteísmo? E monolatria?

Nessa aula vamos conhecer um pouco mais da história de Israel e saber se esse povo era monoteísta ou monolatra.

Antes do processo de monolatrização, predominava uma lógica politeísta, isto é, havia um panteão de deuses e deusas, “do qual Javé fazia parte, sendo que ‘provavelmente’ foi adorado ao lado da Deusa Asherah, formando um par divino. Esta maneira de vivenciar a religião era comum em toda a região”³⁴⁹ cananea. Mas, no interior da religião israelita, Asherah deixaria de ser a consorte de El para, então, ser adorada ao lado de Yahweh. O Israel primitivo ainda prestava culto a El, pois, era um grupo social adaptado às relações socioculturais de Canaã. o culto de Asherah estava presente em Israel no primeiro milênio antes da era cristã ou até mesmo antes desse período, pois os cultos clânicos, de fertilidade, de agricultura e familiares já estariam presentes desde a formação de Israel.

A época anterior a pré-história de Israel, 1250 a.e.C, representa uma fase de diversidade religiosa, onde deuses e deusas eram adorados/as, e em que as manifestações desses/as deuses/as não teriam sido um problema, mas uma realidade com a qual as pessoas viviam e expressavam sua forma de crer e dar sentido a vida³⁵⁰.

No contexto da religião cananea, *Asherah* teria sido cônjuge de *El* e passaria a ser cultuada como consorte de Yahweh, no Israel antigo. Sozinha ou ao lado de Yahweh, ela teria sido adorada como deusa mãe e da fertilidade. Os achados arqueológicos evidenciam que a deusa não era adorada apenas em cultos familiares, mas, também, possuía um altar erigido no templo de Jerusalém. Mas então em que momento iniciou o processo de monolatrização?

³⁴⁹ CORDEIRO, 2011, p. 22.

³⁵⁰ CORDEIRO, 2011, p. 26.

O culto a deusa Asherah começou a ser interdito durante o reinado de Josias, que teria reinado de 639-586 a.e.C.³⁵¹ Segundo o relato bíblico de 2 Reis 22,8-10, o sumo sacerdote Helcias disse ao secretário Safã que encontrara o livro da Lei no Templo de Yahweh. Este livro teria sido levado ao rei Josias, o qual ordenou que fosse cumprida toda a lei descrita. Por isso a reforma ficou conhecida como a Reforma Deuteronomista, pois possuía os mesmos conceitos-base do Deuterônomo. A partir da Reforma Deuteronomica, Israel passou a ter uma configuração monoteísta, mas até então era monolátrico.

O que o relato bíblico diz sobre a Reforma Religiosa de Josias?

Você conhecia Asherah? Vamos conhecer um pouco mais sobre ela na próxima aula?

Até a próxima!

GLOSSÁRIO:

Monolatria – Fenômeno no qual existe “adoração de um panteão de deuses, onde uma divindade destaca-se mais que as outras, tornando-se, conseqüentemente, a mais importante mas não a única. Uma referência bíblica a monolatria pode ser encontrada em Sl 82:1: ‘Deus preside, na assembleia divina, em meio aos deuses ele julga’. Da mesma forma vemos em Sl 86:8: Entre os deuses não há outro como tu, nada que se iguale às tuas obras!”³⁵²;

Monoteísmo – “Crença num único ser divino, concentrando-se o culto exclusivamente em tal divindade, já que outras não existem”³⁵³.

Politeísmo – “Crença em muitos deuses (em mais de um, em todo caso), cada um deles podendo ser objeto de culto”³⁵⁴.

³⁵¹ De acordo com Finkelstein e Silberman em: A Bíblia desenterrada: A visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados. Petrópolis: Vozes, 2018.

³⁵² OLIVEIRA, José Pedro Garcia; RODRIGUES, Doriedson S; SILVA, João Batista do Carmo; MENDES, Odete da Cruz. *Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina*. Cametá: UFPA/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2012. p. 101.

³⁵³ LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira; TACLA, Adriene Baron. *Experiências Politeístas*. Cadernos do CEIA. Niterói: Centro de Estudos de Antiguidade da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2008. p. 65.

³⁵⁴ LIMA; TACLA, 2008, p. 65.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. *Onde estão as deusas?: Asherah, a eusa proibida, nas linhas e entrelinhas da Bíblia*. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 2013.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia desenterrada: a visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados*. Petrópolis: Vozes, 2018.

LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira; TACLA, Adriene Baron. *Experiências Politeístas*. Cadernos do CEIA. Niterói: Centro de Estudos de Antiguidade da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2008.

OLIVEIRA, José Pedro Garcia; RODRIGUES, Doriedson S; SILVA, João Batista do Carmo; MENDES, Odete da Cruz. *Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina*. Cametá: UFPA/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2012.



Aula 3 – Conhecendo a Deusa Árvore

Objetivo: Apresentar as características da deusa Asherah e suas representações.

Você já conhecia Asherah?

Quais outras deusas você conhece? Elas possuem características semelhantes com Asherah?

Asherah era uma deusa adorada nas origens de Israel – sozinha ou ao lado de Yahweh. Estaria presente em Israel desde a Idade do Bronze até a Idade do Ferro. Na Idade do Bronze Médio – 1800-1500 a.e.C. –, ela teria sido caracterizada como Deusa-Nua. Segundo Monika Otterman, “o triângulo púbico se destaca, emergindo também representações em forma de ramos ou pequenas árvores estilizadas, combinação que vem a ser denominada ‘Deusa-Árvore’”³⁵⁵.

Na Idade do Bronze Tardio – 1551-1250/1150 a.e.C. –, a imagem da Deusa-Árvore apresenta duas mudanças, isto é, “aparecendo em forma de uma árvore sagrada flanqueada por cabritos ou como um triângulo púbico, que substitui a árvore. Nesse período, já se nota a tendência de substituição do corpo da Deusa pelos seus atributos, em especial a árvore”³⁵⁶.

No entanto, a deusa Asherah estaria perdendo representatividade no contexto da religião oficial de Israel e as divindades masculinas ganhariam, cada vez mais, espaço e força com características dominadoras e guerreiras. Nesse ínterim, a presença e o culto de Asherah estariam restritos aos espaços da religiosidade feminina.

Na Idade do Ferro I – 1250/1150-1000 a.e.C. –, “a forma corporal da Deusa-Árvore vai desaparecendo, enquanto que formas de animais que amamentam filhotes, às vezes com a presença de uma árvore estilizada, ganham cada vez mais espaços na glíptica, significando a prosperidade e a fertilidade”³⁵⁷. A Idade do Ferro IIA – 1000-900 a.e.C. – segundo a autora, representa o:

³⁵⁵ OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, Ivoni Richter. *Imaginários da divindade: textos e interpretações*. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 30.

³⁵⁶ OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, 2008, p. 30.

³⁵⁷ OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, 2008, p. 30-31.

Início da formação do Javismo, as Deusas passam a ser simbolizadas por seus atributos. A forma vegetal da Deusa confunde-se com seu símbolo, a árvore estilizada, sendo que muitas vezes é substituída por ele. Essas imagens são compreendidas como representações da Deusa Asherah.³⁵⁸

Na Idade do Ferro IIB – 925-720/700 a.e.C. –, a partir dos achados arqueológicos de Kuntillet Adjrud e de Khirbet el-Qom, identificou-se um vínculo estreito entre Asherah e Yahweh, o que demonstra um contexto politeísta, onde as divindades femininas e masculinas eram adoradas simultaneamente. Na Idade do Ferro IIC – 720/700-600 a.e.C. –, foi encontrado o símbolo tradicional da Deusa, isto é, a árvore e o ramo. Nas palavras de Monika Otterman:

Vários selos ou várias impressões de selos que associam símbolos astrais com árvores estilizadas foram encontrados na Palestina e na Transjordânia, o que reforça interpretações sobre a existência de um culto à Deusa Asherah ao lado do Deus Yahweh. É principalmente na forma de árvore estilizada que, ao longo dos séculos, Asherah esteve presente em Israel. É na época pós-exílica, porém, que as vertentes políticas e religiosas vão excluir e proibir a presença de uma divindade feminina dentro do javismo.³⁵⁹

A discussão até aqui esboçada mostra que Asherah era uma deusa adorada nas origens de Israel – sozinha ou ao lado de Yahweh. Era a deusa da fertilidade com características maternais, bem como era representada em estatuetas com o busto de uma mulher. Mas, além desses traços, ela teria sido cultuada e representada, também, na forma estilizada de uma árvore. Pode-se dizer, nesses termos, que, de acordo com as transformações que ocorriam no contexto político-social de Israel, a forma de representação da deusa, concomitantemente, teria sido modificada e transformada.

Veremos agora algumas imagens dos achados arqueológicos da deusa:

Figura 01: Pingentes Ugaríticos. Fonte Cordeiro, 2011.



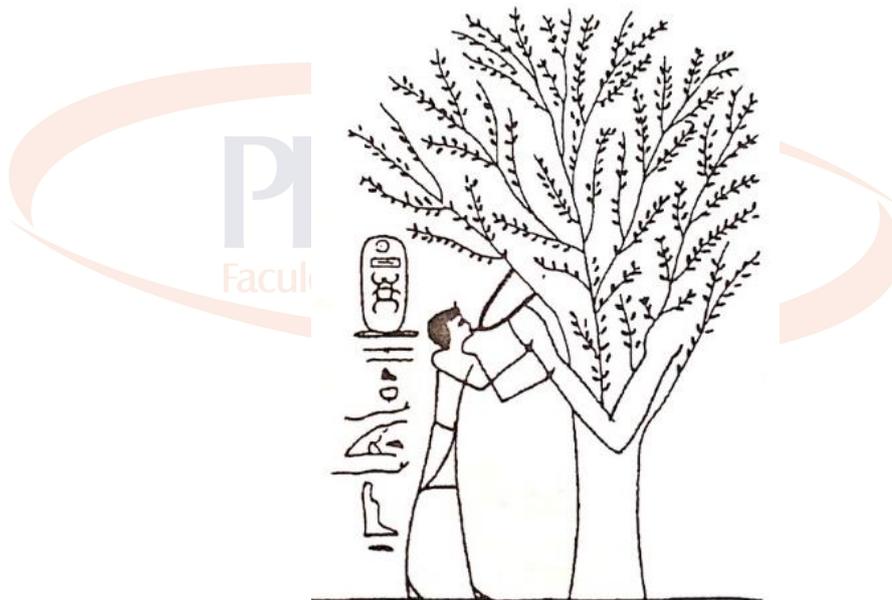
³⁵⁸ OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, 2008, p. 31.

³⁵⁹ OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, 2008, p. 31.

Figura 02: Estatuetas Judaítas, Fonte: Cordeiro, 2011.



Figura 03: Pintura da tuba egípcia. Fonte: Keel; Uehlinger, 1996.



Essas são algumas representações da deusa Asherah, em pingentes, estátuas e sua forma estilizada de árvore, como também era conhecida. É importante discutirmos sobre sua presença em Israel, pois ela era adorada e fez parte da cultura desse povo por muitos anos.

Existem outras religiões que possuem deusas em seus panteões, sabem dizer algumas delas?

Já imaginou se a deusa Asherah fosse cultuada nos dias hoje? Como você acredita que seria?
Refleta com seus colegas

Até a próxima e bons estudos!

GLOSSÁRIO:

Busto – Representação da cabeça e da parte superior do tronco da figura humana, sem braços ou com a inserção destes nos ombros;

Glíptica – Arte de gravar ou esculpir em materiais duros, ex: em pedras preciosas, âmbar, marfim, coral e madrepérola;

Flanco – Ao lado;

Idade do Bronze Médio – Período que compreende de 1800-1500 a.e.C;

Idade do Bronze Tardio – Período que compreende de 1551-1250/1150 a.e.C

A Idade do Ferro IIA – Período que compreende de 1000-900 a.e.C

REFERÊNCIAS

OTTERMAN, Monika, 2004 *apud* REIMER, Ivoni Richter. *Imaginários da divindade: textos e interpretações*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

CONCLUSÃO

Após o estudo desse componente curricular, pode-se perceber que a história de Israel de acordo com a historiografia possui algumas diferenças com relação a narrativa bíblica. Israel em sua origem era um povo monolatra que após alguns acontecimentos se tornou um povo monoteísta. O imaginário religioso da época por sua vez sofreu mudanças significativas, uma dessas mudanças foi a exclusão da deusa Asherah e sua adoração ao lado de Yahweh. Como consequência, hoje dificilmente pensa-se em um panteão de deuses no Antigo Israel e existe uma intolerância religiosa em nossa sociedade. A partir desses estudos é possível reverter essa situação?

Esperamos que vocês possam a partir desses estudos perceber as semelhanças da religião israelita com outras religiões e pensar: É possível um diálogo inter-religioso com outras religiões? Quais outras religiões possuem deusas e deuses em seu imaginário religioso? Há alguma semelhança entre eles? Essas e outras perguntas são questão de reflexão para você e seus colegas.

Esperamos que vocês tenham aproveitado o máximo os estudos e a partir deles possam aprimorar seu senso crítico. Até a próxima!